

**UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA I: POLÍTICAS E PROCESSOS FORMATIVOS EM
EDUCAÇÃO**

**POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: DOS RESULTADOS DO
ENADE A IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS AÇÕES NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO
FÍSICA DA REGIÃO SUL**

NEILA BORGES FOSCARINI

**LAGES- SC
2013**

NEILA BORGES FOSCARINI

**POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: DOS RESULTADOS DO
ENADE A IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS AÇÕES NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO
FÍSICA DA REGIÃO SUL**

Dissertação apresentada à Universidade do
Planalto Catarinense, como parte das
exigências do Programa de Pós-Graduação
em Mestrado em Educação, da Linha de
Pesquisa I: Políticas e Processos
Formativos em Educação, para a obtenção
do título de Mestre. Coordenadora: Prof.
Dr. Maria de Lourdes Pinto de Almeida
Orientador: Prof. Dr. Geraldo Antônio da
Rosa

LAGES-SC
Março de 2013

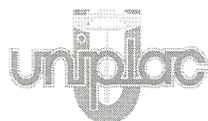
Ficha Catalográfica

F747p Foscarini, Neila Borges.
Políticas de avaliação do ensino superior : dos resultados do ENADE a implementação de novas ações nos cursos de Educação Física da região sul / Neila Borges Foscarini. -- Lages (SC), 2013.
163f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Planalto Catarinense. Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Planalto Catarinense.
Orientadora: Geraldo Antônio da Rosa.

1. Ensino superior - Avaliação - Brasil. 2. Educação Física. 3. Universidades e faculdades - Currículos. I. Rosa, Geraldo Antônio da. II. Título.

CDD 378



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO**

**“POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: AÇÕES DOS COORDENADORES
DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA REGIÃO SUL DIANTE DOS
RESULTADOS DO ENADE E DE OUTROS PROCEDIMENTOS AVALIATIVOS”**

Dissertação submetida ao colegiado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado Acadêmico em cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa Políticas e Processos Formativos em Educação.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 27/03/13

Prof. Dr. Geraldo Antonio da Rosa (Orientador)

Prof. Dr. Lindomar Wessler Boneti (Examinador Externo – PUCPR)

Prof. Dr. Lino Castellani Filho (Examinador Externo – UNICAMP)

Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida (Examinadora PPGE/UNIPLAC)

Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks (Examinador PPGE/UNIPLAC-Suplente)

Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

Maria de Lourdes P. de Almeida
Coordenadora do Programa
Mestrado em Educação

Neila Borges Foscarini
Lages, Santa Catarina, dezembro de 2012

Dedico esta dissertação aos meus pais Luiz Carlos Foscarini e Eloiza Maria Borges K. Foscarini e minha irmã Laura Borges Foscarini que sempre me apoiaram e incentivaram meus estudos minha para que eu conseguisse atingir meus objetivos sempre com muito amor, dedicação e paciência.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Prof. Dr^a Maria de Lourdes Pinto de Almeida coordenadora do PPGE-Uniplac pela recepção aos alunos que ingressaram no mestrado no ano de 2012 com muito bom humor e competência que foram essenciais nesta caminhada. Particularmente agradeço por todo o apoio com minha pesquisa, pela força e motivação que me deu nas horas mais difíceis e pelas palavras de conforto.

Estendo este agradecimento ao meu orientador Prof. Dr^o. Geraldo Antônio da Rosa do qual estive presente desde o momento da minha entrevista no processo seletivo e que junto comigo construiu esta dissertação com muito empenho, preocupação, comprometimento, disponibilidade e em especial com muita paciência para lidar com minhas angústias e dúvidas frequentes.

Agradeço ao companheirismo dos novos amigos que fiz no mestrado, bem como todas as minhas colegas de trabalho em especial a Prof. Ms. Olívia Melo da Silva e Prof. Magali Paim Giroto que me tranquilizaram nos momentos difíceis. Além disso, ressalto a importância de todos os professores do programa que cada um no seu estilo nos cativou e nos transformaram enquanto profissionais e pessoas. As risadas com a Prof. Dr^a. Lúcia Ceccato, as aulas fantásticas e inquietantes da Prof. Dr^a. Carmen Lúcia Diez, as reflexões e com a Prof. Dr^a. Ana Maria Netto Machado, a emoção, a bondade e a humildade da Prof. Dr^a. Marina Patrícia de Arruda, a tranquilidade do Prof. Dr^o. Geraldo Augusto Locks e o bom humor e exigências Prof. Dr^a. Nilson Tomé.

Agradeço também a todos os professores da Universidade de Caxias do Sul da qual me formei, em especial ao Prof. Ms. Ubirajara Klamon Maciel e Prof. Ms. Gerard Maurício Fonesca que me motivaram para entrar no mestrado e sempre me apoiaram nas pesquisas que fiz ao longo da minha trajetória acadêmica. Incluo aqui também uma pessoa muito especial, Prof. Ms. Carlos Galina Bonone, meu atual namorado que fez parte da minha banca do Trabalho de Conclusão de Curso em conjunto com os demais professores mencionados e que sem dúvida me impulsionou a ingressar no mestrado, me auxiliando nesta reta final da pesquisa com muita paciência e atenção.

Por fim, as pessoas mais especiais da minha vida, minha família. Aos meus pais que sempre me incentivaram no estudo e que fizeram de tudo para que eu concluísse o mestrado renunciando muitas coisas para que eu seguisse em frente. Minha irmã Prof. Ms. Laura Borges Foscarini que me apoiou desde o momento da inscrição no processo seletivo até a reta final da pesquisa, e a todas as pessoas que me auxiliaram de alguma forma nesta jornada.

SUMÁRIO

Lista de Siglas	7
Lista de tabelas	8
Resumo	9
Abstract	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA ..20	
1.1 Características da pesquisa.....	24
1.2 Contextualização do universo da pesquisa	26
1.3 Instrumento de coleta de dados	28
1.4 Procedimentos de análise de dados.....	31
CAPÍTULO II: POLÍTICAS DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DAS UNIVERSIDADES	32
2.12.1 Os rumos da história na avaliação no ensino superior.....	36
2.2 Avaliações internas e externas das Universidades: da Autorização do curso a autoavaliação institucional.....	46
CAPÍTULO III: EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES E A AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS	55
3.1 O curso de Educação Física e as alterações no currículo: Resgate histórico.....	64
3.2 Diretrizes curriculares do Curso de Educação Física e a Portaria Nº 217: Análise dos Projetos Pedagógico das Universidades Comunitárias da região sul e sua relação com a prova do ENADE.....	69
3.2.1 Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina e a relação com as Diretrizes Curriculares Nacionais.....	77
3.2.2 Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul e a relação com as Diretrizes Curriculares Nacionais.....	79
3.4 Correções das provas do ENADE: Os pareceres das avaliações.....	85
CAPÍTULO IV: AÇÕES DOS COORDENADORES DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REGIÃO SUL DIANTE DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES	91
4.1 Autorização, Reconhecimento e avaliações externas dos cursos de Educação Física das Universidades Comunitárias do RS e SC.....	91
4.2 Avaliações internas dos cursos de Educação Física das Universidades Comunitárias do RS e SC.....	129
4.3 Ações dos coordenadores dos cursos de Educação Física das Universidades Comunitárias do RS e SC frente ao processo avaliativo.....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICE	161
ANEXOS	163

LISTA DE SIGLAS

AI – Avaliação Institucional

CONAES- Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior

CESPE - Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

CEE – Conselho Estadual de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

CPAs – Comissão Própria de Autoavaliação

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENC – Exame Nacional de Cursos

IES - Instituições de Educação Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PARU – Programa de Avaliação da Reforma Universitária

RS – Rio Grande do Sul

SC- Santa Catarina

SESu – Secretaria de Educação Superior

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Desempenho dos alunos em formação geral e componente específico da prova do ENADE/2004 na Curso de Educação Física da Universidade Comunitária de SC.....	105
Tabela 2: Impressões dos alunos do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de SC sobre a prova do ENADE 2004.....	107
Tabela 3: Questionário Socioeconômico/ condições dos recursos físicos e pedagógicos da instituição e à qualidade do ensino oferecido.....	109
Tabela 4: Desempenho dos alunos em formação geral e componente específico da prova do ENADE/2007 na Curso de Educação Física da Universidade Comunitária de SC.....	111
Tabela 5: Impressões dos alunos do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de SC sobre a prova do ENADE 2007.....	112
Tabela 6: Questionário Socioeconômico/ condições dos recursos físicos e pedagógicos da instituição e à qualidade do ensino oferecido.....	115
Tabela 7: Desempenho dos alunos em formação geral e componente específico da prova do ENADE/2004 na Curso de Educação Física da Universidade Comunitária do RS.....	118
Tabela 8: Impressões dos alunos do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de RS sobre a prova do ENADE 2004.....	119
Tabela 9: Questionário Socioeconômico/ condições dos recursos físicos e pedagógicos da instituição e à qualidade do ensino oferecido.....	122
Tabela 10: Desempenho dos alunos em formação geral e componente específico da prova do ENADE/2007 na Curso de Educação Física da Universidade Comunitária de RS.....	124
Tabela 11: Impressões dos alunos do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de RS sobre a prova do ENADE 2007.....	124
Tabela 12: Questionário Socioeconômico/ condições dos recursos físicos e pedagógicos da instituição e à qualidade do ensino oferecido.....	127

RESUMO

Na atualidade se faz necessário discutir o tema da avaliação devido a sua influencia direta na melhoria de qualidade e na elaboração de políticas públicas no ensino superior. Diante disso, emerge a problemática desta pesquisa que visa investigar quais são as ações tomadas pelos coordenadores dos cursos de Licenciatura em Educação Física das Universidades Comunitárias do Rio grande do Sul e Santa Catarina, após o resultado do ENADE e dos procedimentos avaliativos. Esta pesquisa tem o objetivo geral de analisar estas ações dos coordenadores discutindo a concepção de avaliação no ensino superior na visão de diferentes autores. Temos como um dos objetivos específicos a intenção de compreender de que maneira as políticas de avaliação podem interferir na melhoria da qualidade do ensino superior, de discutir a relação das Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação em Educação Física com o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, bem como com os Projetos dos referidos cursos e por fim, verificar as ações dos coordenadores dos cursos de Educação Física de Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul Santa Catarina a partir do ENADE e de outros procedimentos avaliativos. Para isso a metodologia da pesquisa se caracteriza como descritiva e exploratória com base no levantamento bibliográfico, sendo quantitativa quanto a coleta de dados e qualitativa no que se refere à análise destes. A análise documental realizada contemplou as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Física, os Projetos e currículos dos referidos cursos, as provas do ENADE de 2004 e 2007 juntamente com a Portaria nº 217 O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário aberto aplicado com os sujeitos da pesquisa que se referem aos últimos cinco coordenadores do curso de Educação Física das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Contemplamos nesta dissertação a análise de todos estes documentos na intenção de observar a coerências destes com a prova do ENADE e posteriormente com as ações dos coordenadores dos cursos de Educação Física de Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Ressaltamos que trazemos nesta pesquisa o discurso dos coordenadores acerca de suas ações, todavia não sabemos se estas ações estão ocorrendo na prática, fazendo com que a avaliação acarrete em mudanças em prol da melhoria da qualidade. Com isso se faz necessário que este tema continue no rol das discussões possibilitando novas pesquisas e reflexões. Esperamos que esta pesquisa ajude na tomada de consciência de toda comunidade acadêmica para refletir quais os rumos que a avaliação no ensino superior está seguindo.

Palavras-chave: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes; Universidades Comunitárias; Educação Física; Diretrizes Curriculares Nacionais.

ABSTRACT

At present, it is necessary to discuss the subject of the evaluation due to its direct influence on the quality and improvement in public policy development in higher education. Whereupon, emerges the problematic this research which aims to investigate what are the actions taken by the coordinators of the undergraduate courses in physical education of Community Universities of Rio Grande do Sul and Santa Catarina, after the outcome of ENADE and evaluative procedures. The general objective of this research is to analyse these actions of engineers discussing the evaluation design in higher education in the vision of different authors. We have one of the specific goals set out to understand how evaluation policies may interfere with the improvement of the quality of higher education, discuss the relationship of curriculum guidelines for undergraduate courses in physical education with the National Examination performance of students, as well as with the designs of these courses and finally, check the actions of the coordinators of the courses of physical education of Community Universities of Rio Grande do Sul, Santa Catarina from the ENADE and other evaluation procedures. The research methodology is characterized as descriptive exploratory and based on bibliographic survey, quantitatively and qualitatively, and data collection with regard to the analysis of these. The documentary analysis carried out included the national physical education curriculum guidelines, projects and curricula of these courses, the trials of ENADE for 2004 and 2007 together with the Ordinance No. 217 the data-gathering instrument used was an open questionnaire applied with the research subjects which refer to last five coordinators of the course of physical education of Community Universities Rio Grande do Sul and Santa Catarina. We contemplate in this dissertation the analysis of all these documents in order to observe the consistency of these with proof of ENADE and later with the actions of the coordinators of the courses os physical education of Community Universities Rio Grande do Sul and Santa Catarina. We emphasize that we bring this research coordinators ' speech about his actions, however we do not know if these actions are occurring in practice, causing the evaluation entail changes in the interests of improving quality. With this it is necessary that this theme continues in the role of enabling new research discussions and reflections. We hope that this research will help in the awareness of the whole academic community to reflect what the directions that the assessment in higher education are following.

Keywords: National Examination performance of Students; Community Universities; Physical education; National curriculum guidelines.

INTRODUÇÃO

Falar sobre Universidade abrange discussões que permeiam diferentes características peculiares ao momento histórico em que as mesmas encontram-se inseridas, uma vez que sendo uma instituição milenar a mesma assume peculiaridades locais e temporais. Em todo o processo de mudança que a Universidade passou ao longo dos anos, existiu uma espécie de avaliação de seu compromisso social e de suas funções gerando assim uma transformação na Universidade que veio se adaptando de acordo com cada momento histórico. Esta avaliação sendo ela externa ou interna foi gerando subsídios para que ações fossem planejadas em prol da melhoria da qualidade do ensino.

Visando tornar mais visível e compreensível o cotidiano de uma instituição, a avaliação ultrapassa amplamente os âmbitos mais restritos do objeto a avaliar e lança seus efeitos sobre o sistema de educação superior e suas funções relativamente à construção da sociedade. Ela ilumina e instrumentaliza as reformas educacionais, desde as mudanças nos currículos, maneiras de organização dos cursos e formas gerenciais, até as novas estruturas do sistema (SOBRINHO, 2003, p.95).

Nesta pesquisa abordaremos a avaliação dentro da qualidade social, ou seja, voltada para formação acadêmico-crítica que visa a integração de ensino, pesquisa e extensão e conseqüentemente exige da Instituição de ensino superior subsídios que possibilitem o desenvolvimento deste tripé, o que inclui uma infra-estrutura adequada seja em acervo bibliográfico, laboratórios ou espaço físico, bem como no tempo integral dos professores dos cursos para auxiliar nas atividades de pesquisa e extensão.

A temática da avaliação abordada nesta dissertação, tendo como foco a avaliação interna e externa, de certa forma é um tema polêmico face à complexidade do processo educacional não se esgotando por estar sempre presente no processo de aprendizagem. Na atualidade se faz necessário cada vez mais discutir este tema devido a sua influência direta na melhoria de qualidade e na elaboração de políticas públicas no ensino superior e no âmbito escolar, pois através da avaliação é possível conhecer os resultados do trabalho que vem sendo feito nas Universidades, e conseqüentemente elaborar ações para atender as demandas da sociedade atual.

Sabe-se que a sociedade vive em constante processo de mudanças a Universidade tendo o compromisso com a mesma necessita passar por diferentes processos de avaliação que permita ter a visão do que está sendo feito e do que precisa ser feito, uma vez que a mesma é uma instituição milenar que se inseriu em diferentes momentos históricos, com diferentes

concepções que foram se aperfeiçoando, porém sempre foi uma necessidade se mantendo no rol de temas que não se esgotam, mas que modificam as concepções de acordo com a sociedade que está inserida.

Para Rios (2005) alguns analistas do ensino superior brasileiro têm qualificado os últimos anos de a década da avaliação. A avaliação que nunca esteve fora das políticas educacionais ganhou na gestão do Ministério da Educação uma configuração especial. Tendo como referência a Lei de Diretrizes e Bases, instituem-se processos de avaliação externa em todos os níveis de ensino e em todas as instâncias educacionais dentre eles as Comissões de Especialistas para credenciamento e credenciamento de cursos de graduação. Para o autor, para se ter uma visão global das instituições, e até para fazer frente à avaliação que se faz “de fora”, é importante que se procure saber também “de dentro”.

Com isso, sinalizamos a importância de discutir nesta pesquisa a temática da avaliação destacando a importância do processo avaliativo nas Universidades e do retorno dos resultados seguidos de ações concretas para gerar ações em prol de mudanças que corrijam as falhas na perspectiva da qualidade social da educação no Ensino Superior. Quando se fala em uma educação com qualidade social, entende-se por que a mesma transcenda à lógica do mercado, voltada à formação de um profissional cidadão. A relevância desta pesquisa está na busca de refletir e discutir como estão sendo realizadas estas ações por parte da Universidade e da gestão do Curso de Educação Física após o recebimento dos resultados nesta primeira década do século XXI. Sabe-se que existiram nos últimos anos diferentes programas de avaliação propostos pelo governo e que estes foram sendo substituídos para se adequarem a realidade vivida, com isso esta pesquisa vem debater o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) que entrou em vigor no ano de 2004, em conjunto com as avaliações internas realizadas pela própria instituição.

O interesse em discutir a temática da avaliação no ensino superior partiu da necessidade pessoal, enquanto professora de Educação Física e egressa do curso de uma das Universidades Comunitárias que fazem parte da pesquisa, para conhecer de forma mais aprofundada o processo do sistema de avaliação pelo qual passei enquanto acadêmica, e na intenção de explorar esta discussão partindo da visão da gestão destes cursos, ou seja, compreender o que ocorria e ocorre por trás das provas do ENADE e avaliações internas.

Além disso, na minha trajetória acadêmica estive envolvida com trabalhos relacionados com a avaliação na Educação Física em nível escolar, discutindo com os professores quais eram os procedimentos avaliativos utilizados em aula, o que acarretou no meu Trabalho de Conclusão de Curso no ano de 2008. Esta pesquisa gerou novas ideias que

perpetuaram além do âmbito escolar o nível do ensino superior inicialmente na avaliação feita pelos docentes dos cursos de Educação Física com o caráter de formação dos acadêmicos, porém esta ideia amadureceu partindo para um campo de discussão mais amplo partindo para a avaliação externa e interna das Universidades.

Esta pesquisa buscará analisar as ações tomadas pelos responsáveis, Universidade e gestores, pelos cursos diante dos resultados das avaliações externas ou internas, pois a relevância da avaliação não se encontra na quantificação de notas ou médias e sim nas decisões tomadas a partir dos dados obtidos para que estes interfiram positivamente na melhoria da educação superior. É possível que ações feitas com os resultados das avaliações e até mesmo os próprios resultados, procedimentos e critérios utilizados pelo ENADE ainda sejam de certa forma obscuras dentro da Universidade e que podem não ser analisados abertamente com alunos e professores tendo como pauta de discussão os relatórios do ENADE disponibilizados pelo INEP. Cabe discutir se os resultados das avaliações estão ficando restritos ao gestor do curso não havendo esta socialização dificultando também as respectivas ações a serem implementadas. Além disso, após quase dez anos da implementação do ENADE, consideramos que exista um conhecimento sobre o objetivo desta avaliação e suas influências no ensino superior por parte dos coordenadores dos cursos e principalmente por parte da própria Instituição do ensino superior, que por sua vez tem acesso ao relatório de avaliação, juntamente com as avaliações internas que fazem parte do SINAES. Sendo assim, a discussão sobre esta temática se viabiliza na medida em que os sujeitos da pesquisa estejam engajados nesta política.

Diante desta reflexão emergiu a problemática desta pesquisa: Quais são as ações tomadas pelos coordenadores dos cursos de Licenciatura em Educação Física das Universidades Comunitárias do Rio grande do Sul e Santa Catarina, após o resultado do ENADE e dos procedimentos avaliativos? Com isso pretendemos trazer a discussão referente ao que ocorre dentro das Universidades que por sua vez é proveniente de uma avaliação externa e interna analisando como vem ocorrendo esta relação entre as comissões avaliadoras que emitem seus pareceres para as Universidades.

Esta questão problema, apesar de ter partido de um interesse pessoal, e amadurecido com as leituras de artigos, dissertações, teses e outras fontes, é instigante para todos os membros que fazem parte de uma Universidade já que além de avaliarem são avaliados e podem não ter o conhecimento acerca do que vem sendo feito com os resultados.

Diante disso, Sobrinho (2003) ressalta que a avaliação não deve ser sinônimo de controle, mas sim de um instrumento que eleve a consciência dos problemas projetando assim

novas possibilidades de construção. Sendo assim, para o autor se os sujeitos da educação não se sentem responsáveis pelas ideias e pelas ações educativas, as transformações terão um sentido meramente burocrático, de regulação e de curto alcance.

A avaliação para Demo (1995) é uma necessidade intrínseca da intervenção adequada, pois para fazer uma intervenção é necessário um conhecimento correto das condições históricas concretas para assim inserir as mudanças. Ou seja, avaliação é compreendida como uma estratégia de questionamento e diagnóstico da realidade para que com o conhecimento adequado e reconstruído possa ocorrer então uma intervenção positiva, em prol da melhoria. “O objetivo central do processo avaliativo é promover a realização autônoma do projeto institucional, de modo a garantir a qualidade acadêmica no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão e no cumprimento de sua pertinência e responsabilidade social” (CONAES, 2004, p.4). Vemos que esta qualidade se direciona para todos os sujeitos da Universidade que estão ativos de alguma forma com a aprendizagem, porém ressaltamos aqui a qualidade da gestão, pois acreditamos que a avaliação promove um conhecimento valioso para os gestores que estão a frente dos cursos na medida em que tem acesso a todos os resultados das avaliações internas e externas.

Para Almeida (2005) avaliar é assumir uma atitude crítica, ou seja, buscar os fundamentos do que se investiga, verificando o objeto no contexto do qual ele se insere e com os diferentes elementos e ângulos que o determinam. Avaliar pressupõe definir princípios em função das metas que se pretende atingir, estabelecendo assim, ações, e caminhos para isso.

Consideramos que a avaliação atinge estas funções mencionadas por Demo e Almeida, e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) se os resultados obtidos forem analisados, refletidos, se direcionados para uma intervenção que contribua com a melhoria da Universidade como um todo, e nos itens específicos que foram avaliados. Para isso consideramos fundamental a discussão nesta pesquisa tanto da avaliação externa como a interna, na medida em que ambas se completam.

“A avaliação interna é um processo contínuo em que a instituição busca se autoconhecer com vistas ao aperfeiçoamento de suas atividades acadêmicas, objetivando melhorar a qualidade educativa e alcançar relevância social (AUGUSTO; BALZAN, 2007, p.608)”.

A Universidade tendo o conhecimento de seus potenciais e limitações pode definir estratégias que visem atender às suas necessidades voltada a um educação comprometida com a qualidade social. A avaliação interna na nossa visão tem esta particularidade por poder direcionar os rumos a seguir de forma mais objetiva, pois os resultados são mais restritos dos

explorados na avaliação externa, todavia ambas são de grande relevância para analisar a Universidade como um todo integrado.

Já no que se refere à avaliação externa Augusto e Balzan (2007, p.612) explicam que

A avaliação externa é realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES. O processo de avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior contidos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios das autoavaliações realizadas pelas CPAs. Esse tipo de avaliação, segundo o SINAES, deve se orientar por uma visão multidimensional, buscando integrar a sua natureza formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

A avaliação externa sendo elaborada pelas comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e seguindo as Diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior efetiva a regulação da qualidade do ensino superior, todavia esta regulação não é sinônimo de controle e nem está destituída das suas funções, pois existe a necessidade da Universidade passar por estes processos pelo seu próprio conhecimento das suas funções diante da sociedade, ou seja com seu compromisso social seja de formação profissional ou de disseminação de pesquisa e conhecimento. A avaliação externa é ressaltada por Augusto e Balzan (2008) como sendo também formativa, ou seja, busca por meio de diferentes instrumentos, chegar a possíveis medidas que ajudem na melhoria dos cursos/instituições.

Acreditamos que a avaliação externa esteja pautada em critérios das quais as Universidades tenham conhecimento, sendo assim os resultados das avaliações de certa forma poderiam ser satisfatórios em nível nacional, e não apresentarem grandes dificuldades na realização destas avaliações, pois na nossa concepção avalia-se aquilo que está sendo desenvolvido.

Visualizamos a avaliação como um suporte para as transformações dentro do ensino superior, pois é por meio do diagnóstico que as soluções são propostas para atender as demandas de cada curso que pode estar direcionado à matriz curricular e na sua práxis, e nos projetos pedagógicos ou questões de infraestrutura. São estes itens que acabam interferindo na elaboração das políticas públicas do ensino superior, pois, tem na avaliação o instrumento que coleta dados diferenciados que retratam as necessidades e características de cada curso.

Diante destes apontamentos e reflexões iniciais se faz necessário discutir esta temática da avaliação em uma dimensão diferente daquela que muitos acreditam ser a sua função primordial, ou seja, avaliar para classificar, regular, estipular notas. Com isso é relevante discutir esta temática na atualidade onde esta em vigor o ENADE que é parte integrante do

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior para analisar a influência de seus resultados nas ações dos coordenadores dos cursos de Educação Física das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Ressaltamos que não foram encontrados estudos direcionados para os sujeitos desta pesquisa, ou seja, os coordenadores de cursos de Educação Física nas Universidades Comunitárias, todavia já foram realizadas pesquisas abordando a temática do ENADE e da avaliação interna que serão expostos no Capítulo I desta dissertação referente aos fundamentos teóricos metodológicos da pesquisa.

É neste sentido que temos como objetivo geral da pesquisa analisar as ações implementadas pelos coordenadores de cursos de Licenciatura em Educação Física de universidades comunitárias, após o resultado do ENADE e de outros procedimentos avaliativos. Com isso se faz necessário discutir as políticas de avaliação no ensino superior e sua história para analisar em que contexto o ENADE se insere nos dias atuais, e a avaliação interna que contempla a autoavaliação da instituição para assim discutir sobre as ações que estão sendo efetivadas com os resultados.

Os objetivos específicos desta pesquisa são destinados a compreender de que maneira as políticas de avaliação podem interferir na melhoria da qualidade do ensino superior; discutir a relação das Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação em Educação Física com o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes e os Projetos dos referidos cursos e por fim verificar as ações dos coordenadores dos cursos de Educação Física de Universidades Comunitárias de Vacaria a partir do ENADE e de outros procedimentos avaliativos.

Com a finalidade de nortear teoricamente estes objetivos, a metodologia desta pesquisa, que será apresentada no Capítulo I se caracteriza quanto aos objetivos, como descritiva e exploratória, visando descrever as características de determinada população ou fenômeno envolvendo levantamento bibliográfico, e tem como sujeitos de pesquisa as pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado. Quanto à abordagem esta pesquisa classifica-se como quantitativa no que se refere à coleta de dados e a pesquisa qualitativa para a análise destes fornecendo uma análise mais detalhada da investigação e do comportamento em geral dos investigados.

Sendo assim, a pesquisa será baseada na análise documental contemplando as provas do ENADE do ano de 2004 e 2007 dos cursos de Educação Física das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as Diretrizes Curriculares Nacionais do referido curso, os Projetos Pedagógicos dos cursos das duas Universidades Comunitárias pesquisadas entre outras documentações referente as avaliações externas e internas.

O instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário aberto com questões referentes as ações realizadas pelos coordenadores pós recebimento dos resultados das avaliações externas, no caso o ENADE e internas, seguido de uma entrevista sem estrutura, ou seja, realizada no momento do recolhimento dos questionários em que o participante da pesquisa representado pelos últimos coordenadores dos cursos de Educação Física das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina puderam expressar suas visões acerca do ENADE, e responderem à dúvidas e esclarecimentos da pesquisadora sobre as suas respostas. Para analisar os resultados dos questionários e dos dados coletados na documentação explicitada anteriormente foi utilizado a análise de conteúdo proposta por Bardin (2001), trazendo a discussão teórica com a fala dos coordenadores participantes.

A estrutura Capitular desta dissertação contempla cinco capítulos dentre eles a metodologia já explicada acima, visando atender aos objetivos específicos e conseqüentemente, o objetivo geral utilizando na discussão autores que abordam a temática acerca da avaliação na visão de que esta cumpre seu papel em prol da melhoria da qualidade partindo do ponto de vista que isto ocorre desde que sejam efetuadas ações com os resultados.

O Capítulo II desta dissertação com título de “Políticas da Educação Superior: Avaliação Interna e Externa das Universidades”, discute as políticas de avaliação do ensino superior utilizando um breve resgate da história da avaliação no Ensino Superior, partindo do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) até o ao SINAES contemplando o ENADE que entrou em vigor no ano de 2004. Além disso, serão abordados as Avaliações internas e externas das Universidades contemplando questões referentes a autorização do curso a autoavaliação institucional, pois devido ao crescimento da quantidade de Universidades se faz necessário o processo de autorização e reconhecimento que permitem a sua implementação, ou mesmo a continuidade de seu funcionamento. Este capítulo ressalta que a Universidade é avaliada tanto com procedimentos externos como internos na tentativa de retratar a realidade dos cursos analisando suas necessidades e pontos positivos para nela poder intervir com ações que ajudem na melhoria da qualidade. Para subsidiar a discussão destes itens utilizamos autores como Sguissardi (1999), Gomes (2002), Rodrigues (2008), Brito (2004), Polidori (2009) entre outros.

Já no Capítulo intitulado “Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes e as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Educação Física: Análise dos Projetos Pedagógicos” aborda a análise das questões das prova do ENADE do ano de 2011 em consonância com as Diretrizes Curriculares do ensino superior com enfoque no curso de Educação Física analisando a coerência dos conteúdos presentes nas provas com os que estão

presentes nas Diretrizes que por sua vez também se fazem presentes nos Projetos dos cursos. Pretendemos analisar se existe esta relação e se esta interfere no desempenho dos alunos, pois sabemos que em muitos casos o que está presente dos documentos não é o que ocorre dentro da sala de aula, deixando o ensino comprometido em alguns aspectos por não seguir estes documentos.

Consideramos necessário nesta pesquisa elucidar as características das provas do ENADE, trazendo em discussão a coerência deste com as Diretrizes Curriculares Nacionais, e das Diretrizes com os Projetos dos cursos de Educação física das Universidades Comunitárias do Rio grande do Sul e Santa Catarina subtendendo-se assim que se esta relação vem ocorrendo é um indicativo que interfere positivamente nos resultados do ENADE. Acreditamos que é por meio das avaliações que estas limitações transparecem, por isso, a relevância deste processo avaliativo ser contínuo englobando diferentes instrumentos. Para sustentar esta discussão teórica forma utilizados os autores como Sobrinho (2010), Ristof e Giolo (2006), Santos e Silva (2009), Castellani Filho (1998), Gaspari (2004) entre outros.

O Capítulo IV com título de “Discussão dos Resultados: Ações dos Coordenadores dos cursos de Educação física da região sul diante dos resultados das avaliações”, traz uma análise dos resultados das provas do ENADE dos cursos de graduação em Educação Física de 2004 e 2007 das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina analisando os diferentes itens que foram avaliados tendo como referência os relatórios publicados pelo INEP contemplando tabelas elaboradas com os índices mais significativos em relação ao desempenho dos alunos na formação geral e componente específico da prova, sobre as impressões dos alunos acerca da prova e também um questionário Socioeconômico com as condições dos recursos físicos e pedagógicos da instituição e à qualidade do ensino oferecido.

Além das análises das avaliações externas, que por sua vez contemplam a documentação das duas Universidades Comunitárias pesquisadas acerca do reconhecimento e autorização dos cursos de Educação Física, também apresentamos os resultados das avaliações internas para que possam ser analisadas em conjunto partindo da visão que a avaliação externa e interna se completam. Após a análise destes dados das avaliações, será apresentado a reflexão acerca das ações dos últimos coordenadores do curso de Educação Física da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul diante dos resultados das avaliações externas e internas. Para sustentar estas análises foram utilizados autores como Dias Sobrinho (2008), Limana e Brito (2005), Soares (2011), Galdino (2011) entre outros.

Buscamos por meio desta pesquisa, possibilitar uma reflexão que apresente a utilização dos resultados como fonte para promover uma melhoria na educação superior, utilizando a concepção de avaliação externa e interna de diferentes autores, e dos dados coletados no decorrer da pesquisa. Acreditamos na possibilidade que são as ações feitas diante das avaliações onde se encontra a possibilidade de mudança e temos a esperança de encontrar na fala dos gestores dos cursos de Educação Física das Universidades Comunitárias ações coerentes e adequadas a cada realidade fazendo o uso dos resultados do ENADE e das avaliações internas, acreditando ser esta uma das funções primordiais da avaliação, diagnosticar para gerar mudanças em prol da melhoria da qualidade.

Todavia, também temos consciência das limitações presentes na avaliação, ressaltando que este instrumento não pode ser analisado isoladamente sem os critérios externos que podem influenciar os resultados. Sendo assim, a avaliação inserida no contexto total da educação superior, ou seja, fazendo parte de um processo que está sujeito a erros e acertos, modificações e reflexões é uma forma de conhecer a realidade de um curso para com as análises dos resultados tentar intervir positivamente para seu desenvolvimento, fator que depende da postura do coordenador em conjunto com toda a Universidade.

Esperamos que esta pesquisa possa colaborar com uma melhor compreensão daquilo que ocorre dentro das Universidades com as avaliações internas e externas, analisando que rumos o sistema de avaliação do ensino superior esta tomando de acordo com as ações dos coordenadores dos cursos que tem acesso as avaliações internas e externas. Salientamos a importância desta dissertação para gerar também reflexões por parte dos leitores, professores da área da Educação Física, e gestores e da Universidade como um todo, para que consigam visualizar o que está por trás das provas e conceitos obtidos que muitas vezes são divulgadas fora de seu contexto real, ou seja, desarticuladas de todo processo que perpassa esta avaliação. Abrir um leque de discussão na área de Educação Física, retratar a realidade seja do curso, bem como da postura dos gestores diante dos resultados do ENADE e até mesmo de sua visão e conhecimento acerca da concepção de avaliação no ensino superior se faz fundamental para analisar qual está sendo a aplicabilidade desta política pública no ensino superior.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este capítulo tem a finalidade de analisar as possíveis ações dos coordenadores dos cursos de Licenciatura em Educação Física das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina frente aos resultados dos procedimentos avaliativos internos e externos, apresentando os procedimentos metodológicos utilizados nesta dissertação.

Como abordamos anteriormente, pesquisas já foram feitas sobre a temática, porém no que diz respeito aos cursos de Educação Física de Universidades Comunitárias em específico trata-se de uma pesquisa inédita não sendo encontrado nenhum trabalho com este objeto de pesquisa. Neste sentido iremos dissertar sobre a contribuição da avaliação do ensino superior externa e interna para com os cursos de Educação que por sua vez sofreu alterações no currículo em termos de concepção decorrente das Diretrizes Curriculares Nacionais. Portanto, é de grande importância uma pesquisa que levante os dados dos referidos processos e analise em que medida os resultados das avaliações internas e externas vêm concretizar-se em ações dos coordenadores dos Cursos das referidas instituições.

A pesquisa em educação, de acordo com André (2001), evoluiu nos últimos anos de acordo com as próprias mudanças nos diferentes contextos histórico e social sendo assim, as temáticas, problemas e interesses dos pesquisadores ampliaram-se e se diversificaram cada vez mais abrindo espaço para uma abordagem de pesquisa mais crítica. No que se refere ao efetivo papel da pesquisa em educação alguns acreditam que esta objetiva a geração de conhecimentos, para outros é entendida como a busca de um questionamento sistemático e crítico, assim como alguns centram a atenção no processo de desenvolvimento da pesquisa e no tipo de conhecimento que ela gera, outros se preocupam com os achados e a aplicabilidade e utilidade social da pesquisa.

Esta pesquisa busca pautar-se nas concepções de pesquisa em educação defendida por André (2001), todavia consideramos de grande relevância sua aplicabilidade social seja como uma fonte de informação dos resultados para que venha gerar uma reflexão por parte da sociedade, e de maneira especial pelas Instituições participantes desta pesquisa no sentido de reflexão, bem como de pensar novas possibilidades para se planejar ações, a partir das avaliações internas e externas e também promover amplo debate com a comunidade acadêmica acerca da temática.

O percurso metodológico desta pesquisa será norteada pela concepção metodológica histórico-crítica, acreditamos que a pesquisa precisa ser de utilidade social, seja para refletir

sobre um problema, bem como para evidenciar a partir dos dados obtidos das avaliações internas e externas, podendo assim ser utilizados pelas Universidades pesquisadas nos diversos espaços de planejamento concretizando-se em ações que venham ao encontro de uma qualidade social nos cursos de graduação em Educação Física das referidas instituições. Não basta apenas conhecer a realidade é preciso agir de forma crítica e reflexiva sobre o objeto, ou seja, os coordenadores conhecem a realidade a partir das avaliações e para poder intervir nela é preciso a tomada de decisão. Além de esta pesquisa buscar investigar esta questão, irá também propiciar uma reflexão dos participantes da pesquisa acerca do tema.

Sobre isso, Kosik (2002) acredita que a atitude primordial do homem diante da realidade não é dar sentido de uma mente pensante que somente examina a realidade, mas, sim a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais.

Para Kosik (2002, p. 36),

A realidade é um todo de relações que se apresenta imediatamente ao homem de forma caótica, o todo é imediatamente acessível ao homem, mas é um todo caótico e obscuro. Para que se possa conhecer e compreender este todo, possa torná-lo claro e explicá-lo, o homem tem de fazer um detour: o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, o todo através da mediação da parte. (...) O método da ascensão do abstrato ao concreto é o método do pensamento; em outras palavras, é um movimento que atua nos conceitos, no elemento da abstração.

Observamos que o papel do pesquisador, a partir deste referencial, passa a exercer uma postura mais ativa e compromissada com seu objeto descrevendo e analisando dados de uma forma mais crítica, que possibilita uma ampliação de discussão não se detendo em quantidades e sim, em reflexões de um determinado problema com uma abordagem qualitativa, utilizando pesquisas etnográficas, participante, pesquisa-ação entre outras.

“O termo pesquisa indica o estudo de problemas, problematização da realidade, qualificação de questões, a dinâmica do conhecimento em torno de perguntas geradoras e a busca e construção de respostas científicas para os problemas abordados” (GAMBOA, 2007, p. 22). O ponto de partida de uma pesquisa surge de uma problemática que inquieta o pesquisador que por sua vez irá elaborar um projeto com sólidos fundamentos teóricos buscando instrumentos de coleta de dados que possibilitem a resolução ou mesmo a reflexão crítica deste problema.

De acordo com Campos (2009) a pesquisa é um tipo de atividade humana que como todas outras está sujeita aos mesmos constrangimentos, influências e limitações. A universidade e os centros de pesquisa estão diretamente inseridos na sociedade mantendo com ela relações diversas, mais ou menos visíveis, mas contraditórias e complexas. Os conhecimentos, as teorias, as concepções, assim como versões dos resultados da pesquisa, circulam entre atores situados em diferentes setores, que rejeitam ou se apropriam deles a seu modo, devolvendo essas concepções modificadas aos pesquisadores, por meio de ações observadas, discursos colhidos e efeitos supostamente produzidos por sua atuação.

Para Shigunov Neto e Maciel (2009) a pesquisa pressupõe alguns elementos fundamentais para sua realização, que dizem respeito à criatividade, à inovação, à elaboração própria, o questionamento da realidade, a criação, a descoberta. Sendo assim, a pesquisa, de forma geral, no âmbito educacional compreende a capacidade do pesquisador em elaborar e construir conhecimento por si próprio, ou seja, é uma construção pessoal, mas que sempre traz benefícios para o coletivo apresentando múltiplos horizontes e perspectivas redescobrimo a realidade. A realidade é composta por muito mais do que somente aquilo que se pode compreender e visualizar, nesse sentido, à ciência cabe o papel fundamental de captar e compreender o todo da realidade, não a reduzindo a pequenos fragmentos da realidade. Trata-se de uma indagação em que se busca compreender a essência do significado de pesquisa e torná-la comum, estando sempre articulada com o ensino.

Para compreender a realidade é preciso conhecer as partes que fazem parte do todo, pois, cada uma tem sua particularidade e necessita ser analisada inicialmente separadamente e após em conjunto fazendo as devidas relações. É dentro deste contexto que a pesquisa busca diferentes alternativas e metodologias para buscar conhecer a realidade, sendo um processo de investigação contínua.

Demo (2003) sinaliza que para captar a realidade é necessária uma concepção teórica que possibilite a sua interpretação, com isso uma pesquisa teórica conhece a fundo teóricos relevantes, aceita o desafio criativo, investe na consciência crítica. Além disso, a metodologia tem grande relevância na pesquisa, pois é considerada um dos momentos importantes no sentido de nortear uma pesquisa, ou seja, por criar caminhos para a ciência, com isso, embora todos busquem a mesma verdade cada qual encontra uma concepção possível, com realidades e visões diferentes acerca de um mesmo objeto.

A partir destes pressupostos, os fundamentos teóricos metodológicos que guiam uma pesquisa precisam estar bem estruturados de acordo com os objetivos a serem seguidos, porém é possível que sejam encontradas respostas e reflexões que não foram previstas

gerando diferentes interpretações. Demo (2003) explica que a descoberta de um cientista não cria uma nova realidade, apenas cria um novo conhecimento acerca desta porque a história tem sempre antecedentes. É importante destacar que a ciência tem também a marca do seu construtor, pois analisa a realidade a partir do seu ponto de vista, bem como de seus questionamentos. Demo define a pesquisa como sendo um diálogo inteligente com a realidade que produz conhecimentos neste contexto comunicativo.

Para isso, a investigação é caracterizada por um conjunto de princípios e orientações para os procedimentos que conduza a um propósito claro bem definido. Este processo se caracteriza primeiramente, com a construção de um projeto de pesquisa, que apresenta uma questão problema, justificativa, objetivos, uma revisão da literatura além da definição de uma metodologia para coletar e posteriormente analisar os dados (MOREIRA, CALEFFE, 2008).

O conhecimento científico para Gressler (2004) provém da pesquisa que por sua vez é submetido a reaplicações, confirmações ou rejeições distinguindo-se do conhecimento baseado no senso comum buscando saber as causas e os efeitos, os como e os porquês de determinado problema. Demo *apud* Gressler (2004) coloca em evidência que pesquisar é dialogar de forma inteligente com a realidade, fazendo o uso de uma pesquisa fundamentada num referencial de outras pesquisas já realizadas tendo como base a opinião, descobertas e reflexões de outros autores.

“A pesquisa científica pode ser entendida como uma forma de observar, verificar e explicar fatos a respeito dos quais o homem necessita ampliar sua compreensão, ou testar a compreensão que já possui respeito dos mesmos”(GRESSLER, 2004, p.42). Os mesmos autores completam que fazer pesquisa é fazer ciência seguindo os princípios do método científico. Portanto, a pesquisa científica está ligada a campos em que se faz necessário o entendimento humano e encontra-se fundamentada em um método.

A metodologia é o diferencial da pesquisa, pois ela contempla os instrumentos adequados para cada objetivo e problema estabelecido e por isso é indispensável seguir um roteiro de ações com rigor científico que possibilite fazer ciência.

Destacando a importância da metodologia no processo de uma pesquisa André observa:

Temos destacado a importância de que os trabalhos atendam aos critérios de relevância científica e social, ou seja, estejam inseridos num quadro teórico em que fique evidente sua contribuição ao conhecimento já disponível. Temos valorizado a opção por temas engajados na prática social. Temos cobrado das pesquisas que tenham um objeto bem definido, que os objetivos ou questões sejam claramente formulados, que a metodologia seja adequada aos objetivos e os procedimentos metodológicos suficientemente descritos e justificados. A

análise deve ser densa, fundamentada, trazendo as evidências ou as provas das afirmações e conclusões. Deve ficar evidente o avanço do conhecimento, ou seja, o que cada estudo acrescentou ao já conhecido ou sabido. Esses seriam os critérios gerais a serem perseguidos em qualquer tipo de estudo (ANDRÉ, 2007, p. 125).

Todo o processo da pesquisa precisa ser bem estruturado e definido inicialmente para que assim o pesquisador possa buscar alternativas e métodos para atingir fins determinados e pré-estabelecidos e para isso, uma pesquisa precisa ter dados de outros estudos que comprovem os argumentos do pesquisador.

Em relação a esta pesquisa, muitos autores como Brito (2004), Cunha (2004), Castellani Filho (1998), Dias Sobrinho (2010), Gomes (2002), Mata (2010), Marchelli (2007), Polidori (2009), Reis (2009), Rothen e Bayero (2008), Santos e Simões (2008), Sguissardi (2006), Vianna (2003), Sorgatto (2009) entre outros, abordam as questões relativas ao ensino superior, em especial a avaliação na educação no âmbito escolar ou universitário enfatizando na docência, na formação profissional, bem como na avaliação da aprendizagem e na avaliação externa destes, ou seja, esta temática abrange um variado campo de discussões.

A dissertação de mestrado de Reis (2009) que teve como título “O uso dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes nos cursos de Física da Universidade de Brasília e da Universidade Católica de Brasília (2005)”, apresenta aspectos comuns a esta pesquisa no que se refere à utilização dos resultados do ENADE fazendo uma comparação da Universidade Pública e Privada. A pesquisa de Rothen e Nasciutti (2011) com título de “A educação superior em prova: o perfil da educação superior apresentado pelos resultados do Enade 2005 e 2006” faz uma análise destas provas indo ao encontro da nossa pesquisa no momento, trazendo os resultados do ENADE de 2004 e 2007 dos alunos do curso de Educação Física das Universidades Comunitárias do RS e SC. Já a pesquisa de Souza e Souza (2009) com título de “Resultados do ENADE na gestão acadêmica de cursos de licenciaturas: Um caso em estudo”, buscou assim como esta pesquisa analisar a ação dos coordenadores dos cursos de Licenciatura nas Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Vemos que existem pesquisas semelhantes no que se refere a alguns aspectos, porém não foram encontrados estudos direcionados para os coordenadores dos cursos de Educação Física bem como em Universidades Comunitárias, sendo então uma pesquisa que apresenta elementos que nos levam a classificá-la como inédita.

1.1 Características da pesquisa

Esta pesquisa se caracteriza quanto aos objetivos, como descritiva e exploratória. Para Gil (1991), a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno sendo um dos instrumentos de coleta de dados o questionário, do qual utilizamos nesta pesquisa. Nossa pesquisa também é exploratória, pois envolve levantamento bibliográfico, bem como tem como sujeitos de pesquisa as pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, os seja com os coordenadores dos cursos de Educação Física das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A pesquisa exploratória, ou estudo exploratório, tem por objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere. Pressupõe-se que o comportamento humano é melhor compreendido no contexto social onde ocorre (Piovesan e Tempolin, 1995, p. 321.)

Quanto a abordagem esta pesquisa classifica-se como quantitativa no que se refere a coleta de dados e a pesquisa qualitativa para a análise destes que de acordo com Marconi e Lakatos (2009) é um método que preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos descrevendo a complexidade do comportamento humano, fornecendo uma análise mais detalhada da investigação e do comportamento em geral dos investigados, se baseando na interpretação de fenômenos. Gressler (2004) completa que a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados com a mínima intervenção do pesquisador sendo fundamentalmente interpretativa com a descrição de um fenômeno em um contexto. Além disso, a pesquisa qualitativa utiliza a literatura de uma forma indutiva no final do estudo para compará-la e contrastá-la com os resultados obtidos.

Quanto aos procedimentos técnicos de coleta de dados esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, documental e de estudo de caso. Silva, Almeida, Guindani (2009) consideram que a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico como os livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários. Martins (2000) completa que a pesquisa bibliográfica busca conhecer as contribuições científicas a respeito de um assunto, recolhendo, selecionando e analisando as contribuições teóricas que já existem sobre a temática. Oliveira (2007) ainda ressalta que este tipo de pesquisa proporciona aos pesquisadores e o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo, tendo a consciência de que as referências utilizadas já são reconhecidas do domínio científico.

De acordo com Silva, Almeida, Guindani (2009) a pesquisa documental busca as informações em documentos, como relatórios, reportagens de jornais, revistas entre outras matérias de divulgação.

Figueiredo (2007) esclarece que tanto a pesquisa documental como a pesquisa bibliográfica utilizam o documento como objeto de investigação. No entanto, o conceito de documento sobrepõe a ideia de textos escritos e/ou impressos, pois pode ter como fonte de pesquisa além de documentos escritos filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Nesta pesquisa nossos documentos se restringem as análises das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Educação Física, bem como os Projetos destes cursos das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a análise das provas do ENADE em sua estrutura juntamente com a Portaria 217 para o referido curso e, por fim, a análise dos relatórios do ENADE das provas de 2004 e 2007 publicadas no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Ainda serão analisadas as avaliações internas que a instituição passou, sendo contemplada pelas avaliações online.

A pesquisa documental se destaca nesta pesquisa como um suporte para as discussões feitas com a teoria provinda da pesquisa bibliográfica e com os dados coletados por meio do questionário e da entrevista, pois será uma ponte para fazer as relações do que se encontra no papel, seja referente às Leis ou pareceres de avaliação, com o que se efetiva na prática dos cursos de Educação Física.

Esta pesquisa constituir-se-á de um estudo de caso que de acordo com Gil (1991), sendo aquela que envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento. Para Gressler (2004) a pesquisa em forma de estudo de caso enfatiza os estudos do passado, presente e de interações de uma unidade, que pode ser um indivíduo, um grupo uma instituição ou comunidade selecionada por sua especificidade. De acordo com o autor, o estudo de caso não é um estudo isolado, pois todos os elementos estão integrados, baseia-se sim em uma variedade de informações, com diferentes pontos de vista que se fazem presentes na mesma situação.

1.2 Contextualização do universo da pesquisa:

Os sujeitos desta pesquisa corresponderam aos coordenadores dos cursos de graduação em Educação Física de duas Universidades Comunitárias da região sul, sendo uma delas no Rio Grande do Sul e outra em Santa Catarina.

O curso de graduação em Educação Física nos chamou a atenção para ser analisado nas questões referentes às avaliações externas e internas pelo fato de ter sofrido uma mudança nas Diretrizes Curriculares no ano de 2004, que resultou na alteração das disciplinas seja em sua carga horária, ou na inserção de conteúdos, que até o momento não haviam sido desenvolvidos. Com esta mudança do perfil do curso, também se buscou um novo profissional

da área que atendesse a essas mudanças, bem como os professores necessitaram se adaptar a um novo currículo. Dentro deste contexto, ao longo da dissertação, buscar-se-á investigar como está sendo efetivado o processo avaliativo destes cursos. Torna-se relevante a discussão de como as próprias Universidades, alunos e professores se adaptaram às mudanças ocorridas já que a avaliação externa é sustentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

A opção de escolher as duas Universidades Comunitárias para a realização da pesquisa se justifica pelo fato de serem universidades do interior, advindas de momentos de interiorização do ensino superior tanto em Santa Catarina como no Rio Grande do Sul. Estas Universidades preenchem lacuna uma vez que, nem todos tinham naquele momento histórico de acesso às Universidades públicas. Por outro lado salienta-se que as Universidades cumprem um papel na formação de profissionais de Educação Física para a região. Além disso, a Universidade do Rio Grande do Sul é avaliada externamente pelo MEC/ Conselho Nacional de Educação, enquanto a Universidade de Santa Catarina é avaliada pelo Conselho Estadual de Educação, uma vez que as Universidades Comunitárias de Santa Catarina têm seus processos de criação, credenciamento e reconhecimentos de cursos por este Conselho.

As Universidades Comunitárias para Bittar (1999) constituem um segmento distinto no ensino superior brasileiro, cujo surgimento ocorreu quando a sociedade brasileira organizava-se, por meio de suas representações, para acompanhar e influenciar o Congresso Nacional às voltas com a elaboração de uma nova Constituição para o país. O período compreendido entre o início da década de 80 e meados dos anos 90 foi especialmente importante para o setor privado de ensino superior que vivia o auge de sua expansão e almejava garantir o acesso às verbas governamentais.

Silva (2004) completa que as Universidades Comunitárias representam um embrião de um ideal de universidade pública que expressa a razão pública de interesses universais equânimes que nasceram não só da falta de razão pública do Estado nacional, mas também do interesse em criar um lugar para se gestar uma vida coletiva emancipada. No decorrer de suas trajetórias não tinham confiança no Estado, mas lutavam pela democratização deste com a perspectiva de fazer parte do espaço estatal.

Conseqüentemente, uma das características da universidade comunitária para Silva (2004) não tem a confissão e a ideologia como especificidade e distinção, é a participação da comunidade nas tomadas de decisões. A exigência legal, no caso das comunitárias, é quase que uma redundância, considerando serem elas, oriundas da organização de setores representativos das comunidades regionais. No entanto, a exigência tem sua importância no sentido de garantir que a universidade comunitária seja uma organização aberta para a

comunidade e não fechada em grupos ou associações, o que as fazem diferentes das confessionais.

Segundo Bittar (1999) a denominação Universidade Comunitária tem a sua gênese profundamente enraizada nas experiências de interiorização, integração regional e desenvolvimento das comunidades locais, preconizadas pelas universidades gaúchas. Pelo fato de as universidades comunitárias serem declaradas “*entidades filantrópicas sem fins lucrativos*” e serem isentas de pagamentos de impostos elas têm que oferecer bolsas de estudos a seus alunos mais carentes possuindo sistemas ou programas próprios de bolsas, como também, para seus funcionários administrativos que estudam na instituição. Muitas delas, cujas mantenedoras possuem escolas de ensino fundamental e médio, também destinam bolsas para filhos de funcionários ou de professores que estudam naquelas escolas.

A Universidade Comunitária visa exercer seu papel em prol de um grande grupo de pessoas, não é excludente, busca englobar a comunidade da região nas ações das Instituições tendo por sua vez caráter participativo, enfatizando assim uma gestão democrática. Não sendo uma instituição com fins lucrativos investe os recursos obtidos na própria Universidade, tendo assim uma maior transparência dos investimentos e conseqüentemente uma prestação de contas para a sociedade que dela faz parte. Acreditamos que as Universidades Comunitárias por não dependerem do Estado ou de empresas entre outras particularidades já mencionadas anteriormente, possam utilizar as avaliações internas e externas dentro de suas particularidades e princípios sendo relevante analisar como elas se engajam nos procedimentos de avaliação e que ações efetivam após o recebimento dos resultados.

1.3 Instrumento de coleta de dados:

Para coletar os dados desta pesquisa, além da pesquisa bibliográfica, da análise documental referente aos projetos dos cursos, das Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como das provas do ENADE do curso de Educação Física, e seus pareceres, enfim, de suas avaliações internas e externas, utilizamos duas etapas para investigar as ações dos coordenadores de Educação Física a partir do processo avaliativo destas instituições.

Inicialmente aplicamos um questionário com questões referentes ao reconhecimento do curso, aos procedimentos internos e externos de avaliação, em especial a percepção dos três últimos coordenadores de cada curso de Educação Física das Universidades Comunitárias de Santa Catarina e Rio grande do Sul acerca do ENADE em consonância com as Diretrizes Curriculares, bem como os procedimentos adotados com os pareceres dos Conselhos, seguido de uma entrevista semi-estruturada que permitiu refletir sobre certos questionamentos dando

uma abertura para os coordenadores expressarem suas opiniões de uma forma mais aberta. Como ocorreram mudanças nas coordenações de ambos os cursos vimos a necessidade de expandir a discussão para os coordenadores que estiveram à frente do curso antes da atual gestão do ano de 2011 para compreender melhor o processo de avaliação, além de conhecer visões e ações diferentes do mesmo curso.

O questionário para Moreira e Caleffe (2008) tem sido uma das formas mais populares para a coleta de dados, pois além de poderem ser enviados por correio eletrônico as respostas podem ser quantificadas. Optamos por este instrumento, pois também é de fácil aplicabilidade para o pesquisador como também menos cansativo para quem responde já que demanda menos tempo por contemplar questões objetivas e diretas, sendo assim acreditamos que exista uma maior fidedignidade dos dados pelo conforto do sujeito da pesquisa.

As questões elaboradas para o questionário se destinam a elaboração do projeto e reconhecimento do curso de educação Física nas duas Universidades Comunitárias estudadas, os procedimentos de avaliação interna das instituições e ações dos coordenadores diante destas, bem como questões referentes à avaliação externa, ou seja, o ENADE relacionado com as Diretrizes Curriculares Nacionais e a tomada de decisões pelos coordenadores após o recebimento dos resultados.

De acordo com Moreira e Caleffe (2008) na aplicação do questionário geralmente o pesquisador não está presente, permite o anonimato pelo respondente, possibilita que o pesquisador responda as questões no seu próprio ritmo, fator que não ocorre nas entrevistas, assim como a data e hora do preenchimento fica a cargo do respondente. Outros benefícios do questionário é que todos os participantes respondem os mesmos itens e com isso o pesquisador tem certo controle, por saber que as respostas estão direcionadas para aqueles determinados itens, fato que também não ocorre numa entrevista. Um questionário aberto do qual iremos utilizar podem integrar questões descritivas, mas devendo ser atrativo, breve, fácil de entender e de preenchimento razoavelmente rápido, além de adequar o vocabulário conforme o público-alvo.

Acreditamos que além destes benefícios, os coordenadores dos cursos que são os participantes desta pesquisa por meio do questionário possam expressar melhor suas opiniões com mais tranquilidade e menos receio pela ausência do pesquisador tendo mais abertura, bem como um maior tempo para responder as questões. Moreira e Caleffe (2008) ressaltam que as categorias das respostas devem estar bem definidas. Para analisar se o questionário irá atingir os objetivos da pesquisa o teste-piloto permite visualizar possíveis falhas, além de descobrir o tempo necessário para responder e as mudanças que podem ser feitas.

Após a aplicação e análise dos questionários será aplicada uma entrevista, que de acordo com Marconi e Lakatos (1999) é um encontro entre duas pessoas com a finalidade de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado tema, mediante uma conversação de natureza profissional. É um instrumento utilizado a fim de coletar dados ajudando no diagnóstico ou no tratamento de um problema. Para concretização de uma boa entrevista o pesquisador deve se preparar anteriormente, buscando organizar sequencialmente os tópicos da pesquisa escolhendo um local adequado, obtendo a confiança do entrevistado (BARROS; LEHFELD, 1989).

Nesta pesquisa faremos o uso da entrevista não estruturada, a partir dos questionários aplicados, buscando um diálogo acerca das ações das Universidades, bem como dos coordenadores do curso diante dos resultados do ENADE e outros processos avaliativos externo e internos, uma vez que tais avaliações se pautam nas Diretrizes dos Cursos de Educação Física devendo estes serem trabalhados nesta perspectiva. Nesta pesquisa faremos o uso da entrevista para possibilitar um diálogo acerca do que os coordenadores do curso estão fazendo diante dos resultados do ENADE, possibilitando uma conversação que venha a obter informações relevantes.

Para Moreira e Caleffe (2008) a entrevista não-estruturada não tem um modelo com perguntas fixas apesar de seguir certa estrutura e um protocolo com temas e perguntas elaboradas. Um dos benefícios deste tipo de entrevista é que ela permite que o pesquisador faça novas questões, ou seja, tem mais liberdade como se fosse uma conversação mais cotidiana. Porém, o autor ressalta que ela também tem suas desvantagens, pois esta é mais difícil de ser analisada por existir pouca uniformidade durante a entrevista. Marconi e Lakatos (1999) completam que a entrevista também pode gerar em ambas as partes a dificuldade de expressão, a própria incompreensão das respostas ou perguntas, o receio do entrevistado em dar certas respostas por estar revelando sua identidade, podendo também sofrer a influência da presença do pesquisador. Além destes fatores, o pesquisador depende da disponibilidade do entrevistado para realizar a entrevista, assim como demanda mais tempo para a transcrição da mesma.

Os benefícios da entrevista de acordo com Marconi e Lakatos (1999) se referem à flexibilidade do entrevistador, seja para repetir as perguntas ou esclarecê-las melhor, ou possibilitar e observar reações, gestos dos entrevistados, o que não seria possível se fosse com outro instrumento de coleta de dados, oportunizando a obtenção de informações mais precisas, podendo ser comprovadas ou então por meio das discordâncias, perceberem-se possíveis respostas duvidosas.

Esta comparação e discussão dos dados são possíveis de serem realizadas com a união dos dois instrumentos de pesquisa, o questionário e a entrevista, pois a última pode contradizer, comprovar, ou até mesmo ampliar um conhecimento acerca das questões. O roteiro da entrevista será elaborado de acordo com as respostas obtidas no questionário-aberto, desta forma serão diferenciados para cada coordenador participante da pesquisa. Ressaltamos que, tanto o questionário quanto a entrevista, além do acesso aos documentos, foram realizados mediante termos de consentimento livre e esclarecido pelos participantes da pesquisa na condição que o sigilo dos nomes e das instituições fossem mantidos.

1.4 Procedimentos de análise de dados.

Na análise de dados para Moreira e Caleffe (2008) existem duas fases, a primeira se destina à descrição dos dados, onde o pesquisador agrupa todos os dados coletados para fazer suas análises, realizando as combinações necessárias de dados semelhantes. A segunda fase corresponde à interpretação destes resultados descritos, buscando identificar o que realmente é relevante na pesquisa, se baseando em evidências sistematicamente coletadas e analisadas, ou seja, não pode ser interpretada com palpite ou intuição. Estes autores informam que é essencial que o pesquisador antes de desenvolver qualquer tipo de análise que ele tenha uma grande familiaridade com os dados, pois a releitura do material e até mesmo a repetição da escuta da gravação dá um sentido de coerência aos dados no geral.

Para analisarem-se os dados obtidos na entrevista, bem como no questionário utilizamos a análise de conteúdos proposta por Bardin (2001) que tem como objetivo a manipulação dessas mensagens através de um instrumento de indução para se investigarem as causas a partir dos efeitos. Desta forma, existem diferentes possibilidades de desenvolver a análise dos dados utilizando este método, porém, nesta pesquisa serão utilizadas como referência as categorias: Políticas de Avaliação, Ensino Superior, ENADE e Educação Física. Para Bardin (2001) a categorização é uma operação de classificação de elementos que constituem um conjunto, no qual temas que possuem o mesmo significado ficam agrupados na mesma categoria, ou seja, na análise das entrevistas serão agrupados os conteúdos que dizem respeito à mesma categoria seguindo o referencial teórico.

No próximo capítulo faremos a discussão das políticas de avaliação no ensino superior e seus procedimentos da avaliação externa e interna, efetuando a contextualização histórica com as mudanças ocorridas nos últimos anos.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DAS UNIVERSIDADES

Este capítulo procura fazer uma análise das políticas de avaliação da educação superior, ou seja, a avaliação externa e interna das Universidades. Procuraremos explicitar de forma concisa a evolução histórica abrangendo os diferentes tipos de avaliação externa chegando até o Exame Nacional de desempenho dos Estudantes o ENADE, bem como as outras avaliações que ocorrem internamente nos cursos de graduação. A partir dos principais componentes que compõem o processo avaliativo do ensino superior, buscaremos verificar suas concepções, objetivos, características e mudanças ao longo das últimas décadas. Procuraremos refletir sobre o papel que as avaliações desempenham no cenário do ensino superior brasileiro, no sentido de que as Universidades venham cumprir o seu papel social, uma vez que, por meio das diferentes avaliações podemos apontar fragilidades e pontos fortes, levando a tomada de decisões por parte dos gestores a partir dos processos internos e externos em prol da melhoria da qualidade numa perspectiva social.

Cunha (2004, p.12) argumenta que: “tratar da universidade é focalizar uma instituição antiga, de quase um milênio de idade, que assume diferentes formas e identidades, conforme o século que se focalize, de acordo com o país que se tome”. Ao buscar as raízes da Universidade caracterizando-a como uma instituição milenar, cumpre evidenciar que a mesma acompanha a dinâmica da história devendo ser contextualizada em espaços, concepções e tempos diferenciados e sociedade com suas respectivas peculiaridades. A partir destes pressupostos, o autor informa que nas duas últimas décadas do século XX, o Estado atribuiu-se uma nova função, a da avaliação das universidades.

De acordo com Silva Jr e Sguissardi:

A universidade atual – originária do Estado moderno e cujos objetivos sociais e forma organizacional são destinados à manutenção e regulação do pacto social contemporâneo – deve concomitantemente contribuir para a construção da consciência crítica institucional deste tempo histórico da humanidade. Assim, toda a política relativa à universidade haverá de ser uma política de Estado, e não de governo, tendo por objetivo ordenar as relações que materializam a sociedade na direção da intensificação de seus traços de humanidade (SILVA JR; SGUISSARDI, 2005, p.17-18).

Segundo os autores, a Universidade atual construída dentro de contexto da sociedade contemporânea tem um compromisso no sentido da construção de uma consciência crítica,

enquanto instituição, em consonância com o momento histórico que vivenciamos. Outro aspecto muito importante que vai ao encontro da essência da instituição universitária ao longo de sua história é que as políticas relativas à universidade não podem se limitar à política de governo, mas uma política de Estado estando voltada ao verdadeiro compromisso no sentido de humanização da sociedade.

Diante disso, a discussão acerca da qualidade destas instituições se faz presente na atualidade, pois uma Universidade que assume um compromisso enquanto uma instituição voltada para atender as necessidades da sociedade ajudando tanto na sua formação acadêmica bem como colaborando com a disseminação do conhecimento provindos de suas pesquisas, precisa ter condições adequadas e qualificadas para exercer tais funções.

De acordo com Sguissardi (2009), a tendência atual do conceito de qualidade é associá-la a avaliação ou acreditação, bem como também se associa de forma ostensiva a competitividade e empregabilidade, enfatizando que este termo condiz com o contexto de que se condiciona. Para o autor, a qualidade no ensino, na pesquisa, no fazer universitário não é algo novo nem alheio à vida universitária, sendo uma temática bastante discutida, sendo assim, nas últimas décadas o termo e a noção de qualidade se fazem presentes constantemente em planos, programas, documentos oficiais.

Sguissardi (2009), explica que existem dois conceitos de qualidade, sendo elas, qualidade na ótica empresarial voltada para a eficiência e a produtividade, e a qualidade acadêmico-crítica que ao se propor integrar ensino, pesquisa em cada instituição e fugir da mera produtividade como medida de desempenho institucional buscando valorizar a qualidade do que se produz ao invés do quanto se produz. Dentro deste contexto Sguissardi ressalta que o que poderia contribuir com a qualidade, guardadas as circunstâncias da natureza institucional, são as novas exigências em termos de qualificação e regime de trabalho, que seria a dedicação integral dos docentes nas diferentes formas de organização universitária.

É de fundamental importância pra a qualidade da Universidade ter em seu corpo docente professores que atuem em tempo integral, pois além de estarem engajados em pesquisas existe também um maior comprometimento para o atendimento dos acadêmicos melhorando a qualidade do ensino da instituição a partir do momento que existe uma disponibilidade dos professores para atender as necessidades de uma Universidade dentro do tripé ensino, pesquisa e extensão.

A questão da qualidade surge como um problema socialmente significativo quando os resultados ou produtos que se obtém das instituições de educação superior deixam de corresponder às expectativas dos diferentes grupos e setores

que delas participam e mais, quando a frustração contínua dessas expectativas começa a se tornar insustentável (SCHWARTZMAN,1997,p.13).

Diante do processo avaliativo que passam as Universidades brasileiras, Saviani (2007), expõe essa situação com ênfase no neotecnicismo, onde o controle decisivo desloca-se do processo para a análise e a busca dos resultados. A avaliação destes resultados torna-se a principal função exercida pelo Estado com a finalidade de buscar e garantir a eficiência, bem como a produtividade. Essa avaliação passa a ser mediada pela criação de agências reguladoras e está presente na LDB que determina, com uma das prerrogativas da União de assumir a responsabilidade de avaliar o ensino em todos os níveis compondo um verdadeiro sistema nacional de avaliação tendo como os resultados obtidos o meio para distribuir verbas e alocação de recursos conforme os critérios de eficiência e produtividade. De acordo com a LDB, Art. 9º. A União incumbir-se-á de,

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino; IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino (LDB, 1996, p. 03).

Através do que se encontra garantido na LDB, compete à união a avaliação da educação superior e todo processo de implantação das instituições, ou seja, autorização, reconhecimento e credenciamento. Como mencionamos anteriormente na visão de Sguissardi existem dois tipos de qualidade na educação superior, diante disso a forma e a concepção de avaliação utilizada também está engajada com a qualidade que se pretende alcançar de uma instituição, ou seja, também existem dois lados da avaliação.

Buscando transcender estes argumentos enfatizamos como linha de reflexão nesta dissertação, de que avaliar em todo e qualquer processo é uma medida extremamente necessária. Entretanto, enfatizamos que a avaliação só tem sentido à medida que provoca reflexões, produz planejamentos e replanejamentos, enfim provoca ações voltadas à tomada de decisão em relação aos cursos de graduação no que se refere à qualidade social dos mesmos.

O que se observa no momento histórico atual é que são as Diretrizes que norteiam ações e projetos a serem desenvolvidos juntos aos cursos de Educação Física. Entretanto, ressalta-se, por outro lado, de acordo com o resultado de avaliações externas, servem como norteadores para ações voltada a uma implementação de uma educação com qualidade social.

Sobre a avaliação, Sguissardi e Silva Jr (2005, p.20-21) acreditam que

A avaliação é um momento ético da prática universitária, no qual os atores institucionais devem ponderar se estão consolidando, no que fazem, uma cultura que realize a identidade da instituição universitária. No entanto, também aqui se coloca o ordenamento jurídico, dada a origem estatal da universidade. Assim sendo, a avaliação universitária pode tornar-se um obstáculo a comprometer os demais princípios, bem como a própria identidade universitária. Aqui novamente é necessário indagar: qual dos pólos da contradição público/ privado está sendo fortalecido pela avaliação universitária, diante de um determinado projeto acadêmico- científico da instituição universitária? Quais são as dimensões essenciais do processo de avaliação: a auto-avaliação, a auto formação, a responsabilidade perante suas funções ou finalidades históricas, ou sua regulação, seu controle, segundo os cânones da heteronomia? Se a avaliação fortalecer tão somente a dimensão mais instrumental e pragmática da identidade da instituição universitária, ela estará contribuindo para a destruição da instituição.

Esses questionamentos feitos pelos autores retratam que a avaliação precisa buscar em sua essência resultados que venham a beneficiar a gestão da Universidade, tendo como pressuposto básico o cumprimento de seu papel social. Desta forma a maneira como a avaliação pode ser interpretada, bem como as ações feitas a partir delas, fazem o diferencial deste instrumento, necessário para promover a melhoria da qualidade social dos cursos de graduação. Caso contrário, se o processo avaliativo não estiver dentro destes parâmetros, pode vir a prejudicar, tornando-se uma mera ferramenta de controle sem estar efetivamente comprometido com o processo. Com isso, vemos que existem limitações no processo avaliativo condizente com sua interpretação, bem como a forma de sua aplicação, seja direcionada para o controle no intuito de classificação, ou voltada para a qualidade acadêmico-crítica que busca uma educação de qualidade engajada no ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, acreditamos que a avaliação seja ela interna ou externa é responsabilidade de toda a Universidade que por sua vez participa de programas avaliativos.

A avaliação da educação não pode deixar de envolver os sujeitos concernidos pelas atividades educativas (professores, estudantes, técnicos, administradores, membros da sociedade, responsáveis pelas políticas públicas...). A avaliação se realiza numa comunidade de sujeitos que se relacionam, se comunicam com linguagens e objetivos compreensíveis e mais ou menos comuns, ainda que sempre necessitando de acordos nem sempre plenos, nem sempre duráveis (SOBRINHO,2008,p.200).

Para se salientar o que é a avaliação no ensino superior no momento histórico atual, necessário se faz destacar que a mesma, historicamente, passou por um processo de mudança,

provindo de diferentes programas que foram sendo implementados de acordo com as políticas públicas governamentais ao longo das últimas décadas. Desta forma, é relevante destacar a seguir, um breve histórico das políticas da avaliação do ensino superior retratando a realidade vivida em cada período, bem como sua evolução em termos de políticas públicas do ensino superior brasileiro.

2.1 Os rumos da história na avaliação no ensino superior

A história da avaliação superior no Brasil, parte do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) no ano de 1983, até o ENADE que surgiu em 2004 estando vigente até os dias atuais, buscando apontar as mudanças, semelhanças e influências nos últimos anos nas universidades brasileiras enfocando nos instrumentos e na implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) na última década.

De acordo com Marchelli (2007), os primeiros textos e estudos sobre a temática da avaliação externa são caracterizados por terem uma preocupação exaustiva com o controle da qualidade das Instituições de Educação Superior (IES), tendo a hipótese de que, com o seu crescimento acentuado e conseqüentemente o aumento do número de matrículas recebidas, incidiam em perda de qualidade do ensino. Sobre esta questão a autora informa que

Do anos 1960, foram prioritários para se pensar sobre a criação acelerada de IES, que nas décadas dos anos 1980 e 1990 atingiria altos patamares quantitativos. Como o modelo privado de expansão do ensino superior custava caro ao cidadão, sua avaliação qualitativa, mais do que nunca, era importante como forma de prestação de contas pelo setor público à sociedade. Dessa forma, as assertivas sobre os benefícios políticos decorrentes da criação e do aperfeiçoamento dos instrumentos de aferição da qualidade de ensino, constituíram-se como verdadeiros princípios institucionais da democracia brasileira pós-regime militar (MARCHELLI, 2007, p. 92).

Tomando por base esta análise de Marchelli, percebemos que a inserção da avaliação surgiu historicamente dentro de um contexto histórico da expansão do ensino superior no Brasil com a implantação de instituições privadas. Esta situação acontece num Estado que não se responsabiliza historicamente por este nível de ensino. Neste contexto há que se ressaltar que diante desta demanda houve a proliferação de cursos superiores em instituições de ensino privadas que seguindo a lógica do mercado, nem sempre foram pautadas em uma educação com qualidade social. Observa-se uma lacuna deixada pelo Estado brasileiro em relação ao ensino superior. Nesta dissertação buscaremos investigar, a partir dos coordenadores dos Cursos de Educação Física das Universidades em análise, de que forma estas políticas de avaliação do ensino superior estão contribuindo na melhoria da qualidade dos cursos de

graduação em Educação Física, não apenas como uma forma de controle e sim como um instrumento de mudança diante dos resultados que são advindos deste processo.

Contextualizando a Universidade na atualidade vemos uma instituição que sofre influência dos efeitos da globalização bem como das políticas neoliberais, sendo que estas podem de certa forma, influenciar nas políticas públicas e no processo de avaliação do ensino superior, o que não desvirtua seu papel de abrir espaços das instituições para ousarem repensar suas práticas e seus projetos a partir dos resultados aferidos, uma vez que os mesmos se fundamentam nas diretrizes curriculares de cada graduação.

A respeito desta questão Sguissardi assim observa:

No Estado Neoliberal e na globalização, porém, a educação superior (a universidade) passa a ser vista como parte do problema econômico de cada país, entendido este como falta de competitividade internacional. Para os grupos empresariais e governamentais a universidade drenaria recursos públicos, mas contribuiria muito pouco com suas atividades de docência e pesquisa para gerar uma economia mais competitiva (SGUISSARDI, 2009, p.119).

A partir desta reflexão há que se destacar que numa perspectiva do modelo neoliberal e num contexto marcado pela globalização, as Instituições de ensino superior passam a fazer parte dos problemas econômicos dos países, bem como às políticas públicas encontram-se imersas nesta realidade. Uma crítica estabelecida em relação a esta instituição é que a mesma utiliza-se de recursos públicos alocados com uma contribuição de certa forma incipiente no que tange à docência e à pesquisa que atende aos interesses de um mercado competitivo. O autor reflete que a questão central se detém em como fundamentar uma política de educação superior que resista a esta alavanca neoliberal para estancá-la, executando ações que façam com que a Universidade torne-se um efetivo direito público dos cidadãos devendo estar acessível a todos, sendo um compromisso social das universidades.

Sendo assim, de acordo Zainko (1994), o processo de avaliação do ensino superior encontra-se associado à ideia de que a universidade brasileira necessita rever seu projeto institucional. Esta questão vem sendo debatida desde o início da década de 1960, quando no movimento estudantil, alguns docentes e outros segmentos sociais almejavam por uma reforma universitária. Ressalta-se que neste momento, principalmente, no período da ditadura militar, a Universidade teve um papel importante no processo de defesa das liberdades democráticas. As transformações introduzidas na educação superior, nesta década, foram resultados da avaliação de funções desempenhadas pelas instituições acadêmicas consoantes em um modelo social, econômico e político introduzido pelo governo militar. Desta forma, os

educadores passam a se preocupar com propostas acerca da necessidade de redefinir o projeto político institucional, bem como, passam a valorizar a importância da análise da estrutura curricular dos cursos, das atividades de ensino, pesquisa, extensão e do desempenho docente. Para a autora, esses antecedentes ajudam a compreender a trajetória da avaliação na universidade.

Resgatando a história das políticas de avaliação, Marchelli (2007) explica que o primeiro programa submetido à discussão política e aprovado no país surgiu em 1983, com o nome de Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), tendo como metodologia de avaliação a aplicação de questionários aos docentes, dirigentes universitários e estudantes, objetivando coletar dados sobre a estrutura didática e administrativa das IES, bem como sobre a forma de atendimento à expansão das matrículas e os meios utilizados para avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Complementando a análise do PARU Rothen e Bayero (2008) mencionam que a avaliação, nesse Programa, foi entendida como uma forma de conhecimento sobre a realidade, como uma metodologia de pesquisa que permitiria não só obter os dados, mas também que viesse a ser realizada uma reflexão sobre a prática institucional recorrendo então à avaliação institucional que preconizava a avaliação interna das instituições.

Vemos aqui uma preocupação em avaliar a instituição em sua totalidade, principalmente no que se refere à avaliação interna que em conjunto com a externa poderia vir a executar ações concretas que estivessem dentro da realidade da instituição, tendo então a visão externa e interna desta. Apesar do PARU não ter dado continuidade, o que é algo a ser apontado como um fator que merece ser levado em consideração, é que tal processo abriu portas para reflexões a respeito de novas formas de avaliação, ou seja, foi a base de um processo natural e necessário para elaboração de novas políticas de avaliação que surgiram posteriormente.

Para Rothen e Bayero (2008), no fim da década de 1980, a avaliação do ensino superior se insere como instrumento de ação política do Estado, destacando que em 1987 foi realizado, em Brasília, o Encontro Internacional de Avaliação do Ensino Superior. Decorrente deste encontro conclui-se que a avaliação do ensino superior brasileiro necessitava de procedimentos urgentes que deveriam ser adotados. Este processo teria como objetivo inicial avaliar cada um dos cursos de graduação, cabendo às universidades a definição das áreas prioritárias e a fixação de critérios indicadores de qualidade. Além disso, o MEC deveria promover e estimular o processo de avaliação interna e externa, tendo como escopo a busca da qualidade nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. No que se refere aos

indicadores de avaliação, estes deveriam ser adequados às especificidades de cada instituição e às diferentes áreas de conhecimento. Este processo deveria dar publicidade para o amplo conhecimento da sociedade. Observa-se, portanto, que o mesmo teria que ser divulgado e publicado para amplo conhecimento da sociedade, tendo assim um alto grau de seriedade e correção para corresponder a níveis desejáveis de eficácia.

Percebemos um grande interesse em utilizar a avaliação como um meio para a busca da melhoria das instituições que ultrapassam os ideais de controle e prestação de contas, enfatizando nas particularidades da instituição e de seus cursos. Ressalta-se principalmente, a partir de meados de 2004, momento histórico onde houve avanços significativos nas políticas de educação superior no Brasil, e de maneira especial, nas Diretrizes que norteiam os cursos de graduação em Educação Física.

Essas propostas analisadas por Rothen e Bayero, ainda se fazem presentes na discussão atual. Salienta-se que as avaliações estão sendo efetivadas pelo MEC em diferentes níveis de ensino no Brasil, voltada à busca da qualidade que precisa ser levada em conta pela própria instituição avaliada ao receber os resultados. Ou seja, para buscar a melhoria da qualidade por meio da avaliação a Universidade não pode permitir que esta acarrete apenas no ranqueamento a ser utilizado pelo Marketing numa perspectiva mercadológica ou na definição para a alocação de recursos, portanto a mesma deverá servir como suporte aos gestores na tomada de decisão em relação aos cursos de graduação, enfim para toda instituição. É evidente que os recursos que são aplicados nas universidades permitem que elas façam pesquisa e evoluam neste quesito relacionado à produção do conhecimento e aprendizagem levando-se em conta o ensino, a pesquisa e a extensão. Por outro lado, a qualidade do curso transita também por ações que ocorrem internamente, que provém dos currículos e projetos de cada curso, sendo que estes devem estar em consonância e articulados no cotidiano com as Diretrizes Nacionais. Dentro deste contexto, emerge novamente a problemática desta pesquisa que busca verificar em que medida o processo avaliativo norteiam as ações das instituições analisadas, bem como dos coordenadores dos cursos de Educação Física.

Felix (2008) observa que após o PARU, houve uma formulação da política entre 1993 e 1995, período em que se elaboraram as alternativas ou propostas de avaliação, tendo como destaque a Comissão Nacional de Avaliação que elaborou o Programa Nacional de Avaliação Institucional para as Universidades Brasileiras (PAIUB). Este processo, por sua vez sinalizou a necessidade da implantação de um projeto institucional que contemplasse as características do processo contínuo de desempenho acadêmico, a avaliação como uma ferramenta para o planejamento e a gestão universitária, sendo esse um processo sistemático de prestação de

contas à sociedade. Este projeto tinha alguns princípios dentre eles que a avaliação não deveria estar vinculada aos mecanismos de punição ou de premiação, além de ter adesão voluntária.

Em concordância com este programa, evidencia-se importância de uma avaliação contínua que acarrete em uma mudança de planejamento de acordo com as necessidades de cada curso e/ou instituição com um compromisso efetivo da Universidade com a sociedade. Sabemos que em muitos casos a avaliação pode ser considerada e interpretada apenas como uma forma de punição, controle ou prestação de contas, perdendo a sua real função de diagnosticar e fornecer dados para a melhoria do processo.

Felix (2008) explica que o PAIUB contemplava cinco etapas, inicialmente efetiva-se o diagnóstico utilizando os dados quantitativos sobre a instituição em análise; a seguir procedeu-se: a avaliação interna fazendo o uso da autoavaliação; a avaliação externa realizada por acadêmicos de outras instituições, profissionais da área entre outros. Na quarta etapa era efetuada uma reavaliação interna a partir dos indicadores que foram avaliados nas outras etapas e por fim a última etapa consistia na tomada de decisões a serem implementadas diante dos resultados, bem como a sua publicação. Todavia segundo o autor, estes passos não garantiram a concretização em toda sua amplitude este processo avaliativo, apesar de possibilitar um caminho para a construção de uma cultura de avaliação que passou a ser vista como um processo de melhoria de continuidade, já que trabalhar com uma instituição por inteiro demandaria tempo.

O PAIUB buscou englobar uma avaliação ainda mais completa do que a proposta pelo PARU, investindo também na avaliação interna, mas tendo como diferencial a reavaliação, seguida de ações realizadas de acordo com os resultados. Vemos aqui uma evolução ao programa anterior buscando cada vez mais inserir uma cultura de avaliação necessária às instituições no sentido de analisar e intervir na realidade.

Após o PAIUB entra vigor o Exame Nacional de Cursos, este exame tem início a partir de 1996 e de acordo com Vianna (2003), e tinha caráter obrigatório para todos os alunos. Apesar de sofrer contestações dos professores e alunos foi aceito pela sociedade, já que esta passou a utilizar seus resultados como meios para escolher cursos nas instituições melhores classificadas, baseada parcialmente no desempenho dos alunos em instrumentos de verificação do rendimento acadêmico. Para a autora isso foi um grande equívoco, pois o critério de avaliação das instituições não se detinha apenas a provas, incluía também, a avaliação do corpo docente, do projeto pedagógico e a infra-estrutura institucional. O Exame Nacional de Cursos foi chamado pela massa estudantil de Provão, denominação esta

incorporada pelos órgãos oficiais da educação, que a adotaram inclusive como título de uma revista de divulgação dos seus pressupostos e objetivos.

Em contrapartida a discussão anterior proposta pelo PARU e o PAIUB, o ENC entra em vigor com metas diferenciadas que transparecem uma intenção de controle, de desempenho e eficácia destinando o foco para o desempenho do aluno como fator determinante da qualidade dos cursos e da universidade.

A criação do ENC teve de imediato grande repercussão no ensino privado, que se viu diante de uma situação inédita no quadro educacional brasileiro, e gerou, igualmente, reações no ensino público, especialmente tendo em vista a argumentação, nem sempre defensável, da autonomia universitária, que estaria sendo violada. Alguns problemas não foram realmente definidos com a devida adequação, destacando-se, entre outros, a mal dimensionada obrigatoriedade do Exame para todos os alunos formandos sem a fixação de uma nota de corte, que refletisse um nível mínimo de competência desejável. A falta de um escore mínimo fez com que prevalecesse simplesmente a presença do aluno, independentemente do seu desempenho. Isso, traduzido em termos de ação, significou que muitos estudantes contrários ao exame, por motivos vários, inclusive ideológicos, se limitassem a assinar o documento comprovante da sua presença – a folha de respostas da prova – e ignorassem o conteúdo curricular exigido, entregando a prova em branco ou nela expressando protestos, e garantindo, dessa forma, a expedição do diploma, tendo em vista o atendimento do ritual legal (VIANNA, 2003, p.67).

Consideramos que estas reações foram uma forma de protesto dos alunos que estavam descontentes com esta avaliação devido às falhas expostas por Vianna. Porém a partir das novas Diretrizes que a educação superior no Brasil obteve nos últimos anos, esta forma de avaliar foi substituída por uma nova sistemática de avaliação dentro de nova concepção, que busca avaliar a instituição por completo, com processos externos e internos, na intenção de promover ações que busquem a mudança.

Reforçando as limitações do Provão e evidenciando seus avanços, Paiva (2008) aborda que este processo conviveu, inevitavelmente, com acertos e tropeços inerentes a qualquer experiência inovadora, sendo aprovado como experiência válida pelas IES, porém foi criticado e combatido por aqueles cujos resultados não foram satisfatórios. Para o autor, o Provão despertou atenção e interesse da mídia para a questão da qualidade da educação superior brasileira, bem como trouxe elementos para a reflexão e identificação de distorções do projeto pedagógico do curso e sua execução, visando a melhoria de sua qualidade do curso e, conseqüentemente, o alcance de melhor desempenho no Provão.

A respeito desta nova etapa do processo avaliativo Sguissardi assim observa:

Além desse sistema ter sido imposto à revelia da opinião majoritária de dirigentes e professores universitários e de ser o “Provão” uma prova que não media o aporte do curso para alunos, sua forma de apresentação das médias e do *ranking* que se estabelecia entre os cursos de cada área prestava-se a muita contestação. Por último, a forma como a imprensa explorava os resultados desse *ranking* de cursos e instituições colocou o “Provão” sob forte suspeita de mais servir ao interesse oficial de demonstrar controle sobre o sistema do que de efetivamente avaliá-lo e regulá-lo (SGUISSARDI, 2006, p.131-132).

O Provão acabou efetuando uma avaliação regulatória e classificatória evidenciada ainda mais pela mídia na divulgação do ranking. Sabe-se que o processo de avaliação do ensino superior estava sofrendo modificações com o passar dos anos, sendo passível de erros, limitações e críticas que podem ter ajudado para a evolução destes programas de avaliação.

Indo ao encontro de Sguissardi, Dias Sobrinho (2010) defende que os resultados obtidos serviam de base para os atos regulatórios de credenciamento e credenciamento de instituições e reconhecimento de cursos. A implantação do Provão foi marcada por contradições, sendo um modelo imposto pelo MEC, sem consulta e sem discussão pública, recebeu críticas de boa parte da comunidade de estudantes, professores e em especial de especialistas em avaliação. A aprovação por considerável parte da sociedade e a adequação do desempenho dos estudantes nos testes à lógica do mercado, com ajustes no currículo, redefinição do perfil dos professores a contratar e modificações nas práticas de sala de aula, deram força ao Ministério para consolidar e legitimar os efeitos do Provão como instrumento de regulação e de informação do setor educativo.

Vianna (2003) ressalta que a avaliação educacional, especialmente a partir dos anos 1990, passou a ser usada, no contexto brasileiro e em diferentes níveis administrativos, objetivando encontrar caminhos para a solução de alguns problemas, esperando que os processos avaliativos determinassem, entre outros resultados, a elevação dos padrões de desempenho, caso fossem conduzidos com o uso de tecnologias testadas na sua eficiência em outras experiências semelhantes, realizadas em diversos países, ainda que com culturas diferentes. Essa expectativa não se restringe unicamente ao âmbito nacional, sendo ocorrência bastante generalizada em quase todo o mundo ocidental, que concentra suas melhores esperanças nos resultados dessas avaliações. Para esta autora as avaliações apontam os problemas do ensino superior, mas não os resolvem, sendo necessários outros caminhos para tentar solucioná-los.

É dentro deste contexto que ressaltamos a relevância de trazer a discussão quais os procedimentos que estão sendo tomados após as avaliações, pois o Estado executa o seu papel no momento em que promove diferentes procedimentos de avaliação, mas a Universidade e os

membros que fazem parte desta devem fazer o uso dos resultados em prol da sua melhoria no sentido em uma educação com qualidade social. O processo avaliativo tem, dentre seus objetivos, que fornecer subsídios para a tomada de decisões em prol da qualidade social dos cursos de Educação Física. Por outro lado, realizar avaliações não é garantia para que exista tal qualidade, fazem-se necessárias ações por parte das instituições após os resultados. Entretanto, salienta-se que os processos avaliativos proporcionam que sejam levantados concretamente os pontos fortes, a serem aperfeiçoados em um curso e assim, fazer emergir novas propostas para alcançar as metas que não foram atingidas, em relação aos cursos e a própria universidade.

Para Real (2008) analisando a história da avaliação da educação superior brasileira, destaca que foi possível evidenciar que a avaliação, no período de 1968 a 1994, assume um papel fundamental na busca de melhoria da qualidade dos cursos de ensino superior.

Este período foi significativo para a avaliação do ensino superior, houve avanços e uma preocupação com a melhoria da qualidade, dando abertura para um novo programa, o SINAES que avalia atualmente o ensino superior no Brasil. Porém, os avanços que o projeto tem alcançado decorrem das mudanças nas últimas décadas em que, por meio dos diferentes programas foi possível ir elaborando novos processos avaliativos e metas que estivessem cada vez mais de acordo com as necessidades seja da sociedade ou da própria instituição.

Na metade da década de 1990, conforme Verhine, Dantas e Soares (2006), o governo brasileiro iniciou um processo gradual de implementação de um sistema de avaliação do ensino superior para conhecer e controlar a qualidade e eficácia das Universidades.

De acordo com Sguissardi:

A Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, criou o SINAES. Pretendeu-se, com essa lei, a superação dos conhecidos limites do Exame Nacional de Cursos (“Provão”) por um sistema muito mais complexo de ações de avaliação, entre as quais duas provas, uma na entrada e outra na saída do sistema, realizadas por amostragem. O novo sistema teria trazido avanços inegáveis, mas, ainda assim, é questionado porque não respeitaria a autonomia universitária e seria centralizador no que tange à constituição da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), responsável pelas principais diretrizes e normas relativas ao sistema. Sua eficácia está em processo de prova, com sua aplicação em andamento (SGUISSARDI, 2006, p.1042).

Esta reflexão do autor no ano de 2006 retrata um momento novo da avaliação na educação superior com intuito de buscar corrigir os erros dos programas anteriores e efetivar cada vez mais uma avaliação mais completa, que permitisse visualizar diferentes dimensões que poderiam refletir nos resultados das provas, ou seja, na qualidade da educação superior de

cada instituição avaliada. Hoje sabemos que o SINAES depois de oito anos permanece vigente e assinala avanços nos processos de avaliação, apesar de ainda receber críticas e questionamentos no que se refere à autonomia das universidades. Entretanto, concorda-se que as universidades são autônomas, porém suas ações devem estar em consonância com os pressupostos e prerrogativas emanadas de um Sistema Nacional de Ensino.

Para Polidori (2009) as duas últimas décadas apresentam mudanças no formato das avaliações principalmente em relação à sua concepção. De uma avaliação totalitária e que priorizava o ranqueamento, passou para um processo que respeita as diversidades e as especificidades das Instituições de Educação Superior (IES), momento em que foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o SINAES.

Vemos que o SINAES mudou a concepção proporcionando avanços em termos de processo de avaliação que estava sendo aplicada com intuito de classificar e ranquear cursos e/ou instituições e passou a exercer, de certa forma a sua função da busca pela melhoria da qualidade diante da análise dos resultados.

Mata (2010) explica, que o SINAES busca identificar o mérito e o valor das instituições, suas áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação, também visa proporcionar uma melhora na qualidade da educação superior, orientando a sua expansão, tanto na oferta de cursos como na de vagas, por meio das avaliações e seus respectivos indicadores. Por fim, o terceiro objetivo do SINAES visa promover a responsabilidade social das IES, sem com isso deixar de respeitar a identidade institucional e a autonomia de cada uma.

Brito (2004) completa que as concepções e princípios no âmbito do SINAES sustentam que a avaliação de curso é articulada à avaliação institucional e que a avaliação da formação acadêmica e profissional deve ser entendida como uma atividade estruturada que permite a apreciação da qualidade do curso no contexto da realidade institucional. Estes pressupostos acompanham a aceitação do SINAES como elemento norteador das políticas educacionais da educação superior brasileira.

O SINAES abrange a avaliação em sua complexidade que também contempla a avaliação institucional, com isso consideramos que este sistema tem as condições necessárias para nortear as políticas da educação superior e, além disso, influenciar diretamente nas ações que podem ser executadas pelos coordenadores dos cursos de Educação Física das Universidades Comunitárias do RS e SC, por trabalharem tendo com referencial os dados advindos das avaliações externas como o ENADE, bem como das avaliações internas.

O SINAES vem efetuando uma política que busca englobar a avaliação na sua totalidade, para que com isso seja possível o envio de pareceres concretos necessários as ações de cada Instituição. Desta forma, é por meio destas avaliações que é possível reverem-se os projetos vigentes e propor possíveis alterações que possam beneficiar a Universidade.

Todo este processo avaliativo de acordo com Mata (2010) é coordenado e supervisionado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), ficando a cargo do INEP, a operacionalização dessas avaliações, no que se refere à elaboração, aplicação, correção e divulgação de resultados. Para o autor a avaliação educacional em larga escala acompanha a qualidade do ensino nos diferentes níveis de ensino, estipulando como metas de avaliação que envolve a estrutura física, qualidade do corpo docente entre outros, sendo que num nível mais baixo encontra-se o aluno que realiza a prova a fim de medir suas competências e habilidades por meio da avaliação de desempenho. Além dos instrumentos destinados para a avaliação do estudante, (ENADE) o SINAES propõe uma avaliação institucional composta pela autoavaliação, avaliação externa, condições de ensino e instrumentos de informação onde são atribuídos conceitos de qualidade para cada uma das dimensões avaliadas.

A avaliação, quando concebida como um processo dinâmico, pode ser usada como referencial para que as Instituições de Educação Superior disponham de evidências empíricas não apenas de suas debilidades, mas também de suas potencialidades e de suas realizações. Conhecendo e dando a conhecer os elementos que integram e interagem em cada IES, é possível transformá-la em direção às metas almejadas, organizando a instituição de modo que esta atue e forme profissionais engajados e comprometidos com uma sociedade em constante mudança (BRITO, 2008, p.841 e 842).

Sobre esta questão verificamos que a avaliação é efetuada na perspectiva de totalidade de uma instituição, não é apenas o conhecimento do aluno acerca do conteúdo que está sendo avaliado e sim, os projetos dos cursos que por sua vez emergem das Diretrizes Curriculares Nacionais, a infraestrutura dos cursos, como estão sendo utilizados os recursos seja das bibliotecas, laboratórios, entre outros, avalia-se também o corpo docente incluindo seu nível de formação, ou seja, todos estes itens avaliados visam a busca da qualidade da educação no ensino superior que precisa estar norteada por uma qualidade social. Sendo assim, tanto a avaliação externa como a interna irá fornecer dados que permitam analisar a realidade de cada instituição. Este processo por sua vez, deve ser seguido de reflexões e ações que permitam atender às respectivas necessidades encontradas nos diferentes instrumentos de avaliação da qual foram submetidas. Uma análise criteriosa é fundamental, pois mesmo que a avaliação forneça todos estes dados está passível de erros ou de interpretações diferenciadas.

Acerca das características do SINAES, Rodrigues (2008) ressalta que ele é uma terceira tendência de avaliação, por ter uma distinção entre os processos de regulação e avaliação. O autor acredita que ambos devem ser bem definidos, pois a ação regulatória deve ser desenvolvida por meio de normas e regras referentes às instituições públicas e privadas de educação superior. Ao analisar as políticas de avaliação desenvolvidas em período recente, verifica-se que as mesmas tinham como função central o processo de regulação, entendida como controle e verificação do rendimento dos cursos de graduação. Desta forma, é considerável nesta situação uma reorientação da política regulatória da educação superior, visando adquirir uma visão mais abrangente focalizando a instituição como um todo. Para este autor, o SINAES caracteriza-se por ser um modelo de avaliação da educação superior mais complexo e amplo, buscando estabelecer uma relação dialógica com as instituições de ensino superior, visando construir um processo que colabore na melhoria da qualidade da educação superior, onde a avaliação formará a base para o desenvolvimento de políticas educacionais e de ações correspondentes ao processo de regulação do sistema.

Além de todos estes modelos de avaliação que permearam as políticas de avaliação do ensino superior como o PARU, O PAIUB, O ENC e por fim o SINAES vigente nos dias atuais, a educação superior também está sob a autorização e credenciamento de cursos que também é uma forma de avaliação para permitir ou não o funcionamento de cursos. No item a seguir serão apontados como ocorre este processo dentro das instituições.

2.2 Avaliações internas e externas das Universidades: da Autorização do curso a autoavaliação institucional.

O processo de avaliação do Ensino Superior permite a análise, conhecimento e reflexão de diferentes itens que constam em uma Universidade que vai desde a implementação, reconhecimento e/ou autorização de funcionamento de cursos até as avaliações internas e externas que utilizam instrumentos particulares como a autoavaliação bem como o ENADE.

De acordo com Gomes (2002) o caráter periódico da autorização e do credenciamento interpõe-se a avaliação regular, anualmente realizada, cujos resultados terão impactos consideráveis não apenas para a dinâmica interna da instituição, mas também para a constituição e o funcionamento da educação superior. Todavia, a avaliação que passamos a conhecer não é apenas regular, mas externa, como externas às instituições avaliadas são as agências avaliadoras e reguladoras, inclusive o Conselho Nacional de Educação CNE, que

tem a atribuição de julgar, com base em relatórios e nos resultados da avaliação, os processos de renovação de reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições. O CNE foi criado em fevereiro de 1996, vindo dar continuidade ao extinto Conselho Federal de Educação planejado para trabalhar predominantemente na garantia das funções avaliativas do Estado, exercendo também funções normativas e interpretativas da legislação educacional.

A avaliação desempenha papel fundamental em todo este processo, pois fornece os subsídios para as agências regulatórias como o CNE tomarem providências fornecendo pareceres que venham a contribuir para a melhoria de qualidade das instituições. Todavia é a Universidade em conjunto com os coordenadores de cursos, bem como seus docentes que irão trabalhar com estes dados em prol da melhoria dos cursos.

Sobre as atribuições da Câmara de Educação Superior do CNE, Gomes (2002) menciona que, esta deve analisar e emitir parecer sobre os resultados dos processos de avaliação da educação superior; deliberando sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação, para os cursos de graduação, bem como sobre os relatórios encaminhados pelo MEC sobre reconhecimento de cursos e habilitações oferecidos por instituições de ensino. Também exerce como função, a deliberação sobre a autorização, o credenciamento e o credenciamento periódico de instituições de educação superior, assim como sobre incidir no processo de construção dos estatutos das universidades e o regimento das demais instituições de educação superior que fazem parte do sistema federal de ensino analisando também questões relativas à aplicação da legislação referente à educação superior.

Para analisar todos estes itens direcionados ao ensino superior é indispensável uma avaliação que englobe diferentes instrumentos como o SINAES vem fazendo nos últimos anos, ou seja, avalia a instituição como um todo buscando averiguar as ações efetivadas internamente com base na legislação, reforçando aqui a necessidade das Universidades e seus respectivos cursos estarem atuando de acordo com os parâmetros legais, referenciais e diretrizes nacionais.

Polidori (2009) explica que os resultados da avaliação devem subsidiar os processos de regulação e supervisão da educação superior que compreendem as ações de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e credenciamento e credenciamento de IES. Sendo assim, o SINAES apresenta a avaliação institucional; a avaliação de cursos e a avaliação do desempenho dos estudantes, atendido pela realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, o ENADE.

Com a expansão e o crescimento de número de Universidades nos últimos anos, se faz necessário todo este processo de autorização e reconhecimento que permitem a sua

implementação, ou mesmo a continuidade de seu funcionamento. A regulação feita aqui não é sinônimo de controle e sim, de segurança para a sociedade que está envolvida com esta instituição e que precisa ter certa garantia que os cursos e ou/ instituições que estão em funcionamento estejam de acordo com a legislação e com a diretrizes que norteiam a ações dos cursos e, conseqüentemente, autorizadas e credenciadas para exercer suas funções.

Além disto, o ensino superior também passa por diferentes processos de avaliação que ultrapassam o credenciamento e autorização e se destinam para o controle de seu funcionamento e sua eficácia, seja internamente ou externamente. Destacando aqui a avaliação institucional com seus instrumentos de avaliação do corpo docente, da estrutura fornecida para os cursos e da autoavaliação, e das avaliações externas propostas pelo SINAES que por sua vez contempla o ENADE.

Para Sorgatto (2009) a avaliação institucional da educação superior no país revela uma vivência processual sem sustentação histórica e cultural para representar uma ação de política pública, pois surgiu no final da década de 1980 e foi constituída por meio de Programas propostos nos anos de 1990, sendo assim, ainda é recente.

Segundo o CONAES:

A avaliação institucional é compreendida como a grande impulsionadora de mudanças no processo acadêmico de produção e disseminação de conhecimento, que se concretiza na formação de cidadãos e profissionais e no desenvolvimento de atividades de pesquisa e de extensão. Neste sentido, contribui para a formulação de caminhos para a transformação da educação superior, evidenciando o compromisso desta com a construção de uma sociedade mais justa e solidária e, portanto, mais democrática e menos excludente (CONAES, 2004, p.4).

Observa-se que de acordo com o CONAES o processo de avaliação institucional provoca mudança no universo acadêmico no que se refere à produção e divulgação do conhecimento, e também no desenvolvimento do tripé que sustenta a Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Salienta-se que a avaliação institucional abre caminhos para uma sociedade mais justa solidária e inclusiva. Indo de encontro a esta atribuição do CONAES, também visualizamos a avaliação como um meio para melhorar e modificar as universidades, seja na sua estrutura, no corpo docente, nas metodologias de ensino bem como na própria atitude dos acadêmicos, pois através da avaliação ocorre de certa forma uma conscientização do que precisa ser melhorado em todos estes níveis. Todavia, se a avaliação for utilizada somente como uma forma de controle ou com caráter classificatório todos estes benefícios não serão alcançados.

Sendo assim, Belloni, Magalhães e Souza (2003) destacam que a avaliação institucional torna-se mais relevante quando oferece informações não somente sobre os impactos, mas sim, sobre os resultados e consequências difusas das ações desenvolvidas, ou seja, a avaliação deve abranger um processo de formulação e implementação das ações e dos resultados, que promova uma tomada de decisão para o aperfeiçoamento ou reformulação das ações desenvolvidas.

Para Sobrinho (2003) um grande desafio de uma avaliação institucional é identificar o essencial de sua tarefa dentre uma multiplicidade de possibilidades, pois a avaliação deve suscitar questões e reflexões filosóficas, éticas, políticas, a respeito dos fins da instituição, analisando como estão sendo realizados e quais seriam os empreendimentos adequados para o melhor cumprimento da responsabilidade institucional e social.

O autor reforça aqui a preocupação de a avaliação institucional estar comprometida com os seus deveres diante da sociedade e acreditamos que ela permite a reflexão enaltecendo de que forma a instituição está cumprindo seu papel seja na disseminação de conhecimento, na produção da ciência e pesquisa, ou na formação profissional.

Reis (2009) completa que nessa perspectiva, a busca permanente pela qualidade da educação é a diretriz primordial para as políticas públicas do setor, sendo o papel da avaliação institucional, representado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A avaliação institucional configura-se em uma política pública responsável pelo exame das políticas de educação superior, portanto, um mecanismo de regulação e controle das políticas de Estado, assim como um instrumento que afere o retorno social que as instituições dão ao país. Desta forma, é ao mesmo tempo uma política integrada ao conjunto das políticas públicas e um instrumento de regulação e controle destas na educação superior.

De acordo com o CONAES (2004), a avaliação interna é um processo em que um curso ou uma instituição faz uma análise interna sobre suas metas, assim como todo o processo, o que estão realizando, como está a organização, a administração e suas ações, visando a busca sistematizada de informações para realizar a análise e interpretação dessas informações, procurando identificar práticas que obtiveram êxitos, e também a percepção de omissões e equívocos, com a finalidade de evitá-los futuramente.

Reiteramos aqui que a avaliação na concepção do SINAES é diagnóstica por todos estes itens, uma vez que ela permite analisar e colocar em pauta discussões com a comunidade Universitária representada pelos alunos, professores e gestão. Na nossa concepção esta avaliação sendo diagnóstica só terá resultados se estas informações servirem de caminho para mudanças no curso e/ou Universidade.

Baggi e Lopes (2010) acreditam que na avaliação é preciso contar com a participação da comunidade acadêmica da IES, reconhecer que se trata de um processo normalmente carregado de significados e, portanto, permeado, em diversas ocasiões, de tensões e conflitos. Toda essa complexidade que a envolve não pode ser considerada como um problema, mas como desafios carregados de exigências técnicas, éticas e políticas específicas de sua área. Essa abrangência institucional produz informações que podem auxiliar na consolidação do ensino, na revisão dos seus processos e na solução de problemas.

A avaliação, portanto, não é somente um processo de inteligibilidade e produção de sentidos que se basta a si mesmo, mas é também processo de intervenção direta sobre as decisões, tanto nos níveis mais restritos e internos, quanto em termos de políticas públicas e de sistema. Assim concebida, a avaliação tem um sentido pedagógico de autonomização e de auto-regulação, e se relaciona com os projetos e processos institucionais de formação e gestão, ao mesmo tempo que é uma política pública inscrita nos programas do Estado (SOBRINHO, 2008,P.201).

Acreditamos que para avaliação ser fidedigna, ou ao menos o mais próximo do que é de fato a sua realidade, é indispensável a seriedade, colaboração e a participação efetiva de todos os membros que fazem parte da universidade, mas em especial dos acadêmicos que acabam tornando-se a porta de entrada para novos alunos e que acabam de certa forma delineando o perfil da instituição, além de participarem efetivamente das avaliações feitas pelo SINAES com o ENADE, assim também tendo um papel muito relevante no processo interno da avaliação por meio da auto – avaliação.

De acordo com Baggi e Lopes:

A auto avaliação das IES como um processo permanente de reflexão sobre todas as ações institucionais, como estrutura, atividades de ensino, pesquisa, extensão, relações externas e internas, associadas às atividades administrativas, produz conteúdos necessários para orientar a gestão da direção institucional, indo além da prestação de contas ao MEC. A articulação entre avaliação e gestão pode ser compreendida de formas diferentes, pois depende da missão, das razões históricas e das características de cada uma das IES. O caminho do conhecimento institucional e de seus problemas internos está em programas que proponham mudanças que possam reverter, entre outras medidas, o elevado número de alunos evadidos (BAGGI;LOPES, p.366).

A avaliação para estes autores, não pode ser resumida como atividade de coleta e divulgação de dados, como se esse procedimento provocasse as transformações necessárias para a melhoria da qualidade educacional. Deve ser entendida como um dos meios de viabilização de mudanças na cultura acadêmica, no trabalho docente, na gestão das instituições, nas definições curriculares e, acima de tudo, na estruturação da educação

superior. É neste sentido que vemos a avaliação como um meio para atingir a qualidade da educação no ensino superior, ou seja, com instrumentos que possibilitem a mudança, não basta avaliar e classificar é necessário tomar providências com os resultados.

Estes resultados da autoavaliação serão submetidos ao olhar externo de especialistas de áreas/cursos, de planejamento e de gestão da educação superior, na perspectiva de uma avaliação externa das propostas e das práticas desenvolvidas. As ações de avaliação interna e externa devem ser realizadas de forma combinada e complementar, havendo em ambas plena liberdade de expressão e busca de rigor e de justiça. A instituição deve fazer esforço para motivar a comunidade e para envolver vários setores da comunidade externa a participarem dos processos avaliativos. O exame feito de fora para dentro pode corrigir eventuais erros de percepção produzidos pela dos agentes internos, muitas vezes acostumados, acriticamente, às rotinas e, mesmo, aos interesses corporativos (CONAES, 2004).

Para Sguissardi *apud* Sorgatto (2009) a avaliação é um processo permanente de ações em favor da educação superior e, com isso, pode conduzir essas ações para organizar o objeto social da IES. Para Sorgatto (2009) a decisão de avaliar está relacionada com os objetivos de um projeto de educação superior que a instituição busca responder à determinada sociedade.

Também consideramos que a avaliação está a favor do ensino superior sendo possível com seus instrumentos diagnosticar e promover ações para a melhoria da qualidade. Assim, como os projetos são elaborados em prol de uma formação que atenda às necessidades da demanda social, a avaliação também é direcionada para estes aspectos seja no instrumento utilizado para seu diagnóstico, ou seja, provas que busquem aferir se a Universidade atende estas questões sociais, assim como para as ações efetivadas com os resultados obtidos. Sendo assim o processo de avaliação segue objetivos definidos relacionados com a legislação bem como com a função social da Universidade.

Como já mencionamos anteriormente sabemos que a avaliação também pode estar direcionado para o controle, produtividade, ranqueamentos entre outras questões que não direcionam seu foco para a qualidade do ensino, ou seja, não utilizam os resultados da avaliação como um instrumento pedagógico.

Com isso, a avaliação se faz necessária para a prestação de contas para a sociedade, mas não apenas como um controle ou para ser punida e classificada, mas com o intuito de abrir a público o que ocorre no seu interior, pois sendo ela uma Universidade Pública de acordo com Sguissardi (1999) são mantidas por verbas de arrecadação fiscal, ou por serem privadas que são sustentadas pelo trabalho dos seus próprios alunos.

Por sua vez Sorgatto assim observa:

Para desenvolver um processo avaliativo, a escolha de uma estrutura, bem como a sua organização não são aleatórios, pois nela fica explícita a concepção política que sustenta a AI. Esta se caracteriza pelos princípios que dinamizam um dos elementos que constituem o processo. Desta estrutura podem fazer parte: a) atores; b) indicadores; c) metodologia e instrumentos; d) resultados e ações; e) divulgação (SORGATTO, 2009, p.65).

Para a autora, os atores dizem respeito a todos os que avaliam como também são avaliados por decisão das IES, os indicadores se referem às questões que indicam o que se busca conhecer conforme a política instituída para projetar a qualidade da educação superior. A metodologia considera as formas de coletar os dados, os resultados compreendem a concretude da avaliação cujos encaminhamentos justificam o processo avaliativo que leva a discussões para aprofundar, compreender e ao mesmo tempo promover ações que superem as questões frágeis e outro que pode regular ou controlar, servindo para selecionar, decidir inspecionar e auditar para subsídio administrativo. Já a divulgação é uma possibilidade de prestar contas a sociedade, seja por meio de relatórios públicos internos ou externos.

O processo de avaliação externa é composto por duas etapas: (1) a visita dos avaliadores à instituição e (2) a elaboração do relatório de avaliação institucional. Na primeira etapa, depois de terem apreciado o relatório de autoavaliação antecipadamente disponibilizado, os avaliadores externos deverão manter interlocução com os dirigentes, os corpos docente, discente e técnico-administrativo com o objetivo de conhecer, em maior profundidade, como são desenvolvidas as atividades da IES. A comissão de avaliadores também terá acesso aos documentos e às instalações da instituição, a fim de obter informações adicionais que considerem necessárias para que o processo seja o mais completo possível. Na segunda etapa, a comissão de avaliadores elabora o relatório de avaliação institucional, tendo por base o relatório de autoavaliação, os documentos da instituição, as informações advindas dos diversos processos avaliativos (ENADE e Avaliação de Cursos), as consultas desenvolvidas pelo MEC (Censo, Cadastros, Relatórios CAPES), a realização de entrevistas e as demais tarefas desenvolvidas durante a visita (CONAES, 2004, p.12).

É possível constatar que a avaliação externa utiliza diferentes informações acerca do perfil dos cursos e da Universidade para a elaboração dos pareceres, sendo assim, acreditamos que seguir as instruções, sugestões disponibilizadas pelas comissões que realizam as visitas é de grande importância para a melhoria de qualidade de cada instituição devido a todas as informações coletadas no procedimento da avaliação externa. Destacamos que o ENADE faz parte de todo este processo, não sendo, portanto, o único instrumento que define o conceito obtido pelos cursos, bem como vemos que a avaliação externa também está relacionada e trabalha em conjunto com a avaliação interna.

A Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES) para Ferraz (2009) é o centro de articulação do sistema de avaliação, composto por duas etapas principais: a autoavaliação, coordenada pelas Comissões Próprias de Avaliação e a avaliação externa, realizada por comissões de especialistas designadas pelo INEP. Assim, a proposta do SINAES prevê que a avaliação envolva a autoavaliação ou avaliação interna, que envolve um processo de preparação, desenvolvimento e consolidação; e a heteroavaliação ou avaliação externa, que posteriormente se somarão aos outros dados coletados com o intuito de articulação das informações numa análise compreensiva.

Para Sobrinho (2001), não podemos incorrer no erro de dizer que as avaliações internas são sempre educativas e as externas controladoras. No que se refere às avaliações externas elas podem produzir informações úteis para o desenvolvimento qualitativo das atividades educacionais provindos de diálogos com os avaliadores. O controle da avaliação externa se faz positivo quando este se justifica exercendo uma intenção educativa não apenas quando fiscaliza.

O que vemos é uma preocupação em avaliar a Universidade em suas diferentes dimensões buscando obter dados cada vez mais fidedignos e relevantes para elucidar a realidade de cada instituição para nela poder intervir da melhor forma. Pois para intervir na realidade, primeiro é indispensável conhecê-la.

Nesta perspectiva, o processo de avaliação institucional, em suas dimensões interna e externa, não pode projetar sobre as IES um modelo externo e abstrato de qualidade institucional. Na concepção do SINAES cabe às próprias instituições gerar um modelo institucional nos termos de sua missão e, a partir deste, deve ser avaliada a instituição real (CONAES, 2004, p.8).

Sabemos que cada instituição tem suas particularidades e estão inseridas em contextos e realidades diferenciadas, portanto apesar das provas e critérios de avaliações forem os mesmos em nível nacional, as visitas das comissões de avaliação e a própria avaliação interna supre o critério destas individualidades. Porém, evidenciamos que a legislação que subsidia os projetos de todos os cursos em suas respectivas áreas é a mesma, logo supõe que todas as Universidades estejam de acordo com as Diretrizes mesmo que estas possuam certa autonomia a respeito de algumas decisões e possíveis adaptações de currículo.

Segundo Ferraz (2009) o modelo avaliativo nesse governo não se preocupa simplesmente em avaliar os resultados, mas adota uma perspectiva de avaliação preocupada com a participação dos atores envolvidos no processo desde a sua formulação, implementação, resultados e impactos que se refletem nas instituições. Desse modo, o

SINAES, como parte da formação discursiva dessa política de avaliação, procura tornar hegemônico um novo discursivo avaliativo, expresso inclusive a partir de seu objetivo central, apresentado na Lei nº 10.861/2004, que seria assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos e do desempenho dos estudantes, mediante uma prática comprometida com a transformação acadêmica.

É sobre este entendimento de avaliação que o autor traz que nós buscamos enfatizar nesta pesquisa que todos os procedimentos avaliativos das quais as Universidades/cursos passam devem estar engajados dentro de uma meta que estabeleça ações concretas para a busca da qualidade na educação superior. E é por meio dos resultados destas avaliações feitas seja internamente ou externamente que irão surgir possíveis caminhos permitindo que os atores envolvidos neste processo tenham conhecimento do que precisa ser melhorado.

O que defendemos aqui é o comprometimento de todos os membros que fazem parte de uma instituição com as atitudes tomadas perante os resultados da avaliação. Acreditamos que o Estado vem fazendo sua parte, na medida em que propõe diferentes formas de avaliação, bem como a própria Universidade que investe na avaliação interna, ou seja, após as avaliações, a responsabilidade cai sobre a gestão dos cursos avaliados e dos próprios professores que passarão a buscar meios que atendam as necessidades que foram detectadas por meio da avaliação externa e interna.

A avaliação deve ser sobretudo um processo dinâmico que se inscreve no movimento dos demais processos educacionais, especialmente aqueles abertos à vida social e com caráter prospectivo. Deve refletir sobre processos, contextos, produtos, estruturas, causalidades e metas, pôr em questão os significados das idéias e das ações pedagógicas, dos valores das práticas e das políticas educativas e de seus efeitos na formação dos cidadãos e da sociedade, em vista de transformações e aprofundamentos necessários e socialmente desejados. Então, não há de restringir-se a meros instrumentos estáticos, a só explicações do passado, nem há de ser simples controle e medida do já-feito (sobrinho, 2008,p.203)

Diante destas discussões conceituais acerca da avaliação institucional em sua totalidade e sua relação direta com as Diretrizes Curriculares Nacionais, traremos no Capítulo a seguir o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes o ENADE, nos cursos de Educação Física, com sua referida Diretriz e mudanças nos últimos anos em nível de currículo, bem como a Portaria nº 217 do ano de 2011, esclarecendo as metas da última prova do ENADE realizada para o curso de Licenciatura em Educação Física.

CAPÍTULO III

EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES E A AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS.

Este capítulo busca fornecer fundamentos para a análise do ENADE nos cursos de Educação Física com as respectivas ações dos seus coordenadores, se faz necessário neste capítulo, apresentar as diretrizes curriculares para estes cursos que por sua vez é o eixo norteador dos projetos e das provas do ENADE. Além disso, iremos efetuar uma breve análise do currículo e do projeto de cada curso de Educação Física das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para possibilitar uma reflexão conjunta com as provas do ENADE.

Este capítulo faz uma reflexão sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Educação Física, se em consonância com tais princípios. Desta forma focaremos em uma análise comparativa do que consta nas questões da prova de 2011, buscando estabelecer relações com os objetivos e referenciais das Diretrizes. Para sustentar esta discussão efetuaremos comentários do Parecer Nº CNE/CES 0058/2004 que apresenta as orientações para as Diretrizes do referido curso, seguida de uma análise da Portaria Inep nº 217 de 26 de julho de 2011 que explicita os conteúdos exigidos na prova do ENADE, por fim buscaremos estabelecer uma relação com os projetos dos cursos de Educação Física com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

De acordo com Dias Sobrinho (2010) a avaliação é a ferramenta principal da organização e implementação das reformas educacionais, ela produz mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo, nas políticas e prioridades da pesquisa, nas noções de pertinência e responsabilidade social. O mesmo autor acredita que as concepções e práticas de avaliação se alteram de acordo com as mudanças de contexto, reforçando a relação de mútua implicação entre avaliação e reformas da educação superior.

Percebe-se com isso, que por meio da avaliação é possível analisar se as Diretrizes Curriculares de cada curso de graduação norteiam seus projetos junto às Universidades brasileiras. As diretrizes enquanto referencial para os cursos de graduação, também os resultados obtidos nos processos avaliativos, servem como suporte para a tomada de decisão

em relação aos currículos e projetos para que possam ser efetuadas regulações em relação a fragilidades constatadas por meio das diferentes modalidades avaliações do ensino superior, assim também, os pontos fortes de cada curso que devem ser mantidos e aperfeiçoados. Desta forma, estas avaliações são diagnósticas pois buscam conhecer as características de cada curso para depois poder fazer as intervenções necessárias.

A avaliação, quando concebida como um processo dinâmico na concepção de Brito (2008), pode ser usada como referencial para que as Instituições de Educação Superior disponham de evidências empíricas não apenas de suas debilidades, mas também de suas potencialidades e de suas realizações. Sendo assim, a avaliação faz parte de um processo que não busca apenas prestar contas à sociedade por meio da divulgação de notas, mas permite que a universidade tome consciência de como está sendo o desempenho de sua missão, a aprendizagem dos alunos e a eficácia dos cursos, ou seja dá um retorno do trabalho desenvolvido para a própria instituição para a sociedade.

Para Sobrinho (2010), o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, O ENADE, tal como concebido, consiste num instrumento de avaliação para diagnosticar, geralmente a cada três anos, as habilidades acadêmicas e as competências profissionais que os estudantes são capazes de demonstrar, em conexão com suas percepções sobre sua instituição e com conhecimentos gerais não necessariamente relacionados com os conteúdos disciplinares. Como tal, deveria ser considerado como um dos componentes do sistema de avaliação, não devendo ser tomado isoladamente.

Desta forma, o ENADE faz parte de uma política de avaliação externa da Universidade procurando fornecer dados que retratem a realidade de cada curso tendo como referência o desempenho do aluno que por sua vez é reflexo do Projeto Pedagógico. Portanto, ressalta-se que as diretrizes, e o próprio ENADE são referenciais para as ações desenvolvidas internamente pelos membros que fazem parte da Instituição, seja na elaboração de Projetos, ementas e na própria metodologia utilizada pelo professor, enfim todas as experiências educativas proporcionadas ao estudante pelas Instituições de Ensino Superior. Compete-nos pontuar que no ENADE, uma vez que não se restringe a uma prova, também são aferidas questões relativas à infraestrutura oferecida para cada curso, seu respectivo corpo docente. Com isso por meio do ENADE proporciona-se a possibilidade de conhecer e analisar quais estão sendo os investimentos nestes quesitos.

Acerca dos critérios de avaliação utilizados pelo ENADE, Brito (2008) expõe que as habilidades acadêmicas se referem à avaliação da capacidade escolar necessária para dominar a informação de uma área, e usá-la independentemente, solucionando determinados

problemas, demonstrando domínio do conhecimento e de tarefas relativas a uma determinada atividade. Já a competência profissional para o autor é a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades exigidas no mercado de trabalho.

O autor ainda completa que os documentos oficiais que tratam do ENADE indicam que, na passagem pela IES, além de dominar esses fatores para o perfil da profissão escolhida, espera-se que os graduandos evidenciem a compreensão de temas que transcendam ao seu ambiente próprio de formação. De acordo com Brito:

O ENADE avalia a trajetória do estudante, a partir do potencial de aprendizagem (desempenho dos ingressantes), o domínio da área e as competências profissionais (desempenho dos concluintes). Esse componente da prova não trata de conhecimentos gerais, mas, sim, da formação do estudante que ultrapassa os conteúdos tratados em disciplinas. São temas próprios da formação de cidadãos conscientes, engajados e aptos a atuar com ética e consciência social em um mundo com diferentes exigências (BRITO, 2008, p. 846).

Podemos analisar que a prova do ENADE não se restringe apenas a conteúdos específicos do curso de Educação Física, mas sim, amplia sua abrangência em temas da atualidade e interdisciplinares, itens que por sua vez estão presentes nas Diretrizes, buscando assim formar um profissional que consiga estar apto para diferentes situações e mudanças se adaptando em contextos e realidades diferenciadas. Acreditamos que quando ingressamos na profissão passamos a ficar diante de fatos que apenas os conteúdos da área não dão conta de resolver, logo esta formação de um cidadão consciente que o ENADE sinaliza em suas provas buscando também promover um novo olhar para a sociedade, ressaltando a importância do acadêmico estabelecer relações.

De acordo com Verhine e Dantas (2006) o ENADE faz uso de quatro diferentes instrumentos para a coleta de dados, sendo eles os testes; um questionário para levantar a percepção dos alunos sobre o teste que faz parte do próprio caderno de prova; um outro questionário que aborda o perfil socioeconômico-educacional do aluno sendo o seu preenchimento voluntário, e que deve ser entregue no dia da prova e por fim um questionário a ser respondido pelo coordenador de curso sob avaliação, no qual se pedem suas impressões sobre o projeto pedagógico e as condições gerais de ensino de seu curso.

No que se refere a estrutura da prova do ENADE Ristof e Giolo (2006) explicitam que:

A prova do Enade tem 40 questões, 30 delas são de conteúdos específicos e 10, de formação geral. O provão não tinha questões de formação geral. A parte de formação geral do Enade busca identificar o desempenho do estudante em relação a habilidades instrumentais, consideradas importantes para qualquer indivíduo em qualquer profissão que vier a exercer. Na formação geral, são exploradas questões relativas à boa comunicação em língua portuguesa, à capacidade de analisar dados e informações, interpretar textos, gráficos, tabelas, à capacidade de sintetizar, produzir inferências e juízos e saber sustentá-los com dados e evidências etc. O contexto para essas questões sempre é o mundo contemporâneo em toda a sua complexidade social, política e cultural. Daí que a mídia se refere a essa parte como sendo de conhecimentos gerais e não de formação geral, como de fato é. Importante: as dez questões de formação geral são comuns a todos os alunos de todas as áreas do conhecimento (RISTOF e GIOLO; 2006. p.209).

Vemos que a prova do ENADE é sustentada por conteúdos específicos de cada área, mas se diferencia do modelo antigo de avaliação o Provão, por contemplar questões referentes à formação geral. Acreditamos ser este um diferencial na medida em que independentes das profissões existem elementos comuns e necessários para a atuação destas, não deixando o conhecimento restrito, ampliando para diferentes áreas como também ocorre nas questões de formação geral. Diante disso, é possível observar que o ENADE almeja uma avaliação mais completa possível no que diz respeito aos conteúdos, mas também em conjunto com o caderno de questões os acadêmicos respondem um questionário que abrange o perfil socioeconômico fornecendo dados relevantes para a análise das avaliações assim também para o estabelecimento de políticas e ações na instituição.

Ristof e Giolo (2006) mencionam que o questionário socioeconômico-cultural visa conhecer o perfil do aluno de cada uma das áreas se são ricos, pobres, brancos, negros, a escolaridade dos pais, o que pensam dos professores, das aulas, das instalações da Universidade entre outros itens. O uso desses dados para os autores pode orientar as políticas públicas e as políticas acadêmicas dentro de cada instituição. Já o questionário ao coordenador tem perguntas de avaliação do curso que estão interligadas com o questionário dos alunos, sendo possível comparar e contrastar as visões de estudantes e coordenadores, gerando no âmbito do curso a possibilidade de se verificar as contradições existentes para o processo de autoavaliação e para o desenvolvimento da autoconsciência institucional. Os autores ressaltam que o ENADE faz parte de um sistema que busca avaliar cursos e instituições e que, para fazê-lo, utiliza-se também, mas não só, das informações geradas pelos estudantes. Compete ressaltar que em nível de senso comum quando se fala em ENADE se restringe meramente aos resultados das provas.

Observa-se, portanto, a importância dos instrumentos de presentes no ENADE, desde a prova que abrange questões variadas aos questionários aplicados. Conhecer o perfil do acadêmico que está dentro das Universidades permite que ações sejam tomadas no que diz respeito às políticas públicas para o ensino superior, pois conhecendo a fundo a realidade dos estudantes que ingressam ou se formam em diferentes cursos o Estado tem dados fidedignos do público que frequenta as Universidades, e ainda uma visão aproximada da realidade de cada Instituição de Ensino Superior para analisar aonde e como investir e intervir. Isto é possível ocorrer devido aos diferentes dados que o ENADE vem coletando nos últimos anos e evidenciamos assim como os autores que elucidamos anteriormente que o ENADE faz parte de um processo de avaliação, sendo assim fornece dados específicos que em conjunto com as avaliações internas retrata de certa forma a realidade dos cursos. Dentro deste contexto é fundamental analisar que medidas estão sendo tomadas pelos gestores de maneira especial os coordenadores de cursos de graduação no sentido de superação dos aspectos que se encontram aquém do mínimo estabelecido.

Por ser um exame de nível nacional o ENADE está sujeito a diferentes críticas, sobre isso, Ristof e Giolo (2006) destacam que uma das principais críticas que o ENADE recebe é a sua obrigatoriedade, porém, os autores esclarecem que, quando se decidiu que todos os cursos deveriam participar do exame e que este deveria ser aplicado por amostragem, constatou-se que a obrigatoriedade de participação dos selecionados na amostra era fundamental, pois a amostragem ficaria distorcida se apenas os bons alunos participassem.

É evidente que se somente os alunos que apresentassem melhor desempenho durante o curso realizassem a prova do ENADE este não seria um exame fidedigno e nem poderia fornecer dados referentes a determinado curso, sabemos que existem as individualidades dos alunos, diferentes formas e tempos de aprendizado, mas são justamente estas particularidades que as Universidades precisam estar preparadas para atender da melhor forma. Ressaltamos novamente que o ENADE visa avaliar os itens que constam nas Diretrizes Curriculares que justamente por serem Nacionais deveriam nortear as ações de todas as Universidades e cursos e com isso os seus respectivos alunos estarem todos preparados sem haver a necessidade de somente os bons participarem.

Outras críticas foram elencadas em relação ao ENADE:

Outra crítica recorrente é em relação a uma mesma prova ser aplicada em todo o País. As Diretrizes Curriculares Nacionais são, como diz o nome, nacionais. O que o exame mede não é a qualidade do curso (esta era a visão do provão), mas o desempenho dos estudantes de cada curso com relação às diretrizes

nacionalmente definidas pelo Conselho Nacional de Educação. O Enade, diferentemente do provão, não dá conceito de curso. O conceito do curso vem da avaliação *in loco* feita por comissões de especialistas nas áreas. Seria injusto dar conceito aos cursos a partir do Enade, até porque, como todos os exames de larga escala, ele está centrado em norma e não em critérios, e isso significa que, exclusivamente, pelo Enade é impossível dizer se um curso é bom ou ruim. Tudo o que sabemos é se os seus alunos tiveram desempenho melhor ou pior na prova (RISTOF e GIOLO; 2006. p.2011).

Os autores ressaltam aqui uma visão que está presente no senso comum acerca da função do ENADE, pois não é por meio somente da prova que sairá um conceito do curso bom ou ruim. Essa distorção também é alimentada pela própria mídia que divulga notas, conceitos não inserindo o ENADE dentro de um processo de avaliação que engloba outros instrumentos, no caso o SINAES.

Ristof e Giolo (2006) explicam que também existe a avaliação *in loco* baseada em critérios e estes levam em conta a história do curso, o projeto pedagógico específico do curso, os objetivos pretendidos e as características locais. Cada indicador é avaliado pelos especialistas à luz de critérios previamente definidos no instrumento de avaliação e, assim, o efeito relacional perde relevância. Um curso pode, pois, ter alunos com desempenho baixo no ENADE, mas contribuir muito mais com o seu crescimento do que outro curso que recebe alunos muito bons e que não consegue motivá-los suficientemente, independente de onde esteja geograficamente localizado. O autor reforça que o ENADE não é a avaliação do curso.

Percebemos que o ENADE procura abranger diferentes dimensões que podem ser avaliadas para tentar buscar maiores informações acerca de determinada instituição, porém sabemos que as respostas dadas pelos participantes podem por vezes não serem fidedignas.

Em relação ao ENADE, Brito destaca:

É importante destacar que o ENADE, que é um exame em larga escala, não avalia a ênfase do curso, mas sim os itens que constam das diretrizes curriculares nacionais, comuns a todos os cursos e a partir dos quais os projetos são construídos. Compete ao avaliador de curso, na visita *in loco*, verificar a compatibilidade entre a ênfase, a realidade social e o perfil do profissional graduado pela IES (BRITO, 2004, p.845).

Consideramos também que o ENADE não avalia a ênfase do curso, porém ele acaba fornecendo dados que podem estar diretamente relacionados com isto, pois se as Diretrizes não estiverem norteando os projetos e currículos interferem diretamente na qualidade do curso.

Indo ao encontro dos autores Ristof e Giolo, Brito também sinaliza que o ENADE não avalia o curso em específico e sim se este estabelece relações com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Com isso, é importante ressaltar que apesar dos alunos serem os participantes efetivos do ENADE a avaliação não é direcionada especificamente para a aprendizagem do aluno ou até mesmo seu nível intelectual, o foco do ENADE é analisar em que medida as Universidades estão seguindo as políticas de educação superior, além de fornecer os dados para própria instituição tomar conhecimento de suas ações.

Por sua vez, Santos e Silva (2009) ressaltam que toda avaliação é de cunho político, não esta dissociada do contexto social, dos interesses econômicos, ou seja, esta vinculada à realidade podendo ser usada como uma ferramenta de controle do governo a fim de identificar onde, quando e em que investir identificando se os objetivos estabelecidos no programa estão sendo alcançados e definir quais as medidas necessárias para os ajustes, além de dar respostas aos investidores nacionais e internacionais.

Nos casos em que a avaliação se reduz a medida e a regularização ou a mero controle, no sentido de conformação à norma, ela é um instrumento de poder do professor, do administrador e de instâncias governamentais. Mas, diferentemente, se ela é um processo de regulação no sentido de que ajuda a compreender e melhorar a realização dos processos educativos, cognitivos, psicossociais, estruturais e organizacionais, então, ela é um patrimônio público, é um bem comum a serviço da formação dos indivíduos para a vida social, do desenvolvimento institucional e dos projetos do Estado (SOBRINHO, 2008,p.205).

Concordamos com os autores e também acreditamos que a avaliação é uma forma do governo controlar as universidades, pois sendo ela uma instituição pública ou privada de certa forma necessita prestar contas para a sociedade. Mas, sabemos que a avaliação vai muito além destes fatores burocráticos e de controle, não desmerecendo ou minimizando esta função que também é fundamental.

Neste sentido, Santos e Silva advertem:

Dessa forma, o ENADE propriamente tem por finalidade identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes brasileiros, averiguando a atuação docente, as instalações físicas e a organização pedagógica para identificar se o conteúdo programático ministrado está condizente com as diretrizes curriculares, bem como identificar de que maneira são abordados os conteúdos programáticos e como se efetiva a vinculação dos cursos de graduação com a demanda social (SANTOS; SILVA, 2009, p.11).

Vemos que os mencionados nesta pesquisa reforçam que o ENADE exerce sua função avaliando a aplicação das Diretrizes nos cursos integrando também, outros itens já citados nesta pesquisa e evidenciados pelos autores Santos e Silva. Entendemos que os projetos dos cursos, as metodologias de trabalho docente são elaboradas de acordo com as Diretrizes Curriculares, logo, acredita-se que as provas do ENADE são desenvolvidas rigorosamente de acordo com estes documentos estando, portanto, de acordo com a realidade da Universidade. Diante disso, esta pesquisa trará dados referentes ao Projeto Pedagógico dos cursos de Educação Física das duas Universidades Comunitárias para analisar a relação com as Diretrizes, que serão abordadas posteriormente neste capítulo.

Todavia, em uma pesquisa realizada por Rodrigues e Peixoto (2009), observou-se através de entrevistas feitas com alunos e coordenadores de uma universidade federal que, nesse primeiro momento de avaliação realizado pelo ENADE, o mesmo não apresentou contribuições efetivas ao aprimoramento, e também aperfeiçoamento dos cursos de graduação. De uma forma geral, os entrevistados salientaram que o exame não apresentou para a instituição nenhuma diferença do modelo de avaliação realizado anteriormente. O mesmo foi percebido como uma tarefa burocrática, cuja preocupação com o mesmo ocorreu apenas no seu processo de organização formal, não oferecendo nenhuma contribuição para o desenvolvimento de ações e/ou medidas nos cursos. Sendo assim, o ENADE não conseguiu proporcionar o retorno proposto em seus documentos, não se constituindo como um diagnóstico da formação oferecida pelos cursos, pois os resultados apresentados sobre o desempenho dos estudantes geram dúvidas nos coordenadores sobre a veracidade das informações ali prestadas, uma vez que apontaram que essas não condizem com a realidade vivenciada nas instituições, também, com a formação que oferecem aos estudantes.

Sobre esta pesquisa acreditamos que a possível falha não esteja nos procedimentos adotados pelo ENADE e sim nas ações feitas após estas avaliações que dizem respeito a própria universidade que poderia utilizar os resultados para refletir sobre os problemas apresentados, e sobre as potencialidades evidenciadas e possíveis ações que podem ser efetivadas em prol da melhoria das Instituições. Quando Rodrigues e Peixoto mencionam sobre o distanciamento da realidade da prova do ENADE entendemos que isto só poderia ser possível caso as instituições e seus referidos cursos não tivessem como eixo norteador do processo as Diretrizes Curriculares, já que esta é de caráter nacional. Ou seja, mesmo sofrendo adaptações para cada realidade, respeitando a autonomia das universidades as Diretrizes sustentamos projetos e o currículo dos cursos, porém se as Universidades estão ou

não seguindo estes referenciais são fatores que podem ser diagnosticados por intermédio das avaliações já que elas são elaboradas a partir das Diretrizes.

Sabemos que a avaliação seja em nível superior ou mesmo na educação básica gera essas discussões de dúvidas, críticas e também é utilizada pela mídia para anunciar estes resultados, porém, por vezes os meios de comunicação podem prejudicar e até mesmo distorcer o real objetivo destas avaliações fazendo com que estas sejam sinônimos de *ranking*. As notas do ENADE acabam sendo divulgadas sem explicar como esta nota foi processada, aparentando ser esta apenas um conceito de qualidade do curso atingindo durante uma prova. A avaliação precisa ser vista com um instrumento de ação-reflexão seja pelo Estado, como para os gestores e próprios acadêmicos e para as Instituições, ou seja, a reflexão do que pode ser melhorado e alterado ou ainda do que precisa ser feito para que as falhas sejam superadas, ou seja, servem como fundamentos para regulação do processo.

Diante desta análise, sabemos que o ranqueamento não promove estas ações e acaba apenas submetendo as Universidades, cursos e até mesmo alunos a se exporem em uma vitrine onde as melhores notas correspondem os melhores cursos. Esta é uma visão do senso comum que de certa forma é alimentada pela mídia que fornece os dados isolados.

Dias Sobrinho faz a seguinte observação:

A prática de elaboração de *rankings* foi criticada no documento que apresenta a proposta do SINAES, pois não contribuiria para a promoção da qualidade científica e social da educação superior. Coerente com a concepção geral do SINAES, não deveria o ENADE servir à elaboração de *rankings*, e sim fornecer elementos de compreensão a respeito da formação ética e técnica dos estudantes e de sua visão sobre a instituição e a vida social. Entretanto, a mídia acabou elaborando equivocadamente *rankings*, tomando como base apenas o ENADE e em uma de suas aplicações, isoladamente, o que já é uma deturpação desse instrumento (DIAS SOBRINHO, 2000, p. 214).

O ENADE faz parte de uma política de avaliação de Educação Superior e precisaria ser vista e tratada como tal, desta forma a elaboração do *ranking* e mais especificamente a sua divulgação não valoriza todo o processo de avaliação do ensino superior. Esta interpretação de forma equivocada faz com que parte da sociedade tenha uma visão distorcida do que é o ENADE que muitas vezes é criticado por falta de conhecimento, e influenciados pela mídia que interpreta por sua vez o ENADE de forma equivocada.

A avaliação é trabalho de implicação, para além da explicação. Isso significa que ela é um processo de articulação dos elementos heterogêneos, das relações e dos sentidos abertos e muitas vezes contraditórios. O controle separa os elos do que seria uma inteligibilidade integrada, rompe as conexões e as relações para

explicar o elemento fragmentado e isolado, com propósitos de demonstração conclusiva e não de abertura a novos significados.

Diante das discussões feitas acerca da prova do ENADE, ressaltamos aqui a relação direta com as Diretrizes Curriculares Nacionais, já que estas sustentam os projetos dos cursos. Logo, as avaliações realizadas buscam estar engajadas e integradas dentro da realidade das Instituições que apesar de terem suas particularidades e diferenças seguem as políticas públicas na Educação Superior. No próximo item será apresentada uma breve contextualização do currículo dos cursos de Educação Física juntamente com suas Diretrizes analisando estes documentos, e também a Portaria nº 217 que sinaliza os objetivos da prova do ENADE realizada para o ano de 2011. Ressaltamos que os resultados e os pareceres desta última prova ainda não foram dado publicidade.

3.1 O curso de Educação Física e as alterações no currículo: Resgate histórico

Para compreender a situação atual do Ensino Superior, em especial o curso de Educação Física, iremos abordar a seguir as políticas públicas concernentes a este curso, contextualizando brevemente a inserção, desenvolvimento e diretrizes curriculares do referido curso para subsidiar nossa discussão acerca das avaliações externas e internas destinadas a graduação em Educação Física.

Souza Neto *et.al.* (2004) destaca que na Era Vargas, período que vai de 1930 a 1945 a educação física estruturou-se profissionalmente na luta pelo seu espaço na sociedade, com isso na Constituição de 1937 existe a previsão em tornar a educação física obrigatória nas escolas, fazendo surgir outras reivindicações referentes à profissão, como, por exemplo, a exigência de um currículo mínimo para a graduação. Essa conquista deu-se em 1939, por meio do decreto-lei nº. 1.212 que criou a Escola Nacional de Educação Física e Desportos e estabeleceu as diretrizes para a formação profissional. Já em 1939, com o decreto-lei nº. 1.212, cria-se a Universidade do Brasil e a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, contemplando nos cursos um núcleo comum de disciplinas básicas e um conjunto de matérias específicas em função da modalidade de atuação profissional pretendida.

Os autores ainda destacam que a duração do curso de formação do professor passou de dois anos para três anos, sendo que entre 1945 e 1968 e com promulgação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB – nº. 4.024/ 61 a formação do professor passou a exigir um currículo mínimo e um núcleo de matérias que procurasse garantir formação cultural e profissional adequadas. Uma exigência que os cursos deveriam atender era a de um percentual de 1/8 da carga horária

do curso para a formação pedagógica, visando fortalecer a formação do professor e fazer dele um educador. Ao final da década de 1960, com a internacionalização do mercado, o advento do esporte e a e dentro de um contexto histórico governo militar no país é realizada a Reforma Universitária de 1968 a qual propõe um novo currículo, com isso são criados grupos de trabalho, nomeados para repensar a formação na educação física, uma vez que os cursos paralelos aos de professor de educação física e de técnico desportivo, na prática, não se mostravam exequíveis. Verifica-se, portanto que não havia as matérias pedagógicas na formação do professor e no curso de técnica desportiva, sendo assim na prática não se estava atendendo efetivamente ao mercado de trabalho em quantidade e qualidade, permitindo que ex-atletas continuassem a ocupar o lugar dos profissionais formados por uma escola superior, propondo-se então, que a formação deveria se restringir à formação de professores e de técnicos. Porém, os resultados dessa preparação profissional continuam a ser questionados.

Vemos aqui a necessidade de um profissional de Educação Física que fosse para além da técnica desportiva, e com isso as mudanças no currículo se acentuaram na busca de um educador sendo necessário então uma ênfase nas disciplinas de caráter mais pedagógico para suprir as demandas de um novo profissional, e de uma nova época, já que o perfil de uma Educação Física Militarista destinada ao treinamento de um atleta já não supria as necessidades de uma nova sociedade.

Souza Neto *et al* comenta:

Os argumentos apresentados para fundamentar a necessidade de se (re)pensar os cursos de licenciatura em educação física foram: a) a necessidade urgente e a importância de os cursos se libertarem das "amarras" impostas pelo currículo mínimo; b) as novas demandas do mercado de trabalho que, já há muito, extrapolavam os limites da escola e, por isso mesmo, reclamava um outro tipo de profissional apto para atender, de forma competente, as necessidades sociais, e c) a importância e necessidade de se pensar a educação física como um campo de conhecimento específico (SOUZA NETO *et.al.* 2004, p.7).

No final do século XX, segundo Souza Neto *et.al.* (2004), com a aprovação da LDBEN n°. 9.394/96, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da lei n°. 9.696/98, lei que regulamenta a profissão de Educação Física, observou-se, a caminho, um novo desenho curricular para a área da educação, com um novo delineamento no campo da intervenção profissional da educação física, e também da educação, marcado por um novo fenômeno, o “profissionalismo”. Nesse contexto, a profissão deve estar comprometida com a prestação de um serviço que seja útil para melhorar a qualidade da prática.

A mudança na área da Educação Física assim como as mudanças na sociedade que fazem com que as Universidades se adequem a esta nova realidade. Cabe ressaltar que este curso também foi influenciado pelas demandas da sociedade, ou seja, não basta um profissional que saiba fazer e sim um profissional que saiba ensinar e preparar um aluno para a vida e neste curso específico englobando os aspectos, sociais, cognitivos e físicos. Com isso surgem as discussões da formação de um técnico ou de um professor e o currículo sofre essas alterações onde disciplinas voltadas para o caráter pedagógico passam a fazer parte da Educação Física para que o profissional seja formado para exercer a função de educador.

Santos e Simões (2008), informam que o crescimento do ensino superior no Brasil apresenta números significativos, especialmente pela participação do setor privado, tendo como um destaque os cursos de graduação em Educação Física que representam aproximadamente quatrocentos por cento (400%) deste aumento entre 1991 a 2004. Para o autor o maior desafio é ajustar a oferta à manutenção da qualidade, sendo a regulação governamental através de processos de avaliação de instituições, cursos e alunos, a forma encontrada para de certa forma garanti-la. Contudo, neste período a própria área sofreu grandes transformações como a regulamentação da profissão, o surgimento de novas áreas de atuação, a criação dos conselhos de Educação Física, e as mudanças nas próprias diretrizes curriculares nacionais.

Vemos que o aumento dos cursos de Educação Física e suas mudanças nos currículos percorreram o mesmo caminho, possivelmente pelo aumento de ofertas de cursos foi-se necessário também rever os currículos em prol de uma formação de qualidade, e um novo perfil profissional que atendesse as mudanças e necessidades da sociedade.

A respeito desta questão Castellani Filho (1998) informou que foi analisada a existência de uma oferta de profissionais com formação superior em número muito maior à necessidade da demanda, e também a proliferação dos cursos superiores de Educação Física que, sem a observância de critérios justificadores da necessidade dê suas criações e contando, em boa parte das vezes, com profissionais de conceituadas universidades públicas colaborando com elas, aumentam a oferta de profissionais de qualidade no mínimo duvidosa em um mercado já evidentemente saturado, empurrando para baixo quaisquer possibilidades concretas de remuneração condizente com o trabalho a ser desenvolvido. Somente esforços sérios e consequentes de avaliação das instituições de ensino superior responsáveis pela formação dos profissionais de nossa área, seguida de ações concretas que apontem para o fechamento daquelas destituídas de qualificação para fazê-lo, associados a iniciativas como a acima enunciada, que viabilize a descentralização da atuação profissional, deslocando-a dos

aglomerados urbanos mais desenvolvidos para os menos, será capaz de reverter o quadro inquietante que ora se apresenta aos nossos olhos. O autor ainda reforça que na direção oposta à existência de mais de uma centena de cursos superiores de Educação Física sendo aproximadamente 70% deles vinculados a instituições privadas responsáveis pelo oferecimento ao mercado de trabalho de aproximadamente 9.000 novos profissionais/ano, a maioria deles situada nos grandes centros urbanos.

Aqui temos uma informação discutida há 14 anos, onde Castelani Filho vê a necessidade de avaliações das Universidades, mas com ações que se efetivem para evitar o crescimento desenfreado de cursos possivelmente de qualidade questionável. Os autores, Santos e Simões (2008) e Castellani Filho (1998) trazem esta questão do aumento significativo de cursos superiores, como um fator diretamente relacionado com a qualidade e a oferta de profissionais para o mercado de trabalho. Está é uma discussão que se faz presente com força na atualidade, pois devido a todo este crescimento a qualidade fica comprometida, surgindo então a competitividade entre as instituições.

Dentro deste contexto, cada vez mais a avaliação se insere na tentativa de analisar a qualidade das instituições, pois com o aumento significativo de cursos em contrapartida existe a possibilidade destes não apresentar a qualidade necessária para a formação do profissional de Educação Física, seja no que se refere ao nível de estudo do corpo docente e a própria infraestrutura das Universidades da qual o referido curso necessita para suas práticas.

Gaspari (2004) informa que as alterações no currículo do curso de Educação Física ocorreram no mesmo rumo das mudanças curriculares de outros cursos de graduação nas licenciaturas. Essas alterações fizeram-se necessárias pelo fato de se realizarem, de forma semelhante, a formação dos profissionais que atuam no ambiente escolar independente da área de conhecimento.

A proposta preliminar de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física foi apresentada, criticada e reformulada a partir de reuniões realizadas em diferentes Unidades da Federação, reunindo dirigentes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Educação Física, dirigentes de entidades científicas, a exemplo do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, dirigentes de cursos de graduação em Educação Física, além de especialistas e pesquisadores da área sobre formação acadêmico profissional (PARECER N °CNE/CES 0058/2004).

De acordo com o PARECER N °CNE/CES 0058/2004, no final de 1999, a proposta de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física, sistematizada pela COESP-EF, foi encaminhada ao setor competente da Sesu/MEC que, por sua vez, a

encaminhou ao Conselho Nacional de Educação. Em linhas gerais, as diretrizes formuladas propunham a formação do graduado em Educação Física, a partir de dois núcleos de conhecimentos, sendo eles o Conhecimento Identificador da Área que integra um núcleo de Formação Básica e o Conhecimento Identificador do Tipo de Aprofundamento compreendido como o conjunto de conhecimentos que objetivavam o desenvolvimento de competências e habilidades específicas para a intervenção do acadêmico. Seguindo esta estrutura, caberia a cada Instituição de Ensino Superior, propor um ou mais campos de aplicação profissional, a título de aprofundamento, também definir o elenco de disciplinas do currículo pleno, considerando as peculiaridades de cada região e os perfis profissionais desejados.

Diante disso, esta formação contribuirá para ampliar o conhecimento do acadêmico a partir das ações executadas nas atividades práticas inseridas na matriz como componente curricular, pois o contato do acadêmico com a realidade da prática que irá exercer propicia experiências diferenciadas e concretas, situação que ocorre devido aos estágios e outros componentes curriculares que abrangem as diferentes disciplinas do curso.

Gaspari assim prossegue:

A proposta apresentada pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação propõe três modalidades de atividades práticas que o acadêmico de Educação Física, obrigatoriamente, deverá cumprir ao longo de sua graduação. As atividades dividem-se em: *prática como componente curricular, estágio curricular supervisionado e atividades complementares* (GASPARI, 2004, p.4).

Estas atividades visam uma formação que busque contemplar a experiência do profissional integrada à realidade que ele vai vivenciar ao longo de sua profissão. Podemos analisar a prática do estágio e atividades complementares em ambos os currículos de Educação Física das duas Universidades Comunitárias pesquisadas que já incluem os seus alunos em trabalhos com as escolas e alunos permitindo que estes já conheçam a realidade. Em Santa Catarina o estágio supervisionado e específico inicia no quinto semestre completando no final do último semestre a carga horária de 405 horas distribuídas em três semestres. Já no curso de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul de acordo com o plano curricular a carga horária dos estágios corresponde a 420 horas iniciando também no quinto semestre.

Sabe-se que no estágio supervisionado o acadêmico tem o contato direto com sua futura prática profissional, seja nas escolas e/ou academias entre outros ambientes, e apesar de receber orientações do professor que acompanha seu processo possui certa autonomia na

produção de sua aula e procedimentos metodológicos que utilizará. Ressaltamos que na Universidade Comunitária do Rio grande do Sul as práticas curriculares estão presentes durante todo o curso no momento onde nas disciplinas de futsal, basquete e outras os acadêmicos aplicam seus conhecimentos com grupos de alunos das escolas representando um trabalho específico de cada disciplina. Acreditamos que esta prática já proporciona o acadêmico no início do curso vivenciar sua prática e conhecer diferentes realidades estando mais preparado para posteriormente ingressar no estágio supervisionado.

No que se refere às atividades complementares o curso de Educação Física do Rio Grande do Sul de acordo com o Projeto Político Pedagógico (2007) exige o total de 200 horas distribuídas em três tipos de atividade contemplada pelo ensino, pesquisa e extensão, situação que também ocorre na Universidade Comunitária de Santa Catarina que também exige a formação de 200 horas complementares. Sobre isso Gaspari (2004, p.5) explica que:

Nas atividades complementares a Instituição de ensino deve criar mecanismos para o aproveitamento teórico ou prático para efetivação dessas vivências. Nessa modalidade o acadêmico pode participar de atividades como congressos, grupos de pesquisa, estágios extracurriculares, cursos, monitorias, etc., havendo relação com o curso de Educação Física. Essa modalidade permite que sejam realizadas de forma presencial ou à distância.

A estrutura curricular do o curso de Educação Física sofreu alterações para se adequar às novas realidades impostas por uma sociedade que exige um profissional capacitado para exercer sua profissão em diferentes âmbitos. Com isso, as modalidades práticas sinalizadas por Gaspari (2004) são relevantes na formação do profissional da Educação Física, também em qualquer outra área da Licenciatura, na medida em que o acadêmico passa a vivenciar diferentes atividades relacionadas com a realidade da profissão escolhida.

Após esta breve discussão acerca do curso de graduação em Educação Física no contexto do Ensino Superior frente às mudanças curriculares ocorridas desde a Era Vargas se faz necessário contextualizar os Projetos Pedagógicos das duas Universidades Comunitárias pesquisadas com as Diretrizes Curriculares e suas relações com a Prova do ENADE de 2011.

3.2 Diretrizes curriculares do Curso de Educação Física e a Portaria Nº 217: Análise dos Projetos Pedagógico das Universidades Comunitárias da região sul e sua relação com a prova do ENADE.

Neste item iremos apresentar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de graduação em Educação Física, os Projetos Político Pedagógico dos referidos cursos das duas Universidades Comunitárias pesquisadas da região Sul do Brasil, buscando relacioná-los às diretrizes. Este estudo documental e também bibliográfico será sustentado pela Portaria Nº 217 referente aos objetivos e metas do ENADE previstas para os cursos de Educação Física. O que pretendemos elucidar nesta discussão é a relação do que as provas do ENADE estão avaliando com o currículo dos cursos, uma vez que estes se sustentam nas Diretrizes. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, em seu Art. 2^a, explica o que são as Diretrizes para a formação dos graduados em Educação Física, seus princípios e aplicabilidade, e também a estreita relação destas com os Projetos Pedagógico do curso de Educação Física.

Art. 2º– As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de graduados em Educação Física definem os princípios, as condições e os procedimentos para a formação dos Profissionais de Educação Física, estabelecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, no desenvolvimento e na avaliação do projeto pedagógico dos cursos de graduação em Educação Física das Instituições do Sistema de Ensino Superior (PARECER Nº CNE/CES 0058/2004, p.16).

De acordo com o Art. 3º das Diretrizes Curriculares Nacionais para graduação em Educação Física, este curso é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional, que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, nas diferentes modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, e na prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas e também contempla outros campos que oportunizem a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas (PARECER Nº CNE/CES 0058/2004).

Por sua vez, no Art. 4º das Diretrizes, destaca-se que o curso de graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética. O graduado em Educação Física devesse estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável. O Professor da Educação Básica deverá estar qualificado para a

docência deste componente curricular na educação básica, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação, também as orientações específicas para esta formação tratadas nesta Resolução (PARECER Nº CNE/CES 0058/2004).

Os itens referentes a este artigo ressaltam a importância do profissional em Educação Física intervir na realidade por meio do movimento humano, com isso vemos a necessidade das práticas complementares estarem presentes na matriz curricular juntamente com os estágios para que desta forma exista uma preparação mais efetiva dos acadêmicos que adquirem mais experiência e conhecimentos e com isso consigam intervir em diferentes realidades de forma crítica. Este artigo também reforça a importância do professor de Educação Física ter como base a legislação uma sólida fundamentação teórica tenha a consciência de que no exercício de sua profissão estas serão as referências para a prática.

No Art. 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais, existe a orientação no sentido que a Instituição de Ensino Superior deverá pautar o projeto pedagógico do curso de Graduação em Educação Física seguindo os princípios de autonomia institucional, de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, da formação continuada, da ética pessoal e profissional, da ação crítica investigativa e reconstrutiva do conhecimento, com ênfase também na construção e gestão coletiva do projeto pedagógico e na abordagem interdisciplinar do conhecimento, da indissociabilidade teoria-prática e também da articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica (PARECER Nº CNE/CES 0058/2004).

Portanto, há que se destacar que as das Diretrizes Curriculares exercem um papel norteador junto às Instituições de ensino superior. Por sua vez, este referencial aponta para o princípio da autonomia, da articulação do tripé que sustenta a Universidade e preocupa-se com a formação, a crítica investigativa no processo da pesquisa, destaca a importância de um processo participativo na gestão do Projeto Pedagógico, a perspectiva interdisciplinar do conhecimento e uma prática sustentada na teoria e uma teoria aproximada da prática. Um fator a ser salientando também a articulação entre os conhecimentos indispensáveis à formação do profissional de Educação Física.

O Art. 6º sinaliza que as competências de natureza político-social, ético-moral, técnico-profissional e científica deverão constituir a concepção nuclear do projeto pedagógico de formação do graduado em Educação Física. A formação do graduado em Educação Física deve fazer com que o acadêmico domine os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática. O graduado em Educação Física necessita também pesquisar, conhecer, compreender,

analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, e participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais. Nos campos da saúde, lazer, esporte, educação, segurança, ambiente, cultura entre outros o profissional necessita diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas planejar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas das atividades nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde (PARECER N° CNE/CES 0058/2004).

Este artigo ainda ressalta que o profissional de Educação Física precisa acompanhar as transformações acadêmico-científicas de sua área e de áreas afim, mediante a análise crítica da literatura especializada com atualização e produção acadêmico-profissional contínua. Cabe ressaltar que, de acordo com as Diretrizes, a definição destas competências e habilidades além de se pautarem-se em legislação própria do Conselho Nacional de Educação, as Instituições de Ensino Superior poderão incorporá-las e adequá-las em seus projetos pedagógicos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais no seu Art. 7 menciona que caberá a Instituição de Ensino Superior, na organização curricular do curso de graduação em Educação Física, articular a unidade de conhecimento de formação específica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em coerência com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar. Esta formação Ampliada deve abranger as dimensões do conhecimento da relação ser humano-sociedade, biológica do corpo humano, produção do conhecimento científico, e tecnológico. Já a Formação Específica abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física, contemplando as dimensões culturais do movimento humano, técnico-instrumental e didático-pedagógico. O projeto pedagógico do referido curso poderá propor um ou mais núcleos temáticos de aprofundamento, utilizando até 20% da carga horária total, também podendo ser inseridas as questões pertinentes às peculiaridades regionais (PARECER N° CNE/CES 0058/2004).

Vemos que existe a flexibilidade das Diretrizes em permitir que a Universidade faça as devidas inserções no currículo de acordo com a sua área de abrangência, sendo assim as Diretrizes norteiem os projetos do curso de Educação Física em nível Nacional, porém existe a possibilidade de adaptações.

No Art. 8° das Diretrizes Curriculares aponta para o Curso de Formação de Professores da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, as unidades de conhecimento específico que constituem o objeto de ensino do componente curricular correspondem às dimensões biológicas, sociais, culturais, didático-pedagógicas, técnico-

instrumentais do movimento humano. No Art. 14º é mencionado que a duração do curso de graduação em Educação Física será estabelecida em Resolução específica da Câmara de Educação Superior (PARECER Nº CNE/CES 0058/2004).

Como já mencionamos anteriormente, onde trouxemos uma breve discussão das mudanças no currículo em Educação Física, o Art. 10º determina que a formação do graduado em Educação Física deva assegurar a indissociabilidade entre teoria-prática por meio da prática como componente curricular, estágio profissional curricular supervisionado e atividades complementares. A carga horaria para o desenvolvimento das experiências aludidas no caput deste Artigo será definida em Resolução específica do Conselho Nacional de Educação (PARECER Nº CNE/CES 0058/2004).

O Art. 11 ressalta que poderá ser exigida pela instituição, a elaboração de um trabalho de conclusão do curso, sob a orientação acadêmica de professor qualificado. Já o Art. 12 ressalta que na organização do curso devesse indicar se a modalidade é seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos ou modular (PARECER Nº CNE/CES 0058/2004).

Art. 13º A implantação e o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados institucionalmente, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários a sua contextualização e aperfeiçoamento. 1º– A avaliação devesse basear-se no domínio dos conteúdos e das experiências, com vistas a garantir a qualidade da formação acadêmico-profissional, no sentido da consecução das competências político-sociais, ético-morais, técnico-profissionais científicas. 2º– As metodologias e critérios empregados para o acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio projeto pedagógico do curso devesse estar em consonância com o sistema de avaliação e o contexto curricular adotado pela Instituição de Ensino Superior (RESOLUÇÃO Nº7, DE 31 DE MARÇO DE 2004. DCN, p.5).

No que refere ao artigo 13, o mesmo abrange objetivamente boa parte da discussão desta pesquisa indo ao encontro de nossa percepção acerca da avaliação. Inicialmente acreditamos também que o projeto pedagógico do curso precisa ser revisitado, analisando o que pode ser aperfeiçoado e modificado e esta ação só é possível se o projeto passar por processos avaliativos seja ele institucional, com avaliações internas, ou com as avaliações externas, ressaltando a relevância do ENADE neste processo de análise.

Além disso, o Artigo 13º das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Educação Física reforça que a avaliação da aprendizagem deve estar relacionada com o sistema de avaliação e com a matriz curricular. Com isso subentende-se de que as avaliações feitas nas disciplinas precisam estar de acordo também com as avaliações externas e

principalmente seguindo as Diretrizes já que estas sustentam os projetos e matriz curricular dos cursos.

Após esta análise das Diretrizes Curriculares para compreender quais são os itens que o ENADE busca avaliar nos cursos de Educação Física iremos abordar agora a Portaria N° 217, de 26 de Julho de 2011 que explicita o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes dentro dos cursos de Educação Física.

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a atualização permanente e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento (PORTARIA N° 217, p.1).

Ressaltamos que o objetivo do ENADE é avaliar o desempenho do aluno em relação às Diretrizes Curriculares, logo o curso de Educação e seu referido projeto também estão em destaque, ou seja, os dados fornecidos pelo ENADE não dizem respeito somente ao aluno e sim na instituição como um todo, em sua infraestrutura, currículo, projeto entre outros, o que acreditamos ser um dos pontos positivos desta avaliação que não fica restrita.

De acordo com o Art. 2º da Portaria N° 217 a prova do ENADE de 2011, com duração total de 04 (quatro) horas, contemplará a avaliação do componente de Formação Geral comum aos cursos de todas as áreas e um componente específico da área de Licenciatura em Educação Física.

A Portaria coloca em evidência que no componente específico da área, Artigo 4º que o ENADE tem como objetivos avaliar a formação superior da Educação Física numa perspectiva sistêmica, para subsidiar a elaboração de políticas públicas para o ensino médio e para a educação superior na área; identificando as necessidades, demandas e potencialidades do processo de formação do professor, considerando os contextos institucionais e regionais para subsidiar as diretrizes curriculares nacionais.

Este artigo sinaliza pontualmente a função do ENADE dando o enfoque na elaboração das políticas públicas que acreditamos ser um dos grandes potenciais da avaliação, avalia-se para promover mudanças naquilo que já está feito, logo o ENADE dá este suporte através dos dados que são coletados nas provas.

A respeito do perfil a ser levado em conta pelo ENADE de 2011 a Portaria 217/11, estabelece:

Art. 5º A prova do Enade 2011, no componente específico da área de Licenciatura em Educação Física tomará como referência o seguinte perfil de formação: O estudante de Licenciatura em Educação Física deverá ser um professor com formação técnico-profissional e científica, humanista e crítico-transformadora, que compreenda o papel da escola e do professor na sociedade, bem como as políticas públicas da educação brasileira; cuja intervenção fundamentar-se-á no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta eticamente responsável. Esta intervenção dar-se-á na educação básica, privilegiando as diversas manifestações e expressões do movimento humano, considerando a interdisciplinaridade e reconhecendo os contextos históricos e sócio-culturais, a educação inclusiva, a diversidade e o meio ambiente (PORTARIA Nº 217, DE 26 DE JULHO DE 2011, p.01).

É notável que na atualidade a formação de um profissional não pode ser restrita a sua área específica, entretanto verifica-se que o ENADE exige um conhecimento integral que além de abranger os conhecimentos específicos de cada curso ele também enfatiza os conteúdos da formação geral comum a todos os demais cursos, visando à formação global do aluno. Para atender todas essas exigências o currículo da Licenciatura deve contemplar diferentes disciplinas que não somente as específicas da área como, por exemplo, os desportos, também buscar articular todas as Diretrizes no cotidiano do curso.

A Portaria Nº 217/2011, no seu Art. 6º, a respeito do ENADE em 2011, avaliará se o estudante domina os conhecimentos pedagógicos e específicos da docência referentes aos conteúdos da área e aqueles advindos das ciências e áreas afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade histórica, plural e democrática; além de ser capaz de pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir científica e profissionalmente, priorizando e explorando o valor educativo das diversas manifestações e expressões do movimento humano, enquanto patrimônio cultural da humanidade. Esta Portaria ainda completa que o ENADE também busca avaliar se o estudante é capaz de utilizar recursos tecnológicos da informação e da comunicação para acompanhar as transformações acadêmico-científicas da área e de áreas afins, qualificando a intervenção docente; dominando a leitura e a escrita o conhecimentos técnico-científicos para intervir no campo da educação básica, de modo a planejar, ensinar, orientar, supervisionar e avaliar as atividades educacionais, respeitando os diferentes níveis de aprendizagem e desenvolvimento corporal; conhecendo, selecionando e aplicando as diferentes técnicas,

instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias de ensino para a intervenção docente, articulando os conteúdos da área de modo interdisciplinar.

Todas essas exigências estipuladas na prova do ENADE contemplam uma gama de conhecimentos muito amplo, e também buscam o conhecimento integrado do estudante, ficando evidente que a prova do ENADE exige do aluno a capacidade de articular e compreender diferentes conteúdos, ou seja, através da avaliação de todos estes quesitos buscase um profissional competente para atender as necessidades da sociedade atual. A grande questão é se a Universidade consegue ensinar e principalmente se o aluno consegue aprender e assimilar todos estes conteúdos citados anteriormente. Com isso, é por meio das avaliações seja elas internas ou externas que é possível ter um parâmetro de como está ocorrendo esta formação, ou seja, fornece indicadores.

No componente específico da área de Licenciatura em Educação Física, de acordo com a Portaria Nº 217, de 26 de julho de 2011, Art. 7º, o ENADE coloca como referencial os conteúdos da dimensão sócio-antropológica: conhecimentos filosóficos, antropológicos, sociológicos e históricos que enfocam aspectos éticos, culturais, estéticos e epistemológicos inerentes à educação e à educação física escolar. Além disso, enfatiza também a dimensão bio-dinâmica com conhecimentos sobre os aspectos morfológicos, fisiológicos e biomecânicos e suas aplicações na educação física escolar, abrange também os conhecimentos sobre mecanismos e processos do desenvolvimento humano, contemplando aspectos motores, aquisição de habilidades e fatores psicológicos intervenientes. Voltado para a educação, o ENADE avalia no curso de Educação Física a dimensão científica e tecnológica como os conhecimentos dos procedimentos éticos e da metodologia, métodos e técnicas de estudo e pesquisa que fundamentam a ação educativa; assim também os conhecimentos de fundamentos teórico-metodológicos da educação e sua aplicação no processo ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos do componente curricular de Educação Física.

Vemos que o processo avaliativo feito pelo ENADE nos cursos de Educação Física contempla desde a área da saúde até a área da educação através dos conteúdos presentes nos currículos destes cursos, porém sabemos que a dosagem de certas disciplinas se diferencia de uma Universidade para outra e que podem não contemplar todo o conteúdo presentes na prova do ENADE. Diante disso, a possível falha não está nas Diretrizes Curriculares Nacionais que por sua vez contemplam conteúdos de diferentes dimensões e sim na atuação dos professores que podem vir a não seguir estas Diretrizes e nem os próprios projetos. Pois de acordo com está análise observa-se que quanto aos objetivos do curso de Educação Física, estes trazem a concepção prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Embora esta dissertação não tenha

conseguido analisar os resultados do ENADE 2011, esta Portaria serve como um referencial da concepção das provas do ENADE.

De acordo com Santos e Simões (2008) em 2004 foi realizado o primeiro Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes em Educação Física. Dados do INPEP do ano 2006 são explicados pelos autores Santos e Simões (2008, p.267):

Dos 27.757 alunos de Educação Física, que participaram do ENADE 2004, 72,1% eram provenientes de instituições de ensino superior privadas. De todas as áreas avaliadas no Brasil, a Educação Física figurou com o segundo pior desempenho, com 31,2 de média, ficando atrás apenas do Serviço Social com 25,9 de média.

Esses dados já sinalizam que o curso de Educação Física não atendeu de forma eficaz os objetivos do ENADE, não trazemos aqui afirmações ou possíveis motivos para este resultado, porém indagamos se os cursos de Educação Física contemplam em seus Projetos o que a prova do ENADE solicitou, pois como observamos anteriormente as questões do ENADE estão de acordo com o que dizem as Diretrizes Curriculares Nacionais. Em relação a isso é importante analisar no contexto atual se os Projetos Pedagógicos dos cursos de Educação Física estão efetivamente seguindo as Diretrizes. Para Santos e Simões (2008) um aspecto que deve ser considerado devido a este baixo desempenho pode ser a evolução da área e as profundas transformações que ocorreram na Educação Física nas últimas décadas. Para os autores com as mudanças ocorridas iniciaram-se a organização do Conselho Federal de Educação Física e dos Conselhos Regionais de Educação Física, conseqüentemente as discussões sobre a atuação profissional tornaram-se mais intensas, onde o perfil profissional pretendido nos cursos superiores de Educação Física também começou a ser questionado.

Após a análise das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Física e da Portaria Nº 217 do ano de 2011 que elucidou os objetivos da prova do ENADE realizada ano passado traremos agora a análise dos Projetos Pedagógicos das duas Universidades Comunitárias pesquisadas com a finalidade de estabelecer relações com as Diretrizes, e com a Portaria para posteriormente na análise de dados observar como foi o resultado do ENADE destes dois cursos e quais as ações que estão sendo tomadas pelas coordenações dos cursos. Damos início a análise dos Projetos com a Universidade Comunitária de Santa Catarina partindo do surgimento do curso, de seus objetivos, também da matriz curricular.

3.2.1 Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina e a relação com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

De acordo com o Projeto Pedagógico, o curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina foi criado em 1994 sendo parte de uma extensão de outra Universidade da região, obtendo inicialmente um bom índice de candidatos que aumentou com o passar dos anos. Um aspecto fundamental que também justificou a necessidade de criação deste curso foi devido à distância, assim também uma demanda reprimida geográfica do município em relação a outras cidades que ofereciam na época a habilitação do curso de Educação Física.

O Projeto Político Pedagógico do curso de Educação Física de Santa Catarina ressalta inicialmente que a formação do profissional graduado na área possibilita a atuação na função de professor nos sistemas de Educação Escolar, e em funções educacionais fora dela tendo como objetivo uma formação com domínio teórico-prático abrangendo as áreas do condicionamento físico, consultoria e assessoria, ensino e grupos especiais integrando a formação pedagógica, a educação física preventiva, o lazer e recreação e também, o técnico desportivo. Estes itens mencionados no Projeto se fazem presente no Art. 3º das Diretrizes Curriculares Nacionais da qual já abordamos anteriormente, logo os documentos estabelecem relações e a Universidade segue a diretriz ao menos no que diz respeito ao documento.

Os objetivos do curso de Educação Física nesta Universidade visam a formação de um profissional habilitado e capacitado que consiga vincular teoria e prática por meio da ação-reflexão inserida no contexto histórico e político. O projeto da referida Universidade Comunitária ressalta que o curso surgiu com a meta de cumprir com sua função social possibilitando que através do movimento se projete uma consciência mais cidadã e com isso promova também a qualidade de vida. O Art. 4º, Parágrafo 1 das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Física ressaltam como já mencionado que o profissional da área deve intervir na realidade social promovendo a prática de atividades físicas e contribuindo com o estilo de vida ativo da sociedade. Não estamos analisando aqui a relevância do curso ou a importância do profissional na sociedade, porém vemos que o Projeto do curso desta Universidade no que se refere aos objetivos, também está de acordo com a Diretriz.

Na região onde se situa a Universidade Comunitária de Santa Catarina além das escolas de diferentes redes de ensino existem academias, Hotéis, clubes, pousadas que necessitam da orientação de um profissional da área para a prática das atividades físicas. Com isso, a região abrange a necessidade de muitos profissionais estarem atuando na área como recreacionistas, instrutores, técnicos sem a formação específica que representava na época apenas 40%. As condições da infraestrutura, assim como os convênios para ter acesso a ginásios, pistas, piscinas próximos a Universidade, e também a busca da sociedade pelo curso.

foi um dos fatores que promoveu a sua implantação. Fica evidente a necessidade de implantação do curso e a sua manutenção, seja pelos campos de trabalhos oferecidos que vão além das escolas, pela falta de profissional na área na época e pela existência de uma mínima infraestrutura adequada que neste curso é de extrema importância. Ressalta-se que para obtenção desta infraestrutura a Universidade Comunitária teve que valer-se de convênios com piscinas e ginásios que requerem transporte para o deslocamento dos estudantes.

A matriz curricular da Universidade Comunitária de Santa Catarina abrange as diferentes modalidades esportivas, a história e filosofia da Educação Física, fisiologia, anatomia, biomecânica, medidas e avaliações, nutrição, dança, ginástica, metodologia de pesquisa, didática, ética e bioética, estágios entre outras. Sintetizando vemos que é forte e a presença de disciplinas direcionadas para saúde e esporte e também é contemplada a parte pedagógica. Além disso, como já mencionamos anteriormente o acadêmico precisa fazer 200 horas de atividades complementares, totalizando a carga horária total do curso em 2825 h.

Embora a formação em Educação Física esteja inserida na área da Saúde e imperiosa a compreensão do seu caráter multidisciplinar, que além de possuir um corpo de conhecimento próprio, utiliza-se de conhecimentos produzidos no contexto das ciências biológicas, humanas, sociais, bem como em conhecimentos da arte e da filosofia (PARECER N° CNE/CES 0058/2004).

Podemos analisar este fator diante das questões da formação geral contempladas na prova do ENADE que buscam elucidar conteúdos e áreas que não se restringem somente aos conteúdos específicos do curso. Esta relação se faz fundamental na formação de qualquer profissional onde o conhecimento integrado e contextualizado permite estabelecer diferentes relações.

Com esta breve análise do Projeto Pedagógico do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina percebemos que existe uma articulação com as Diretrizes Curriculares que por sua vez sustentam as provas do ENADE, logo é possível constatar que nestes itens abordados a avaliação está de acordo com o que o curso propõe por meio do projeto. A seguir faremos essa discussão no âmbito do Projeto Pedagógico do curso de Educação Física da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul procurando estabelecer relações acerca da interação entre Projeto, Diretrizes e a Portaria do ENADE.

3.2.2 Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul e a relação com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

De acordo com os dados fornecidos pelo Projeto Político Pedagógico do curso de Educação Física do Rio Grande do Sul, o curso iniciou suas atividades com a oferta da Licenciatura Plena em Educação Física, em 1977. Obteve autorização para seu funcionamento em 27/12/1976 através da resolução do CEPE nº 25/76 e seu reconhecimento pelo MEC foram publicados na Portaria nº 77 de 20/01/1981. O Curso foi criado com o objetivo de qualificar e titular profissionais para o desempenho da função de professores de Educação Física escolar, nos então 1º e 2º graus. Sua implantação justificou-se a partir da constatação da carência de profissionais especializados na área para atender as disciplinas curriculares nas escolas públicas e privadas do município.

Inicialmente vemos que este curso é dezoito anos, portanto sendo mais antigo do que o de Santa Catarina, e apresenta uma justificativa semelhante com o que consta no Projeto Pedagógico da Universidade Comunitária de Santa Catarina, ressaltando que a necessidade da implementação do curso surgiu pela falta de profissionais habilitados para o cargo.

O Projeto visa a preparação e atuação de um profissional comprometido em promover o acesso da sociedade às diferentes manifestações e expressões do movimento humano, compreendendo-o como direito de todo o cidadão, sendo assim o egresso do referido curso deverá estar capacitado para inserir-se no debate contemporâneo mais amplo, que envolve tanto questões culturais, sociais e econômicas, quanto o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e sobre a própria docência. Ao longo da formação inicial deverá ser assegurada ao estudante uma formação acadêmico-profissional generalista, humanista, qualificadora de uma intervenção fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética.

Todos estes itens abordados no Projeto se encontram consagrados no Art. 3º das Diretrizes e também estão presentes no Projeto da Universidade de Santa Catarina. É importante destacar que, além desses conteúdos de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2004, p.15) “Parágrafo 2º - As Instituições de Ensino Superior poderão incorporar outras competências e habilidades que se mostrem adequadas e coerentes com seus projetos pedagógicos”. Sendo assim, a Diretriz permite uma adaptação e certa autonomia para que a Universidade faça as inserções que acreditarem necessárias para sua realidade.

Art. 7º - Caberá à Instituição de Ensino Superior, na organização curricular do curso de graduação em Educação Física, articular as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em coerência com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar (DIRETRIZES CURRICULARES DE EDUCAÇÃO FÍSICA 2004, p.15).

O projeto da referida Universidade foi atualizado no ano de 2007 e contempla itens referentes ao Parecer nº CNE/CES 0058/2004, aprovado em 18/12/2004, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Educação Física. Sobre isso o Projeto ressalta que cursos de licenciatura em Educação Física visam a preparação de professores para a atuação docente no âmbito das instituições escolares, sendo responsabilidade do componente curricular enfatizar abordagens interdisciplinares, promovendo a construção de uma cultura voltada para a prática constante de atividades físicas, esportivas e recreativas, como forma de manutenção e ampliação da saúde e da qualidade de vida, seja no ambiente escolar, e/ou na sociedade.

O currículo do curso de Educação Física foi reformulado no ano de 2006, a partir da constituição do Colegiado do Curso de Licenciatura onde seus integrantes passaram a reunir-se periodicamente com o intuito de estabelecer estratégias de ação para a reestruturação do projeto pedagógico do curso que destacaram a meta de desencadear um processo de construção efetivamente coletivo, em que todos os professores se envolvessem, e que considerasse a opinião de toda a comunidade acadêmica ligada ao Curso de Licenciatura em Educação Física baseando-se em referenciais ético-políticos e epistemológico-educacionais.

Vemos aqui a preocupação e empenho deste Colegiado em discutir coletivamente as ações que poderiam ser efetivadas em nível de currículo valorizando a comunidade acadêmica e podendo assim atender melhor as necessidades do seu público. Estes itens abordados no Projeto mostram que este foi revisitado após o Parecer nº CNE/CES 0058/2004 contando os itens que as Diretrizes orientam no que se refere à interdisciplinaridade, e a promoção da cultura através do movimento.

Os objetivos do curso de Educação Física da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul visam a formação de um profissional com competências e saberes necessários à profissão docente, com compreensão de seu papel social e com autonomia e criticidade para o enfrentamento da realidade e da complexidade nela existente entre outros itens. O Projeto Pedagógico ressalta também que o profissional precisa dominar os conhecimentos da Educação Física que serão objeto de intervenção docente, adequando-os ao espaço e tempo escolares, compartilhando saberes de diferentes áreas do conhecimento. O profissional de Educação Física também deve dominar conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física escolar e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos, próprios de uma sociedade plural e

democrática. Este item abordado no Projeto se faz presente no Art. 6º, Parágrafo 1, ressaltamos que o conhecimento conceitual se refere ao acadêmico saber fazer, o conhecimento procedimental se destina ao como realizar determinada atividade ou movimento e por fim o conhecimento atitudinal que contempla como o acadêmico precisa agir perante a sociedade em sua profissão.

Além deste item, outros também constam nas Diretrizes Curriculares da Educação Física, “Art. 6º - As competências de natureza político-social, ético moral, técnico-profissional e científica deverão constituir a concepção nuclear do projeto pedagógico de formação do graduado em Educação Física” (p.14). Vemos aqui uma preocupação com uma formação que seja sustentada por diferentes dimensões, mostrando que o Projeto da referida Universidade está de acordo com as Diretrizes.

O Projeto do curso sinaliza que com a finalidade de oportunizar ao licenciando o direcionamento e aprofundamento de estudos de seu interesse e que possam contribuir para sua formação profissional, estão previstas 120 horas em disciplinas de caráter eletivo, o que confere também maior flexibilidade ao currículo, além de 200 horas de atividades complementares, a serem cumpridas ao longo do Curso.

Sobre as atividades complementares de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Física (2004, p.15).

Parágrafo 3º - As atividades complementares deverão ser incrementadas ao longo do curso, devendo a Instituição de Ensino Superior criar mecanismos e critérios de aproveitamento de conhecimentos e de experiências vivenciadas pelo aluno, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, sob a forma de monitorias, estágios extracurriculares, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, congressos, seminários e cursos.

No currículo do referido curso existe as disciplinas da formação comum para todas as Licenciaturas da Universidade totalizando 690 horas-aula equivalentes a 46 créditos com disciplinas como antropologia, filosofia, psicologia sociologia entre outras. Já no núcleo de formação específica do curso devem ser totalizadas 2.010 horas-aula, equivalentes a 120 créditos, sendo 390 horas-aula destinadas à Prática como Componente Curricular. Estas disciplinas visam a formação a partir dos fundamentos teórico-metodológicos e técnico-científicos próprios e específicos da área da Educação Física que contemplam as disciplinas dos desportos coletivos e as destinadas para saúde com caráter biológico bem como os Estágios e Trabalho de Conclusão de Curso.

Para o desenvolvimento de todos estes conteúdos, de acordo com o Projeto Pedagógico é necessário que as ações desenvolvidas na trajetória do Curso avancem visem um paradigma inovador, com uma prática pedagógica crítica e reflexiva que articule teoria e prática. Com isso o professor necessita de uma postura que promova a problematização dos conteúdos, questionamentos, busca de soluções e pesquisa como princípio educativo básico fazendo com que o estudante assuma um papel de sujeito de sua própria aprendizagem através da mediação do professor.

Uma das diferenças encontradas entre as duas Universidades é a oferta das disciplinas de eletiva que faz parte da matriz curricular apenas da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul não sendo oferecida na instituição comunitária de Santa Catarina. As eletivas, mesmo sendo optativas para os alunos, permitem que se ampliem mais ainda as possibilidades de conhecimento em prol de uma formação mais completa e integrada.

O que podemos observar é que o Projeto Pedagógico das duas Universidades Comunitárias estão em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais e apesar de organizarem seus currículos de forma diferenciada, mantêm um padrão comum de disciplinas e carga horária. Vemos que existe esta autonomia na organização do currículo, porém as duas Universidades seguem a legislação vigente.

Após esta análise dos Projetos Pedagógicos das duas Universidades pesquisadas, trataremos agora a formulação da prova do ENADE em um contexto global e após partiremos para um contexto particular destinado ao curso de Educação Física fazendo a relação com os currículos das universidades pesquisadas analisando sua coerência ou falta desta interpretando os objetivos que o ENADE almeja na área da Educação Física.

De acordo com Mendes:

A formação inicial obrigatoriamente tem que se basear nas Leis e nas Diretrizes normativas do Conselho Nacional de Educação (CNE) para cada curso de formação. Cabe ressaltar que cada Instituição de Ensino Superior dá uma interpretação diferenciada para as Diretrizes Curriculares Nacionais. Por isso, reafirmamos que as reflexões em torno da construção dos currículos dos cursos de Educação Física nos levam a discutir e a problematizar questões referentes à recontextualização de cada interpretação na elaboração dos currículos dos cursos aqui analisados (MENDES, 2010, p.2).

Sabe-se que na elaboração do currículo das Universidades as Diretrizes Curriculares Nacionais correspondem à base que sustenta o pilar das ações que serão efetivadas e seguidas, porém a forma como ela é interpretada e utilizada depende da interpretação de cada instituição, que por sua vez compreende as suas necessidades locais e principalmente suas condições

físicas referente a infraestrutura assim como o próprio corpo docente. Diante disso os procedimentos de avaliação interna e externa procuram englobar em seus instrumentos itens que possam analisar a Universidade em diferentes aspectos.

Esta pesquisa tem como enfoque as ações posteriores efetivadas pela coordenação dos cursos de Educação Física das Universidades Comunitárias com os resultados das avaliações externas (ENADE) e internas, logo, o ENADE precisa ser visto como parte integrante de todo o processo de avaliação.

Sobre a estrutura da prova do ENADE, Brito (2004) explica que esta é composta de 10 questões de formação geral e 30 de conteúdos específicos elaboradas com o objetivo de aferir as habilidades acadêmicas, as competências profissionais básicas das áreas, o conhecimento sobre conteúdos básicos e profissionalizantes, além de questões transdisciplinares. Para o autor, o exame busca avaliar o processo e não o produto, sendo uma avaliação diagnóstica, pois permite a correção e superação das dificuldades. Esta meta do ENADE vem de acordo tanto com os conteúdos das Diretrizes Curriculares Nacionais quanto aos Projetos Pedagógicos das duas Universidades mostrando que existe uma relação daquilo que faz parte do Currículo de ambos os cursos das Universidades Comunitárias, ou ao menos deveria, e do que é cobrado na prova.

Brito (2004) informa que a habilidade acadêmica é a capacidade necessária para dominar a informação de uma área, reproduzi-la e usá-la independentemente, ou seja, é a capacidade de um indivíduo realizar determinadas tarefas, solucionar determinados problemas, dominar com sucesso as exigências do meio, obtendo e demonstrando domínio do conhecimento e de tarefas relativas a uma determinada atividade. Esse aspecto é importante porque não é possível observar uma habilidade em sua forma pura, pois, a habilidade se manifesta durante a execução de uma atividade. O que pode ser observado são manifestações dos componentes de uma determinada habilidade. Já a competência profissional é a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e do desenvolvimento tecnológico. As competências reportam-se a desempenhos e atuações requeridas do concluinte e devem garantir ao profissional um domínio básico de conhecimentos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em situações definidas, e na promoção da qualidade de vida.

De acordo com Bitencourt *et al* (2008) a primeira parte da prova do ENADE é de Formação Geral (FG) consiste de 10 questões, sendo duas discursivas e oito objetivas. A

segunda de Componente Específico (CE) é composta por 30 questões, entre discursivas e objetivas, tendo duração de quatro horas e é aplicada a amostras de ingressantes de cursos de Graduação, com 7 a 22% da carga horária do curso concluída; e de concluintes com pelo menos 80% da carga horária do curso concluída. O Ministério da Educação (MEC), estipula que os conceitos 1 e 2 são considerados baixos, o conceito 3 é considerado regular e os níveis 4 e 5 são classificados como altos.

Na prova do ENADE de 2011 para os cursos de Educação Física as questões formuladas abrangeram questões de português com enfoque na interpretação de textos, leis da educação, assuntos da atualidade como as mídias eletrônicas, desmatamentos, desenvolvimento sustentável, educação à distância, analfabetismo, pedagogia de projetos. As questões diretamente relacionadas com a especificidade da área contemplaram as discussões sobre a contemplação plural do fenômeno esportivo, a socialização e sistematização da cultura por meio do gesto motor, a educação física adaptada, o sedentarismo, massa corporal, relação teoria e prática, planejamentos, tecnologia de informações nas aulas, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Física, aparência corporal, metodologias de ensino, desenvolvimento motor e cinesiologia.

Todas as questões foram bastante extensas, com descrição detalhadas de cada temática, demandando reflexão, análise crítica, pensamento articulado além de conhecimento interdisciplinar dentro das diferentes disciplinas do curso. As questões que foram direcionadas para o curso contemplaram o que ambos os currículos analisados trabalham nas Universidades. Já no que se refere às primeiras questões da prova que abrangem conteúdos de diversas áreas de conhecimento em especial da atualidade que não estão diretamente relacionados com o curso de Educação Física, porém como ambos projetos buscam trabalhar com a interdisciplinaridade acreditamos que possa existir a articulação de diferentes áreas no curso.

A prova do ENADE vai muito além destas questões e conceitos atingidos pelos alunos, pois os resultados obtidos são convertidos em pareceres que são fornecidos para as Universidades ficarem a par do que precisam fazer para melhorar, onde estão as falhas e acertos dos seus cursos para assim poder fazer as intervenções necessárias. Ressaltamos que as orientações para a prova de 2004 e 2007 seguem a mesma estrutura.

3.4 Correções das provas do ENADE: Os pareceres das avaliações.

A correção das provas do ENADE é uma das atribuições da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior o CONAES destacando as suas funções dentro do processo de avaliação da educação superior. Dentre suas funções incluem-se coordenar o processo de avaliação articulado e coerente em âmbito nacional e, definindo seus respectivos prazos, garantindo a integração e coerência dos instrumentos e práticas da avaliação. Estabelecer diretrizes para o recrutamento e capacitação de avaliadores analisando os relatórios de avaliação consolidados pelo INEP e, a partir destes, elaborar pareceres conclusivos, encaminhando-os às instâncias competentes também correspondem as suas funções no âmbito da avaliação. Também cabe ao CONAES integrar os instrumentos de avaliação e de informação, promovendo seminários, debates e reuniões nas áreas de sua competência, estimulando a formação de pessoal para as práticas de avaliação da educação superior, assegurando a qualidade e a coerência do SINAES, promovendo o seu aperfeiçoamento permanente oferecendo assim subsídios ao MEC para a formulação de políticas de educação superior de curto e logo prazo (CONAES, 2004).

Ristof e Giolo fazem a seguinte observação:

Cada curso do país que participa do Enade recebe um relatório de cerca de 35 páginas, com todos os resultados da prova e da aplicação do questionário socioeconômico cultural. No último Enade, por exemplo, cada um dos 5.511 cursos recebeu o seu relatório individualizado, podendo saber exatamente o que os seus estudantes sabem e o que ainda não sabem das competências e dos conteúdos demandados pela prova. Além dos relatórios de curso, o Inep prepara anualmente relatórios de área, resumos técnicos para a mídia, relatórios para o grande público e para a comunidade de especialistas em exames de larga escala. Todos podem ser solicitados ao Inep ou consultados on-line na página do Inep (www.inep.gov.br) (RISTOF; GIOLO, 2006, p.210).

Vemos aqui que o INEP fornece os dados fundamentais para serem analisados pelos gestores dos cursos e por toda comunidade Universitária com intuito de conhecer os seus respectivos resultados, analisar as suas limitações e dificuldades e também, ver os seus pontos positivos, ou seja, aquilo que está dando certo no curso, o que os alunos estão respondendo de forma positiva ou negativa. É importante destacar que todos estes relatórios fornecidos só dão resultado se forem analisados e refletidos pelos membros das Universidades e só atingem seus objetivos se forem tomadas providências cabíveis provindas destes relatórios.

Esta dissertação busca analisar em que medida as Universidades ao estarem a par destes dados fornecidos pelo INEP conseguem efetuar mudanças positivas e melhoras em seus projetos, currículos e no curso no geral. A gestão tendo conhecimento da situação de seu curso e do desempenho de seus estudantes pode interferir de forma pontual em ações que

promovam a qualidade do curso. Com isso, é possível constatar que as políticas de avaliação estão cumprindo o seu papel seja na aplicação das provas como no fornecimento destes preciosos pareceres e que a Universidade também necessita cumprir a sua função dentro deste sistema, tomando atitudes com os resultados que foram fornecidos.

A avaliação se esgota quando os efeitos regulatórios são assumidos pelo Poder Público, provindos dos resultados da avaliação. Existem três momentos deste processo de avaliação, o primeiro que é o da regulação, enquanto atributo próprio do Poder Público, que precede ao processo de avaliação nas etapas iniciais da autorização e do credenciamento dos cursos, o segundo que se realiza autonomamente pela própria instituição, e por fim novamente o da regulação, pois uma vez concluída a avaliação, após a emissão de Pareceres pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), é o momento onde são aplicados os efeitos regulatórios decorrentes da avaliação (CONAES, 2004).

Os resultados do processo de avaliação da instituição, envolvendo auto-avaliação e avaliação externa, expressos nesse relatório, serão encaminhados à CONAES para a elaboração de seu parecer conclusivo. Esse parecer, encaminhado para órgãos competentes, será a base para subsidiar a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento de políticas internas da IES, bem como para a implantação ou manutenção de políticas públicas relacionadas à regulação do sistema de educação superior do país. A Lei nº 10.861/2004 prevê, para os resultados considerados insatisfatórios, a celebração de um Protocolo de Compromisso entre o MEC e a respectiva instituição (CONAES, 2004, p.13).

Os pareceres ultrapassam os conceitos quantitativos do ENADE divulgados na mídia muitas vezes descontextualizados, são eles que podem sustentar as mudanças em prol da melhoria da qualidade no ensino superior, pois fornece dados provindos de um processo de avaliação rigoroso que se utiliza tanto das provas do ENADE como das avaliações internas da Universidade.

Vianna (2003) defende que o impacto dos resultados pode ser considerado mínimo, pois os relatórios elaborados para os responsáveis pela definição e implementação de políticas educacionais, não costumam chegar às mãos dos professores para fins de análise, discussão e estabelecimento de linhas de ação. Percebemos que um dos problemas elencados por Vianna se remete ao fato de que as avaliações não estão sendo discutidas, porém com esta pesquisa iremos abordar este fator que é de fundamental importância para que ações sejam tomadas para melhorar a qualidade dos cursos, analisando se os coordenadores dos cursos estão

utilizando as avaliações internas e externas como um instrumento que possibilite transformações positivas nos cursos de Educação Física.

Para Reis (2009) a tarefa atribuída ao ENADE é de grande complexidade, especialmente por se tratar de um exame em grande escala, que mobiliza estudantes e instituições de todo o país, considerando as dimensões territoriais e a heterogeneidade do sistema educacional brasileiro. Mas não é só isso. Além das dimensões geográficas e sociais que alcança, outro dado que reforça a complexidade do ENADE é o fato de ser parte, de ser instrumento de um sistema maior, no caso o SINAES, o qual foi concebido para ter um papel ativo na avaliação institucional.

Na pesquisa realizada pela autora aceitação da avaliação como algo importante para a educação é transferida para o SINAES, que obteve boa receptividade mesmo entre aqueles que não têm um conhecimento mais aprofundado sobre o tema. Os principais elementos destacados como positivos, no atual sistema, foram os relatórios de curso, os pareceres das comissões de especialistas e a autoavaliação, sendo este último o instrumento mais reconhecido. Outro dado positivo foi o entendimento de que o ENADE é apenas instrumento de um sistema mais amplo, que é o SINAES, e de que, isoladamente, o exame não é capaz de responder pela avaliação de um sistema tão complexo como o da educação superior brasileira.

Vindo ao encontro desta discussão Reis vem sustentar a nossa visão acerca do ENADE, assim como o que pretendemos elucidar nesta dissertação. Acreditamos que é preciso analisar o ENADE como sendo parte de um sistema de avaliação maior que no caso é o SINAES, e somente com os diferentes instrumentos utilizados, seja a avaliação interna ou os pareceres efetivados após as provas é possível ter um parâmetro da qualidade do ensino superior. O ENADE não pode ser visto como um instrumento isolado, essa consciência é necessária até mesmo para evitar críticas e compreensões equivocadas acerca da sua função e fidedignidade.

Reis (2009) ainda elucida que no que se refere à interferência do ENADE na gestão dos cursos, observou-se em sua pesquisa quem se tratando dos resultados gerais da avaliação, as duas instituições, privada e pública, são atingidas e passam por algum tipo de ajuste ou reestruturação. Todavia, quando se observa separadamente os resultados do ENADE, os reflexos são percebidos apenas na instituição privada. De modo que o SINAES, por ser mais abrangente, interfere em alguma medida na gestão da instituição pública. O ENADE, porém, não traz influência direta para a dinâmica desta instituição, não sendo identificada, na pesquisa, qualquer mudança em relação ao procedimento didático-pedagógico, à composição

e organização docente ou alterações na infraestrutura. Percebe-se, ainda, o pouco comprometimento da instituição pública com o processo de avaliação.

Nesta pesquisa buscamos analisar este aspecto em duas Universidades Comunitárias para analisar as ações dos coordenadores após os resultados do ENADE. Vemos que na pesquisa de Reis as Universidades privadas se destacaram perante as públicas por efetivarem mudanças diante das avaliações sendo esta fundamental para a promoção de ações. É possível supor com esta pesquisa que o instrumento do ENADE é o mesmo, porém, a diferença é o que as Universidades estão fazendo com os resultados.

Para Reis (2009) constata-se que o ENADE em instituições privadas provoca um permanente tensionamento pela busca de melhor desempenho institucional, apresentando também um maior interesse pelos procedimentos avaliativos pela comunidade acadêmica. Os resultados, tanto do SINAES como do ENADE, nesta instituição se constituem numa referência importante para a realização de ajustes nos procedimentos didático-pedagógicos, na composição e organização docente e na infraestrutura. Para a instituição privada, que constantemente está se adequando a novas demandas, os resultados do exame são determinantes na definição das políticas de gestão. Buscaremos no próximo Capítulo analisar esta postura diante das Universidades Comunitárias, enfocando em que ações estão sendo feitas após os resultados do ENADE.

Já na pesquisa de Souza e Souza (2009) que também buscou analisar a ação dos coordenadores dos cursos de Licenciatura

Em geral, constatou-se uma preocupação, por parte de todas elas, com os resultados do exame, embora nem sempre isso ocorra no sentido de sua percepção e uso na gestão curricular dos cursos, em uma perspectiva formativa. Assim, prevalece o foco expresso por vários coordenadores dos estabelecimentos privados com, notadamente, o mapeamento de conteúdos e habilidades que os alunos precisam dominar bem, segundo eles, visando a obter um bom desempenho na prova (SOUZA; SOUZA, 2012, p.250).

Acreditamos que muitas vezes a maior preocupação é com o bom desempenho apresentado por meio de conceitos seja pelo acadêmico e pelo próprio corpo docente que de alguma forma pode se sentir responsável pelos resultados obtidos. Estes fatores podem deixar de lado uma das funções do ENADE que é justamente fazer uso dos resultados para que a Universidade tome atitudes frente ao que precisa ser melhorado.

Em relação à influência dos resultados do Enade 2008 na gestão acadêmica dos cursos pesquisados, os relatos colhidos junto a um grupo de coordenadores evidenciam que pouco uso foi feito deles com essa finalidade. Todavia, isso não

invalida a ideia de que, em se tratando dos resultados gerais desse exame, as IES são atingidas e passam por algum tipo de adaptação ou reestruturação. Quando se analisa a questão junto a cada estabelecimento, constata-se que o impacto dos resultados em questão nelas é diferente (SOUZA; SOUZA, 2012, p.250).

Esta pesquisa feita por Reis e Souza e Souza, se assemelha com a nossa proposta de discussão, tendo como diferencial o foco de estudo, pois enquanto estudamos as Universidades Comunitárias a autora fez sua pesquisa em uma Universidade Pública e outra Privada, sendo a última a instituição que utilizou a avaliação como ponte para mudanças. Buscar saber as ações que a gestão dos cursos está executando com os resultados da prova do ENADE no curso de Educação Física irá possibilitar refletir sobre a influência dos processos de avaliação nas Universidades, conhecendo o que está sendo feito posteriormente a aplicação das provas.

Por último, cabe ressaltar que o envolvimento dos coordenadores com a avaliação institucional é importante, pois possibilita que toda a instituição, bem como os alunos, possa ampliar a cultura avaliativa. Com isso, um olhar sobre como a instituição trabalha esse conceito com os licenciandos poderá resultar em formas mais elaboradas de como esses alunos realizam o Enade (SOUZA; SOUZA, 2012, p.251).

Após a contextualização das políticas de avaliação do ensino superior apresentada no Capítulo II desta dissertação, e das temáticas em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Física, da Portaria N ° 217 de 2011 juntamente com os Projetos Pedagógicos das Universidades pesquisadas frente à prova do ENADE, traremos agora no Capítulo IV referente a discussão dos resultados, análise dos resultados dos cursos de Educação Física de duas Universidades Comunitárias da Região Sul com os dados fornecidos pelo INEP. Também iremos abordar acerca das avaliações internas feitas pelas duas Universidades e seus respectivos resultados e por fim a discussão das ações dos coordenadores dos cursos após os resultados do ENADE e de outros instrumentos de avaliação utilizados.

CAPÍTULO IV

AÇÕES DOS COORDENADORES DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REGIÃO SUL DIANTE DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

Neste capítulo iremos apresentar e refletir a respeito dos dados que coletamos durante a pesquisa que correspondem à documentação acerca do reconhecimento, autorização e renovação dos cursos de Educação Física das duas Universidades pesquisadas, como também os relatórios das avaliações internas da qual o curso e a instituição passou nos últimos anos, além de analisar o relatório de desempenho do ENADE de 2004 e 2007 dos quais o curso de licenciatura em Educação Física participou. Além desta análise documental que também completa a discussão dos Projetos Pedagógicos já abordados no capítulo anterior, iremos analisar as respostas obtidas por meio do questionário e entrevista dos sujeitos da pesquisa que foram os últimos coordenadores de cada Universidade Comunitária buscando responder assim a nossa questão problema, que buscam analisar quais são as providências tomadas pelos coordenadores dos cursos de Licenciatura em Educação Física após o resultado do ENADE e dos procedimentos avaliativos.

Para proceder esta análise e discutir a avaliação do ensino superior em consonância com as ações feitas com os resultados obtidos se faz necessário além da pesquisa documental e bibliográfica a utilização do questionário e entrevista para assim possibilitar a relação do estudo feito ao longo desta pesquisa com as ações concretas feitas pelos coordenadores dos cursos de Educação Física da região sul do País, para subsidiar assim o objetivo desta dissertação. Sendo assim, trazemos neste capítulo apenas o discurso destes sujeitos fazendo a ponte com os resultados obtidos no ENADE em especial as respostas dos alunos acerca da qualidade do seu referido curso. Ressaltamos aqui que o questionário foi elaborado na intenção de obter dados que sustentassem os objetivos da pesquisa dando abertura para os sujeitos se expressarem dentro de cada discussão das referidas questões.

4.1 Autorização, Reconhecimento e avaliações externas dos cursos de Educação Física das Universidades Comunitárias do RS e SC.

Para conhecer e discutir os projetos de implantação dos cursos de Educação Física das Universidades Comunitárias, trazemos neste item os dados referentes a autorização e reconhecimento destes cursos, destacando que a visita do Conselho Estadual de Educação ocorreu apenas na Universidade Comunitária de Santa Catarina, uma vez que o processo avaliativo e da Instituição Comunitária do Rio Grande do Sul é feito pelo MEC, desta forma

as indicações feitas pela visita *in loco* serão mencionadas por apenas uma Universidade. Neste tópico, também iremos abordar os resultados obtidos no ENADE pelos cursos de Educação Física das duas Universidades que participaram da avaliação em 2004 e 2007 ressaltamos que ambos os cursos também realizaram a prova do ENADE no ano de 2011, todavia estes dados ainda não foram publicados pelo Inep, e os atuais coordenadores também não receberam informações sobre esta avaliação.

Analisaremos primeiramente a Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul que obteve aprovação inicial do Estatuto e do Regimento Geral, através dos pareceres CFE nº 711/74 e 3.305/75, respectivamente. De acordo com o Projeto Político Pedagógico do curso de Educação Física da Universidade Comunitária do RS do ano de 2007, em 1982, o regimento e o estatuto foram alterados, conforme parecer CFE nº 477/82, homologado em 1º de outubro de 1982 e publicado no Diário Oficial da União de 05 de Outubro de 1982. Em 1993, devido à necessidade de adequar o Estatuto e o Regimento Geral à nova configuração da Instituição – Universidade Regional – os mesmos foram submetidos à apreciação do Conselho Federal de Educação, tendo sido aprovados pelo Parecer nº 293/93, homologado em 12 de julho de 1993.

O Curso de Graduação em Educação Física em específico iniciou suas atividades na Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul, com a oferta da Licenciatura Plena em Educação Física, em 1977. Obteve autorização para seu funcionamento em 27/12/1976 através da resolução do CEPE nº 25/76, e seu reconhecimento pelo MEC foi publicado na Portaria nº 77 de 20/01/1981. Esta documentação apresenta apenas estes dados referentes às datas, não tendo avaliações da infraestrutura, corpo docente para o funcionamento do curso.

A Secretária de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, assim também a Portaria Normativa nº 4, de 05 de agosto de 2008, do Ministério da Educação, resolve: Art. 1º, renovar o reconhecimento dos cursos superiores de graduação, ministrados pelas instituições de ensino superior abaixo discriminadas, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Estão dispostos nesta portaria os cursos que obtiveram Conceito Preliminar "4" e para os quais existiam processos de renovação de reconhecimento tramitando em um dos Sistemas (SAPIEnS/E-MEC) deste Ministério até a presente data.

Em uma entrevista realizada pela pesquisadora com a aplicação do questionário com o primeiro coordenador do curso de Educação Física da Universidade Comunitária do Rio

Grande do Sul, que por sua vez, também assumiu a gestão no ano de 2002 e 2003, foi mencionado que o Conselho Federal de Educação não realizou nenhuma visita na Universidade para a avaliação do curso, justamente devido ao nível 4 alcançado pelo curso. Porém visitas do Conselho chegaram a ser planejadas, todavia não foram efetivadas. Há que se observar que a Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul tem sua avaliação externa sob a competência do Conselho Nacional de Educação, sendo ligada diretamente ao Ministério de educação, enquanto que a avaliação da Universidade Comunitária de Santa Catarina e as demais Universidades Comunitárias são efetuadas pelo Conselho Estadual de Educação.

O curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina teve seu primeiro reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação sob o Parecer n. 293/97, Resolução n.31/99, e o segundo reconhecimento através da Resolução n.058/04. Este curso foi implantado por meio de um convênio com outra Universidade Comunitária do Estado, e para verificar as condições da existência e do desenvolvimento do curso pleiteado a Presidência do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina nomear uma Comissão de Professores Doutores nos dias 22-23/10/1997 que acordaram pela aprovação do Curso enfatizando que as instalações físicas e acervo bibliográfico existente suprem a necessidade do curso pretendido e que a situação do corpo docente era adequada. Em relação ao corpo docente da Universidade Comunitária de Santa Catarina nesta época dos 25 professores, 06 eram Mestres, apenas um Doutor e os demais tinham especialização.

Observa-se que o número de mestres e de doutores está aquém do que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. De acordo com o Art.52º da LDB, na Universidade é necessário que um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, sendo também um terço do corpo docente em regime de tempo integral. Ressaltamos que na Universidade Comunitária de Santa Catarina os professores são horistas o que pode prejudicar diretamente na dissociação entre ensino, pesquisa e extensão.

A melhoria na qualidade de ensino não depende somente das mudanças curriculares e estruturais das instituições de ensino superior, mas principalmente, da seriedade, dedicação e compromisso assumido pelos professores na capacidade de formar bons profissionais e não apenas informá-los sobre alguns conteúdos (NOSSA, 1999, p.1).

Acreditamos que a formação e titulação dos professores universitários é indispensável para a qualidade do curso, todavia na medida em que a maioria dos professores não permanecem na Universidade em tempo Integral, esta qualidade pode ser comprometida.

A respeito desta questão, o referido Parecer destaca que é efetivado o credenciamento dos docentes por terem no mínimo especialização na sua área de formação e desempenho. A comissão de Ensino Superior aprova o presente parecer por unanimidade dos Conselheiros presentes no dia 18 de novembro de 1997 e na data 02 de dezembro do mesmo ano foi deliberado pelo Conselho Estadual de Educação em Sessão Plena a aprovação das conclusões apresentadas (SANTA CATARINA, CEE, PARECER N° 293/97). O curso de Educação Física assim como outros cursos da Universidade Comunitária de Santa Catarina tiveram aprovação e renovação do reconhecimento em 15 de junho de 1999 (SC/CEE, RESOLUÇÃO N°31/99/).

Em 9 de novembro de 2004 é renovado o credenciamento da referida Universidade pelo prazo de cinco anos. De acordo com o (SANTA CATARINA, CEE. PARECER N° 334), Conselho Estadual de Santa Catarina a comissão verificadora esteve visitando a Instituição de Ensino Superior em dois dias dos meses anteriores a renovação de credenciamento e produziu um relatório de visita ressaltando que a Universidade tem condições jurídicas, econômico-financeiras e organizacionais dentro da normalidade, tendo todos os seus Conselhos organizados e funcionando regularmente e com decisões consentâneas com suas atribuições, o que também ocorre na Administração Setorial. Foi salientada também, a condição excepcional de gerência quanto às condições econômico-financeiras da instituição (SANTA CATARINA, CEE. PARECER N° 334).

Em se tratando da Instituição houve melhoras no quesito de número de computadores, a evolução do acervo de livros e periódicos, também da pesquisa e atividades de extensão. Estas melhorias são analisadas do ano de 1999 até o ano de 2004 onde a Universidade foi novamente reconhecida. Também é ressaltado que com a evolução das matrículas foi necessário a capacitação do corpo docente para atender este aumento da demanda. É enfatizado que salto qualitativo e quantitativo de Mestres e Doutores também é requisito mínimo da Lei de Diretrizes e Bases, expressos no seu artigo 52, além da inserção de programas de especialização *lato sensu* que exige Doutores (SANTA CATARINA, CEE. PARECER N° 334).

Acreditamos que a melhoria da Universidade é resultado do aumento da demanda, tanto no que se refere ao corpo docente e a infraestrutura, pois para atender a exigência acadêmica, e manter os acadêmicos na instituição é preciso fornecer uma educação com qualidade social.

O Programa de Avaliação institucional da Universidade, efetivado numa primeira versão em 1996 que teve em 1997/1998 a Constituição da primeira Comissão de Avaliação

Institucional da Universidade, aprovada pelo Comitê Assessor do SESU/MEC e que é aperfeiçoado em 1999, com a criação de novos indicadores de análise e, seguidamente, dá-se o cruzamento de criação de indicadores e dados de análise entre docentes e discentes. Concretiza-se em 2001 a agregação de profissionais da área da estatística, sendo que em 2002 redige-se o manual explicativo sobre a aplicação de instrumentos de avaliação, capacitam-se aplicadores e, finalmente, em 2003-2004 dá-se a “avaliação da avaliação” e implementação de um novo programa o SAVI- Sistema de Avaliação Institucional – a ser inserido no SINAES (SANTA CATARINA, CEE. PARECER N° 334).

A partir desta análise pode-se afirmar que, propondo em 1999 o credenciamento da Universidade Comunitária de Santa Catarina, já se sentia a mola propulsora, agora expressa nesta verificação para obter o credenciamento. A instalação oficial desta Universidade é decorrência de um longo e profícuo trabalho desenvolvido e coroado com a Resolução n° 31, de 15/06/1999 do Conselho Estadual de Educação, credenciando-a como Universidade, confirmada pelo Decreto n° 312/99, de 23/06/1999, do Executivo estadual. A Universidade Comunitária de Santa Catarina obteve a renovação do credenciamento por cinco anos a partir da data de 4 de outubro de 2004 (SANTA CATARINA, CEE. PARECER N° 334).

Houve novas avaliações do curso de graduação em Educação Física em 22 de fevereiro de 2008, sendo analisado o processo pela Resolução n. 107/2007/CEE- Decreto n 1.097, pela Portaria n.109/2010/CEE/SC. As avaliações feitas pelo Conselho resultaram no conceito 3,03 considerado a qualidade mínima para o reconhecimento do curso.

A avaliação é realizada com intuito de verificar a qualidade do curso em diferentes aspectos que vão além do desempenho acadêmico, sendo um processo que analisa itens específicos da Universidade e do curso. Sendo assim Polidori explica que estas avaliações feitas pelo Conselho servem de referência para todo o processo de autorização, renovação de reconhecimento e credenciamento necessários para que a Universidade se mantenha exercendo suas funções.

Os resultados da avaliação devem subsidiar os processos de regulação e supervisão da educação superior que compreendem as ações de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, e credenciamento e credenciamento de IES (POLIDORI, 2009.p.445).

No que se refere à organização didático-pedagógica do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina, o conceito obtido foi 3,00. Esta avaliação contemplou a implementação de políticas institucionais do Projeto Pedagógico Institucional,

no âmbito do curso, no funcionamento de instância coletiva de deliberação e discussão de questões inerentes ao desenvolvimento e qualificação do curso, a adequação e atualização das ementas, o perfil do egresso, assim também a adequação dos recursos materiais específicos para o curso, além da coerência dos procedimentos de ensino-aprendizagem com a concepção do curso e as atividades acadêmicas articuladas à formação obtiveram o conceito 3,0. Este conceito é considerado a qualidade mínima que o curso necessita alcançar para se manter em atividade.

O relatório que consta na Resolução nº.107/2007/CEE - Decreto n.1.097, publicado no Diário Oficial do Estado n.18.307, de 22 de fevereiro de 2008 da Portaria n.109/2010/CEE/SC ressalta que o ementário das disciplinas da matriz curricular possui sobreposições de conteúdos e não está plenamente articulado com o Objetivo Geral e Específicos do projeto do Curso, e a matriz curricular do curso não apresenta disciplinas optativas o que impossibilita sua flexibilização. Como já mencionamos anteriormente na análise dos projetos, o curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina não oferece as disciplinas de eletiva, o que mostra uma restrição no que tange a flexibilização do currículo.

A Universidade Comunitária de Santa Catarina obteve 4,0 no quesito consistência do Projeto Pedagógico e do currículo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, representando por sua vez a qualidade além neste quesito, que significa acima da qualidade mínima. De acordo com o este relatório, esta Universidade mostra que a articulação teórico-prática dos componentes curriculares do Curso ocorre articulada pela disciplina “Pesquisa e Prática Pedagógica”, porém ainda não ocorre articulação entre os docentes no planejamento coletivo, como previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

Todavia no que se refere às ações implementadas em função dos processos de autoavaliação e de avaliação externa, no caso o ENADE o conceito do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina foi 2,0 o que é considerado aquém, ou seja, abaixo da qualidade mínima que é 3,0. De acordo com o relatório não foi encontrado indicativos de ações resultantes desta avaliação, pois o instrumento não apresenta espaço para livre manifestação dos alunos e ações atinentes ao ENADE. A partir deste conceito em relação às ações implementadas em função dos processos de avaliação interna observa-se certa inação por parte da Universidade, uma vez que o processo avaliativo tem por objetivo fornecer elementos voltados à regulação do processo. Não se pode atribuir a este quesito a falta de ação do gestor, dos professores, mas ressalta-se que trata-se de uma questão em relação à gestão que ultrapassa os limites de um curso de graduação.

Esta informação presente no referido relatório responde parte da problemática desta pesquisa, destacando que após as avaliações não estão sendo efetivadas ações que busquem preencher as lacunas encontradas no processo avaliativo, sendo assim tanto o ENADE quanto a autoavaliação que corresponde à avaliação interna estariam sendo utilizados como um meio para a melhoria do curso. Esta constatação feita pelo CEE/SC ainda é um dado recente no curso, por fazerem apenas 4 anos de existência e como a última prova do ENADE foi realizada em 2007, e seus respectivos resultados foram publicados no ano seguinte, é possível que possam ter ocorrido mudanças, já que o curso já tinha recebido estas recomendações.

Segundo com Baggi e Lopes:

A avaliação não pode ser resumida como atividade de coleta e divulgação de dados, como se esse procedimento provocasse as transformações necessárias para a melhoria da qualidade educacional. Deve ser entendida como um dos meios de viabilização de mudanças na cultura acadêmica, no trabalho docente, na gestão das instituições, nas definições curriculares e, acima de tudo, na estruturação da educação superior (BAGGI e LOPES, 2011, p.367).

Este autor vem ao encontro com a discussão desta pesquisa mencionando a necessidade da avaliação contribuir para as mudanças na Universidade como um todo, por isso buscamos, posteriormente, conhecer as ações que estão feitas pelos coordenadores dos cursos de Educação Física com os resultados das avaliações. De acordo com a avaliação do Conselho a Universidade Comunitária de Santa Catarina apresentava falhas em relação a este quesito, se distanciando do real objetivo da avaliação, seja interna ou externa, que não diz respeito apenas o fornecimento de dados, e sim a análise destes seguidos de ações que promovam mudanças positivas e pontuais. “As informações e os significados produzidos na atividade avaliativa devem ser a base para as ações de melhoria da realidade em foco” (DIAS SOBRINHO, 2008, p.201).

No que se refere ao corpo social representado pelos itens expostos a seguir. O curso obteve a média de 2,80 considerado a qualidade mínima, ficando com nível 3,0 nos quesitos de formação acadêmica, experiência e dedicação do coordenador à administração do curso, a caracterização, composição e titulação do Núcleo Docente Estruturante, e a titulação e experiência do corpo docente e efetiva dedicação ao curso. O curso se destacou com nível 4, considerado acima da qualidade mínima exigida que é 3, na adequação da formação e experiência profissional do corpo técnico administrativo.

Todavia o curso de Educação Física obteve conceito 1,0 no que se refere à produção de material didático ou científico pelo corpo docente, significativamente inferior a qualidade

mínima 3, pois de acordo com o relatório este tipo de material é praticamente inexistente, sendo que nos últimos três anos, há uma publicação em periódico internacional e duas publicações em anais de eventos.

No que se refere à participação do corpo docente no quesito de dedicação à pesquisa, esta Universidade tem grandes fragilidades, pois sendo uma Universidade Comunitária que está integrada com a sociedade ela tem um compromisso social. Sabemos que a Universidade abrange o ensino, pesquisa e extensão, mas estas dimensões acabam por fim sendo sustentada pela pesquisa.

Neste sentido Demo faz a seguinte explicação:

Assim, o desafio figadal da universidade não é mais ensino, e muito menos extensão, mas pesquisa. Esta lhe define a alma, as outras funções detêm importância, mas são decorrentes. Da construção de conhecimento segue sua socialização, até mesmo por direito social de todos de partilhar do progresso coletivo. Todavia, uma universidade que se esgota na proposta de ensinar a copiar, é um absurdo, porque vale apenas o que vale uma cópia. Precisamos também de cópia, mas não podemos nos admitir como cópia. É preciso, pois, trabalhar com afinco o conceito e a prática da pesquisa, tornando-a a didática central da vida acadêmica, incluindo teoria e prática (DEMO, 2009, p. 03).

O autor trata esta pesquisa como um princípio educativo que promove o conhecimento por meio da pesquisa, do questionamento, com isso acreditamos que esta postura deve estar inerente ao perfil do corpo docente para que este possa transmitir, motivar e construir pesquisa em conjunto com os acadêmicos do curso. Não falamos aqui em produtivismo acadêmico voltado para o mercado de trabalho de caráter quantitativo e sim da importância de fazer pesquisa, do corpo docente estar ativamente envolvido neste processo que faz com que a Universidade, o curso cresça, produzindo conhecimento, disseminando cultura e cumprindo seu papel na sociedade.

Betti *et.al* (2004) informa que há uma crítica em relação à quantidade de publicações no formato de livros e capítulos de livro na Educação Física e, uma contestação relativa à produção nas áreas sociocultural e pedagógica veiculada predominantemente nesses formatos. De acordo com os autores a área da Educação Física possui uma tradição bem-sucedida na realização de eventos científicos de grande porte, de boa qualidade, tanto em conteúdo como em forma, nos quais se reúnem e interagem pesquisadores experientes e iniciantes, sendo construtivo e imprescindível para a existência de uma comunidade acadêmica comprometida com o processo de educação científica.

Reconhecemos, contudo, que seria desejável um aumento no número de artigos publicados, tanto porque esse número, per se, é baixo, como para obter maior equilíbrio em relação aos trabalhos em anais de eventos científicos. Isso também nos leva a concordar com o que parece ser o maior Física não publicaram nenhum artigo entre os anos de 1998 e 2000. Essa é a única distorção a ser corrigida; e ela é especialmente grave caso esses mesmos docentes apenas publiquem trabalhos em anais de eventos científicos (BETTI *et.al* 2004,p. 187-188).

Desta forma a Universidade Comunitária de Santa Catarina poderia buscar investir mais em pesquisa, e isto está diretamente relacionado na nossa visão com a carga horária de trabalho dos docentes dentro da Universidade, pois um professor horista dificilmente terá tempo hábil para estar inserido seja em grupos de pesquisa como até mesmo ajudando os acadêmicos na produção de material científico. Logo, acreditamos que professores em tempo integral teriam mais condições seja de produzir bem como de orientar os alunos do seu curso em pesquisas extra-classes o que poderia suprir esta limitação encontrada nesta Universidade. Não se pode conceber que uma universidade se construa sem um corpo docente voltado ao ensino, pesquisa e extensão.

Já, no que se refere às instalações físicas e a bibliografia básica e complementar fornecida pela biblioteca o curso obteve conceito 3,40, e nível 3,00 nos espaços físicos utilizados no desenvolvimento do curso na quantidade de laboratórios e nos periódicos, revistas e acervo em multimídia. De acordo com as referências curriculares nacionais dos cursos de Bacharelado e Licenciatura, a infraestrutura recomendada para os cursos de Licenciatura em Educação Física são os Laboratórios de anatomia, biomecânica, bioquímica, cineantropometria, comportamento motor, práticas pedagógicas, fisiologia, fisiologia do exercício, informática com programas especializados. Campo de futebol, Ginásios de Ginástica, Lutas, Polisportivos, piscina, pista de atletismo, sala multiuso, sala de musculação além da biblioteca com acervo adequado e atualizado (MEC, 2010, p.31).

Sabemos que esta Universidade não contempla toda esta infraestrutura, bem como os alunos precisam se deslocar para as aulas práticas nos Ginásios e academias que são conveniadas com a Universidade. Uma infraestrutura adequada requer muitos investimentos para o curso, além de toda a manutenção necessária para o funcionamento destes laboratórios. Por mais que existam as limitações e dificuldades para a implantação desta infraestrutura também ressaltamos que é de fundamental importância para a formação dos professores de Educação Física um local adequado para as práticas das disciplinas que são oferecidas no currículo do curso que por sua vez necessitam atender os seus objetivos. Entretanto,

evidencia-se que o curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina, de sua implantação até 2012, temos aproximadamente 15 anos de funcionamento com turmas regulares. Quanto a infraestrutura para o funcionamento do mesmo decorre de políticas de gestão.

O curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina de acordo com as avaliações feitas para o reconhecimento de 2008 está cumprindo as Diretrizes Curriculares Nacionais, pois o seu currículo atende ao disposto nestas Diretrizes, assim também apresenta uma carga horária adequada para o estágio supervisionado, prevê a inserção de Libras na estrutura curricular do curso como disciplina obrigatória quando se tratar de curso de licenciatura ou de fonoaudiologia. Além disso, o curso possui carga horária adequada à prevista na legislação e apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, existe também a previsão de Trabalho de Conclusão de Curso com conteúdo fixado e regulamentação contendo critérios e mecanismos de avaliação. O curso também possui professores com no mínimo capacitação *Lato sensu*.

Estes itens, que foram analisados pelo Conselho, vêm ao encontro à análise que fizemos acerca do projeto pedagógico do curso de Educação Física desta Universidade, pois este está de acordo com as propostas das DCN. Vemos que o Conselho também mencionou outros itens que estão de acordo com o padrão de qualidade exigido, seja de infraestrutura ou de capacitação do corpo docente.

Sintetizando o relatório de avaliação e considerando os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente, nas diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, este curso de Licenciatura em Educação Física apresenta um perfil satisfatório de qualidade de acordo com o Conselho.

O Presidente do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina destaca que fica renovado o reconhecimento do Curso de Licenciatura em Educação Física, oferecido na referida Universidade pelo período de 03 (três) anos, deliberado por sua vez em Sessão Plenária no dia 07 de dezembro de 2010, pelo Parecer nº 272 (SANTA CATARINA, CEE. RESOLUÇÃO Nº 080). A comissão verificadora registrou alguns dados sobre a avaliação, sendo assim a organização didático-pedagógica do curso obteve índice de nível 3,00 considerado como qualidade mínima, no que se refere ao corpo social o conceito obtido foi de 2,80 considerado aquém, já as instalações físicas atingiu o índice 3,40 com qualidade mínima (SANTA CATARINA, CEE. SC/CEE, PARECER Nº 272).

Cabe mencionar que esta Universidade de Santa Catarina tem uma extensão do curso de Educação Física em outro município da região. O curso obteve autorização pelo Parecer

CEPE nº 330/94, sendo aprovada sua oferta em 24 de março de 2008 pela Resolução nº 71 e regularizado em 2009 pelo Parecer nº 639, de 18 de dezembro de 2009. O curso foi reconhecido por sua vez pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina pela resolução CEE nº 130/2011 em Sessão Plenária pelo Parecer nº 271, pelo prazo de 03 anos contados a partir do dia 13 de dezembro de 2011.

A avaliação deste curso de Educação Física obteve Conceito 3,0 e/ou 4,0, porém no que se refere ao corpo docente o conceito obtido foi 2,67 sendo, portanto uma avaliação insuficiente tendo apenas 5% de doutores no curso, 58% mestres, 32% especialistas e 5% de graduados. Esta avaliação também engloba o número de vagas por docente em tempo integral e à pesquisa e produção científica. Todavia por mais que houvessem estas limitações o curso foi reconhecido. Ressalta-se que o reconhecimento do Curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina, encontra-se relacionado a uma peculiaridade deste Estado, ou seja, o processo de reconhecimento naquele momento histórico foi realizado pelo Conselho Estadual de Santa Catarina, diferente das Instituições de outros estados brasileiros, cujo processo é feito pelo Conselho Nacional de Educação-CNE.

Este parecer do Conselho é do ano de 2008, logo este teve como referência as avaliações anteriores, com isso iremos abordar neste momento os resultados das provas do ENADE do ano de 2004 e de 2007 que foram as últimas provas que o curso de Graduação em Educação Física participou. Igualmente do ano de 2011, o qual não será analisado devido a não terem-se os resultados disponíveis.

Nos resultados do ENADE de 2004 do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina encontram-se desempenho dos alunos e alguns resultados do Questionário de Impressões sobre a prova e do Questionário Socioeconômico. De acordo com o relatório elaborado pela equipe técnica do CESPE/UnB o ENADE foi realizado no dia 07 de novembro de 2004 em 644 locais de provas de 361 municípios, incluindo grupos de estudantes selecionados por amostragem, os quais se encontravam em momentos distintos de sua graduação, sendo um grupo de iniciante, que se encontrava no final do primeiro ano e outro grupo, considerado concluinte, que estava cursando o último ano. Os dois grupos de estudantes foram submetidos à mesma prova.

A prova foi respondida por uma amostra de 84 estudantes, sendo 43 concluintes e 41 ingressantes. Todos os resultados do curso foram obtidos com base nas análises que consideraram o peso amostral de cada aluno convocado e presente no exame, podendo, portanto, ser estendidos para o total de estudantes ingressantes e concluintes da instituição.

A respeito desta questão o INEP pontua a seguinte observação:

Embora cientes das limitações do instrumento enquanto mecanismo de avaliação de curso, estamos convencidos de que os dados gerados, tanto no que tange aos resultados da prova quanto à opinião dos alunos, podem ser bastante úteis para orientar as ações pedagógicas e administrativas da instituição e do curso, uma vez que contribuem significativamente para uma reflexão interna com vistas à melhoria da qualidade do ensino de graduação. Por esse motivo, solicitamos o empenho de Vossa Senhoria no sentido de promover, no âmbito de sua instituição, as discussões que julgar necessárias (RELATÓRIO DO ENADE 2004 p.3).

Desta forma vemos que o ENADE possibilita gerar um conhecimento aprofundado da instituição e do curso por meio da participação ativa dos alunos com dados referentes à qualidade do ensino. Acreditamos, assim como o relatório menciona, que pode haver falhas em algumas informações, porém é através das avaliações que os dados são coletados e analisados para que possam ocorrer as devidas melhorias na educação superior. Com isso vemos a necessidade dos membros que compõem a Universidade conscientizarem os alunos a relevância da veracidade nas informações prestadas durante o preenchimento das questões, pois são estas que irão ser a referência para as mudanças.

A nota final do curso depende das variáveis do desempenho dos alunos concluintes e ingressantes no componente específico e na formação geral. A essas três variáveis, que embasam o cálculo da nota final do curso, atribuíram-se, respectivamente os pesos de 60%, referente ao desempenho dos alunos concluintes no componente específico, 15%, do desempenho os alunos ingressantes no componente específico e 25% a nota do desempenho dos alunos (concluintes e ingressantes) na formação geral (RELATÓRIO DO ENADE, 2004).

Assim, a parte referente ao componente específico contribui com 75% da nota final, enquanto a parcela referente à formação geral contribui com 25%, em consonância com o número de questões na prova, 30 e 10, respectivamente. Fica claro a ênfase dada no componente específico da prova direcionado para os conteúdos da Educação Física, todavia o ENADE contempla os conteúdos da formação geral comum a todos os cursos ajudando na formação do aluno de forma global.

De acordo com o relatório do ENADE de 2004 do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina os conceitos utilizados no ENADE variaram de 1 a 5 e, à medida que esse valor aumenta, melhor é o desempenho no exame. A nota obtida pelo curso da referida Universidade foi conceito 3,0 o que é considerado qualidade mínima pela escala do ENADE que vai do conceito 1 ao 5.

Este relatório informa que, no que diz respeito ao desempenho dos alunos no ano de 2004, são indicados os resultados da prova como um todo, sendo o desempenho dos alunos

nas questões objetivas da prova e, por fim, o desempenho desses estudantes nas questões discursivas. Além disso, também se considera a condição do estudante avaliado, se ingressante ou concluinte.

Título da tabela 1: Desempenho dos alunos em formação geral e componente específico da prova do ENADE/2004 no Curso de Educação Física da Universidade Comunitária de SC.

Item avaliado ENADE 2004 Universidade Comunitária de Santa Catarina	Média (Ingressantes)	Média (Concluintes)	Média Nacional	
			Ingressantes	Concluintes
Formação Geral	23,4	30,4	29,4	34,8
Formação Específica	16,3	26,2	23,8	33,8
Questões Objetivas Formação Geral	34,1	36,6	36,5	41,2
Questões Discursivas Formação Geral	7,4	21,0	18,7	25,2
Questões Objetivas Formação Específica	30,4	44,1	37,7	51,2
Questões Discursivas Formação Específica	9,2	16,9	16,7	24,9

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora seguindo os dados do Relatório do ENADE (INEP) do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina de 2004.

Analisando a tabela vemos que os ingressantes atingiram a média de 23,4 na formação geral, já os concluintes atingiram média 30,4, no componente específico por sua vez, os ingressantes atingiram 16,3 e os concluintes 26,2. Comparado com a média nacional dos cursos de Educação Física, a Universidade Comunitária de Santa Catarina teve média inferior, e ainda observamos que, a variável da formação geral teve nota superior à formação específica, seja na instituição, seja em nível nacional. Em se tratando da formação geral das questões objetivas as médias foram mais altas sendo 34,1 dos ingressantes e 36,6 dos concluintes, todavia nas questões discursivas a média foi muito inferior, sendo 7,4 para ingressantes e 21,0 para os concluintes, ficando significativamente abaixo da média nacional. Na formação específica das questões objetivas os acadêmicos ingressantes e concluintes alcançaram respectivamente a média 30,0 e 44,1 nas discursivas 9,2 para os ingressantes e 16,9 para os concluintes.

Ressalta-se que a partir dos dados do ENADE melhor resultado nas questões de formação geral do que nas questões de formação específicas, além de demonstrar a dificuldade dos acadêmicos no que se refere às questões discursivas. Este resultado apresenta elementos de grande importância em relação ao currículo do Curso. Admite-se de deixa bem

claro elementos que devem ser articulado no cotidiano escolar em relação formação como um todo, uma vez que na própria formação geral os acadêmicos não atingiram sequer a média mínima nacional. Estes resultados abrem espaços para ações da gestão nos diversos níveis da Instituição.

Fica evidente que as médias atingidas pelos ingressantes são inferiores as alcançadas pelos concluintes e isso se faz coerente na medida em que eles ainda não passaram pelo processo completo de formação do curso. É notável também que tanto os alunos ingressantes e concluintes obtiveram uma média inferior nas questões discursivas, o que pode sinalizar a ausência deste tipo de questões nas provas feitas durante o curso, ou a própria dificuldade na escrita. Estes dados apesar de relevantes para análise podem não mostrar os motivos do baixo desempenho, porém, mostram que é um ponto que precisa ser melhorado, sendo este um dos fatores positivos nas avaliações, assim como, analisando os dados do relatório o desempenho nacional dos ingressantes foi significativamente superior ao da referida Universidade pesquisada.

Sobre o desempenho dos alunos no ENADE, Reis observa:

De maneira geral, os alunos concluintes têm um desempenho maior que os ingressantes, o que constitui um indicador para a interpretação de escores do ENADE refletindo a experiência e o acúmulo acadêmico do estudante. A mensuração deste nível de dificuldade ou deste nível de habilidade, aferido na entrada e saída dos alunos em um determinado curso, resultará em um valor. A esse acúmulo ou a esse indicador de ganho, identificado na trajetória do aluno, dá-se o nome de valor agregado (REIS, 2009, p.90)

Este procedimento adotado pelo ENADE segundo a autora se remete a uma avaliação dinâmica centrada no processo, ou seja, avalia o progresso do aluno, o que se torna ainda mais relevante quando os coordenadores dos cursos podem analisar estes dados acompanhando melhor o processo de aprendizagem.

De acordo com o relatório, no dia da aplicação da prova foi solicitado aos alunos que respondessem a um questionário intitulado “Impressões sobre a prova”, que por sua vez fornecem dados que podem enriquecer a análise da prova pelos coordenadores de curso. Vemos que este item reforça a importância da coordenação do curso estar a par da realidade de seus alunos permitindo que estes façam uma análise com instrumentos fidedignos que fazem parte das variáveis presentes na avaliação do ENADE.

Título da tabela 2: Impressões dos alunos do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de SC sobre a prova do ENADE 2004

Itens Avaliado	Ingressantes	Concluintes
----------------	--------------	-------------

ENADE 2004 Universidade Comunitária de Santa Catarina	Instituição	Bras	Instituição	Brasi
Grau de dificuldade desta prova na parte geral	Médio 65,8	55,4	Difícil 37,9 Médio 56,9	59,6 29,6
Grau de dificuldade da prova na parte específica	Médio 71,1	57,3	Médio 74,6	66,1
Quanto à extensão, em relação ao tempo destinado à resolução	Adequada 78,4	61,2	Adequada 59,3	59,2
Clareza nos enunciados das questões da prova na parte geral	A maioria se apresenta 50,0	53,1	A maioria se apresenta 61,0	56,2
Parte específica	A maioria se apresenta 65,7	53,7	A maioria se apresenta 55,9	57,0
Informações/instruções fornecidas para a resolução das questões	Todas suficientes 54,1	38,7	Todas suficientes 50,8	40,1
Maior dificuldade com a qual você se deparou ao	Forma diferente de abordagem do conteúdo 24,3	37,5	Forma diferente de abordagem do conteúdo 45,8	42,3
	Falta de motivação para fazer a prova 43,2	24,2	Falta de motivação para fazer a p 27,1	42,3
Observações sobre as questões o bjetivas da prova que influenciaram o desempenho na prova.	Não estudei ainda a maioria desses conteúdos 68,4	63,0	Estudei e aprendi muito desses conteúdos 67,2	64,4

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora seguindo os dados do Relatório do ENADE (INEP) do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina de 2004.

Desta forma, em relação ao grau de dificuldade da prova na parte geral 65,8 dos alunos ingressantes e 56,9 acharam a prova de nível de dificuldade médio, já na parte específica 71,1 dos ingressantes e 74,6 dos concluintes também mencionaram que o grau de dificuldade da prova foi médio. No que se refere à extensão em relação ao tempo destinado para prova 78,4 dos ingressantes e 61,2 responderam que a duração da prova foi adequada. Em relação aos enunciados das questões na parte geral 50,0 dos alunos ingressantes e 61,0 dos concluintes mencionaram que se apresenta na maioria das questões, já na parte específica, 65,7 dos ingressantes e 55,9 dos concluintes também responderam que se apresenta na maioria dos enunciados. As informações fornecidas para a resolução das questões foram considerados suficientes pela maioria dos alunos, porém os resultados não passam dos 54,1 dos respondentes, ou seja, ainda é um indicador que precisa ser bastante melhorado e revisto.

No que diz respeito à maior dificuldade da prova 24,3 dos alunos ingressantes e 45,8 dos concluintes responderam que a forma de abordagem dos conteúdos foi diferente. Este item também foi enfatizado na média nacional reforçando ser um dado de importante análise pelas Universidades. Além disso, nesta mesma questão 43,2 dos ingressantes e 27,1 dos concluintes alegaram que uma das dificuldades encontradas foi a falta de motivação para fazer a prova. No total de 68,4 dos alunos ingressantes mencionaram que não haviam estudado a

maioria dos conteúdos e que isto influenciou no desempenho da prova, já 67,2 dos concluintes responderam que aprenderam a maioria dos conteúdos que continham na prova.

A partir destes dados enfatizamos agora alguns pontos relevantes para esta pesquisa. Percebemos que um número relativamente alto responderam que os conteúdos tiveram abordagem diferente daquela vivenciada por eles durante o curso, com isso se faz necessário reiterar que o ENADE como já discutimos no capítulo anterior segue as Diretrizes Curriculares Nacionais que por sua vez é a base para os projetos dos cursos de Educação Física das Universidades em nível Nacional, com isso a Universidade precisa refletir sobre a práxis do currículo e a elaboração das provas aplicadas no curso. Todavia, muitos alunos responderam que o seu desempenho positivo foi devido ao fato de terem aprendido a maioria dos conteúdos durante o curso, com isso é possível perceber que os conteúdos estão sendo desenvolvidos, mas a forma com que eles estão sendo abordados que não alcançam o grau de profundado propugnado nas Diretrizes Curriculares.

No que diz respeito a falta de motivação em realizar a prova é um aspecto a ser refletido pela Universidade e professores, uma vez que a mesma deve ressaltar sua importância não somente para o cumprimento de aspectos burocráticos mas principalmente nas ações da instituição a partir dos resultados, para que os alunos tenham a consciência inicialmente que a avaliação do ENADE pode trazer benefícios para o seu curso e retratar a sua realidade na perspectiva de ocasionar mudanças positivas no ensino superior. É necessário despertar este interesse na comunidade acadêmica fazendo com que esta avaliação ultrapasse a visão de conceitos, desempenhos e sim de futuras mudanças com os resultados obtidos para que a motivação destes alunos não fique restrita ao individualismo de obter uma boa nota na prova e que eles consigam visualizar a Universidade como uma instituição com compromisso social em constante processo de mudanças no ensino que provém em grande parte das avaliações externas e internas realizadas.

De acordo com o Relatório do ENADE, o processo avaliativo contempla, além das provas de desempenho em formação geral e componente específico, o Questionário Socioeconômico, que foi previamente enviado aos alunos para ser devolvido no momento da realização das provas. Esse questionário possibilita o conhecimento e a análise do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes ingressantes e concluintes, além da percepção sobre o ambiente de ensino aprendizagem e sobre a organização do curso, do currículo e da atividade docente. O questionário configura-se em um conjunto significativo de informações que podem contribuir para a melhoria da educação superior tanto em relação à formulação de políticas públicas, quanto à atuação dos gestores de ensino e dos docentes. Neste questionário

também são abordados questões diretamente relacionadas com as condições dos recursos físicos e pedagógicos da instituição e à qualidade do ensino oferecido.

Destacamos aqui a importância de conhecer a realidade do curso diante da visão dos acadêmicos, pois, é através das informações prestadas neste questionário que a Universidade consegue visualizar de que forma está atendendo às necessidades do seu público, quais os pontos que apresentam dificuldades e que fatores precisam ser melhorados para que atinjam seus objetivos enquanto uma instituição de ensino.

A Tabela a seguir nos mostra os resultados questionário Socioeconômico aplicado com os alunos ingressantes e concluintes do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina trazendo questões que podem auxiliar a gestão do curso a analisar o que pode ser melhorado e em que itens os alunos demonstram satisfação.

Título da Tabela 3: Questionário Socioeconômico/ condições dos recursos físicos e pedagógicos da instituição e à qualidade do ensino oferecido.

Itens avaliados no ENADE 2004 Universidade Comunitária SC	Ingressantes	Concluintes
Adequação do espaço pedagógico das aulas práticas ao número de estudantes	Em todas elas 40%	50%
Adequação do espaço pedagógico das aulas práticas ao número de estudantes	Amplas, arejadas, bem iluminadas e com mobiliário adequado 55%	75%
Adequação do material de consumo das aulas práticas ao número de estudantes	Adequados 45%	60%
Adequação dos equipamentos disponíveis nas aulas práticas ao número de estudantes	Em todas elas 40%	45%
Avaliação do currículo do curso	É relativamente integrado 50%	60%
Atualização dos equipamentos de laboratório utilizados no curso	Atualizados e bem conservados 70%	75%
Disponibilidade dos professores do curso, na instituição, para orientar extraclasse	A maioria tem disponibilidade 40%	55%
Domínio dos professores para ministrar as disciplinas	Sim, a maior parte deles 50%	75%
Avaliação do nível de exigência do curso	Deveria exigir/ ter exigido um pouco de mim 40%	50%
Principal contribuição do curso	A aquisição de formação profissional	80%
Frequência no uso do microcomputador	Às vezes 40%	60%

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora seguindo os dados do Relatório do ENADE (INEP) do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina de 2004.

No que se refere à adequação do espaço pedagógico das aulas práticas ao número de estudantes entre 40% e 50% dos alunos ingressantes e concluintes que é aplicável na maioria delas, ou seja, é um número baixo de satisfação dos alunos sendo um indicador que precisa ser analisado para propor mudanças. Em relação à adequação do espaço pedagógico das aulas práticas ao número de estudantes apenas 55% dos ingressantes e em número significativamente melhor dos concluintes, com 75% informaram que são amplas, arejadas, bem iluminadas e com mobiliário adequado 55%. Sobre a adequação do material de consumo

e de equipamentos disponíveis nas aulas práticas ao número de estudantes, alunos ingressantes e concluintes responderam que são adequadas entre 40% e 60%, ou seja, também é um item que apresenta pouca satisfação dos alunos.

Há que destacar que a partir dos dados apresentados os quesitos espaço, material de consumo, equipamentos, disponibilidade, nível de exigência dentre outros, transparece à limitações que acontecem na gestão do curso. A média da porcentagem é curso. baixa no que diz respeito a estes dados abordados, pois como listamos anteriormente o curso de Educação Física necessita de um uma infra-estrutura adequada para desenvolver grande parte dos conteúdos das disciplinas do currículo, logo, se estes apresentam falhas podem prejudicar diretamente no desempenho da aprendizagem dos conteúdos.

No que diz respeito à avaliação do currículo somente entre 50% e 60% de alunos ingressantes e concluintes mencionaram ser relativamente integrado. Este item sinaliza um fator interno do curso que a gestão juntamente com a Instituição pode vir a melhorar em um espaço de tempo menor do que demanda uma modificação, por exemplo, na infraestrutura. Em se tratando da disponibilidade dos professores do curso, na instituição, para orientação extraclasse, apenas entre 40% e 55% dos alunos mencionaram que a maioria tem disponibilidade. Vemos aqui um indicador de extrema importância para o processo de aprendizagem dos alunos e até mesmo do comprometimento do professor com a Universidade, partindo do ponto de vista que muitas pesquisas são realizadas em horário contrário ao de trabalho dos professores o que ocasiona na publicação de artigos, participações em cursos congressos, que só são possíveis muitas vezes com o empenho e colaboração de professores nestas atividades extraclases, ou seja, grande parte dos professores são horistas ficando limitado o tempo para um atendimento personalizado dos alunos, para a pesquisa e para extensão.

Todavia 75% dos alunos concluintes alegaram que os professores tem domínio para ministrar as aulas, já os ingressantes um número mais baixo, apenas de 50%. No que se refere à avaliação do nível de exigência do curso, entre 40% e 50% dos alunos responderam que o curso deveria ter exigido mais. Em se tratando da principal contribuição do curso, 80% dos alunos acreditam ser a formação profissional a mais relevante. A utilização dos computadores foi respondida que é utilizado sempre por 40% dos concluintes e 60% dos ingressantes. No que diz respeito ao domínio dos professores para ministrar as disciplinas, os concluintes responderam que, entre 40% e 60% deles têm domínio.

Vemos que em 2004 a avaliação do ENADE retratou um curso até então com falhas no que se refere a infra-estrutura oferecida pelo curso, pouca integração do currículo o que

dificulta uma análise mais crítica, aprofundada, estabelecendo relações de diferentes temáticas por parte dos alunos o que pode estar relacionado com a forma de abordagem das questões das provas ser diferente da forma pelo qual os conteúdos vem sendo desenvolvidos. Acreditamos que a própria indisponibilidade dos professores sinalizada pelos alunos também possa influenciar na aprendizagem dos alunos, o que também acarreta na ausência ou precariedade na produção de pesquisa, um fator que de acordo com os dados obtidos apresenta dificuldades no curso de Educação Física desta Universidade.

O ENADE de 2007 foi realizado no dia 11 de novembro em 1375 locais de provas de 613 municípios. A prova foi respondida por 40 estudantes, sendo 03 ingressantes e 37 concluintes. O curso obteve novamente o mesmo conceito 3,0. Inicialmente já destacamos que não houve melhora no que se refere à nota em relação à prova de 2004, porém se faz necessária a análise separada dos itens que levaram a atingir novamente este conceito, pois podem ter ocorrido melhoras em determinados aspectos, permanência em uns e também diminuído o nível em outros itens.

Na tabela a seguir são contempladas as médias obtidas no ENADE pelo curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina, permitindo analisar os itens com suas referidas notas comparadas com a média nacional, e também podendo fazer uma reflexão se houve ou não melhorias frente à prova do ENADE de 2004.

Título da tabela 4: Desempenho dos alunos em formação geral e componente específico da prova do ENADE/2007na Curso de Educação Física da Universidade Comunitária de SC.

Item avaliado ENADE 2007 Universidade Comunitária de Santa Catarina	Média ingressantes	Média concluintes	Média Nacional	
			Ingressante	Concluintes
Formação Geral	27,0	43,5	43,0	46,3
Formação Específica	44,0	33,3	41,9	51,8
Resultado Geral	39,7	52,2	42,2	50,4

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora seguindo os dados do Relatório do ENADE (INEP) do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de SC de 2007.

Analisando a tabela observamos que os ingressantes atingiram a média de 27,0 na formação geral, já os concluintes atingiram média 43,5. No componente específico por sua vez, os ingressantes atingiram 44,0, sendo uma nota superior a atingida na formação geral, todavia os concluintes atingiram uma média inferior com 33,3. Neste ENADE, o curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina se aproximou da média Nacional ficando acima no resultado geral nas notas dos concluintes, mostrando que houve

uma melhora diante dos resultados do ENADE de 2004 do qual as médias foram inferiores das instituições do Brasil, exceto no que se refere a média dos concluintes no resultado geral.

Na tabela a seguir é possível analisar itens específicos em relação às impressões que alunos ingressantes e concluintes tiveram da prova do ENADE de 2007 possibilitando que os coordenadores dos cursos ao realizarem esta análise consigam observar em quais itens os alunos tiveram mais dificuldade ou facilidade.

Título da tabela 5: Impressões dos alunos do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de SC sobre a prova do ENADE 2007

Itens Avaliados ENADE 2007 Universidade Comunitária de Santa Catarina	Ingressantes		Concluintes	
	Instituição SC	Brasil	Instituição SC	Brasil
Grau de dificuldade desta prova na parte geral	Fácil 33,3 / Médio 33,3 Difícil 33,3	59,9 Médio	Médio 76,1	61,2
Grau de dificuldade da prova na parte específica	Médio 66,7	59,4	Médio 51,5	63,8
Quanto à extensão, em relação ao tempo destinado à resolução	Adequada 66,7	54,2	Adequada 66,7	49,7
Clareza nos enunciados das questões prova na parte geral	A maioria se apresenta 66,7	52,6	A maioria se apresenta 59,8	55,1
Parte específica	Todas 33,3 A maioria 33,3 Apenas cerca da metade 33,3	A maioria 46,6	A maioria se apresenta 65,0	57,2
Informações/instruções fornecidas para a resolução das questões	A maioria suficiente 66,7	38,7	Todas suficientes 48,7	33,4
Maior dificuldade com a qual você se deparou ao	Forma diferente de abordagem do conteúdo 66,7	34,6	Forma diferente de abordagem do conteúdo 40,6	40,8
	Falta de motivação para fazer a prova 33,3	20,3	Falta de motivação para fazer a prova 15,6	30,4
Observações sobre as questões objetivas da prova que influenciaram o desempenho na prova.	Não estudei ainda a maioria desses conteúdos 100,0	52,3	Estudei e aprendi muito desses conteúdos 81,2	63,6

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora seguindo os dados do Relatório do ENADE (INEP) do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina de 2004.

Em relação às impressões dos alunos ingressantes acerca da prova do ENADE no ano de 2007, relativo ao grau de dificuldade da prova na parte geral, consta que 33,3 dos alunos ingressantes, responderam igualmente distribuídos que a prova foi fácil, média e difícil, já os concluintes 76,1 responderam médio. Já na parte específica, 66,7 dos respondentes ingressantes consideraram ambas as provas com nível de dificuldade média e 33,3 fácil,

enquanto 51,5 dos concluintes responderam nível médio. No que se refere à extensão em relação ao tempo destinado para prova, 66,7 dos ingressantes responderam que a duração da prova foi adequada, e 33,3 longa, já os concluintes 67,7 adequada e 21,6 longa. Estes dados foram semelhantes aos que foram apresentados em 2004.

Em relação aos enunciados das questões da parte geral 66,7 dos ingressantes consideraram que se aplica a maioria e, 33,3 que se aplica em todas as questões, 59,8 dos concluintes responderam que se aplica na maioria. Já na parte específica cada resposta obteve 33,3 dos respondentes, sendo elas em todas as questões, na maioria das questões e na metade das questões, enquanto 65,0 dos concluintes responderam que se aplica na maioria. As informações fornecidas para a resolução das questões foram consideradas suficientes pelos alunos. Vemos que não existem aqui problemas enquanto ao entendimento dos enunciados das questões, sendo um ponto positivo para esta avaliação.

No que diz respeito à maior dificuldade da prova 66,7 dos ingressantes e 40,6 dos concluintes responderam que a forma de abordagem dos conteúdos foi diferente. Este item teve um aumento em relação ao ENADE de 2004, enfatizando que é um aspecto que precisa ser levado em conta pela Universidade, pois esta diferença de abordagem de conteúdos pode ser resolvida internamente pelos cursos. Além disso, com números semelhantes, 33,3 dos ingressantes e 15,6 dos concluintes alegaram que foi a falta de motivação para fazer a prova.

Todas estas médias foram bem superiores às médias apresentadas no ano de 2004, mostrando que o desempenho dos alunos em especial dos concluintes melhorou bastante. É possível perceber através dos dados que não existem problemas quanto ao entendimento dos enunciados das questões, sendo um ponto positivo para o ENADE que haja esta abordagem de conteúdos da prova é diferente daquela vivenciada no curso foi mencionada no ano de 2007 com índice mais alto que no ENADE de 2004 enfatizando que é um aspecto que precisa ser levado em conta pela Universidade, pois esta diferença de abordagem de conteúdos pode ser resolvida internamente pelos cursos, seja na mudança da metodologia dos professores ou na forma de avaliação. Sobre isso o coordenador 4 - SC alega que “Penso que as questões relativas ao ENADE são muito amplas e não traduzem a realidade de cada curso”. O coordenador 5-SC completa que: “Nem sempre essas diferenças/concepções estão claras nas questões da prova. No entanto, nossa instituição vem mantendo um bom desempenho no ENADE.

Através das declarações do Coordenador 4-SC a respeito das questões do ENADE, deixou lacuna no que se refere que as mesmas são amplas e não traduzem a realidade de cada curso. Há que se destacar que os cursos tem diretrizes que estabelecem parâmetros para o

funcionamento. Entretanto, se não traduzem a realidade de cada curso percebemos que existe uma certa incoerência, uma vez que os mesmos são construídos dentro dos parâmetros das diretrizes nacionais, deixando lacunas em termos de gestão da Universidade. Em relação à declaração ao Coordenador 5-SC, pode-se refletir que as diferenças e concepções estão claras na prova, deixando elementos para concluirmos que as provas estão dentro das diretrizes do Curso de Educação Física, se as mesmas não estão claras mostra uma fragilidade do curso cujo projeto encontra-se nas diretrizes. Por outro lado, através do resultado não se pode de maneira alguma um bom desempenho da Instituição no ENADE, uma vez que os resultados demonstram que a instituição não atingiu a média nacional.

Desta forma, acreditamos que o currículo do curso, as ementas ou metodologias utilizadas pelos professores durante o processo de aprendizagem dos acadêmicos do curso de Educação Física podem estar distantes daqueles propostos pelas Diretrizes Curriculares podendo haver alguma falha da qual esteja limitando o desempenho dos alunos na prova do ENADE e com isso automaticamente se distanciando da realidade do curso, já que o ENADE segue os parâmetros das Diretrizes Nacionais que por sua vez deveriam estar sustentando os Projetos destas Universidades.

Como vimos na análise do Projeto, a matriz curricular do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina está de acordo com as Diretrizes Curriculares, ou seja, a documentação do curso aponta que este vem seguindo as orientações das DCN, com isso pode-se indagar em que medida tais Diretrizes são articuladas ao cotidiano da referida graduação? Estas e outras reflexões podem surgir após a análise das provas do ENADE, por isso, a importância dos coordenadores do curso, que estão à frente das tomadas de decisões, estarem a par da realidade do seu curso buscando efetivar uma intervenção após os resultados, analisando-os em sua complexidade que faz parte de um contexto integrado.

Segundo Dias Sobrinho:

Não é possível objetividade sem subjetividade, não há o quantitativo sem o qualitativo, só mediante teorias da complexidade se pode compreender globalmente um fenômeno humano, que por natureza é polissêmico – e este é o caso da educação, como também o é da avaliação (SOBRINHO, 2004, p.720).

O autor reforça aqui a relevância de tratar a avaliação como um processo que contempla diferentes dimensões, que possuem variáveis e somente com uma análise detalhada dos coordenadores da prova do ENADE podem visualizar o desempenho dos alunos do curso de forma integrada em sua complexidade.

Houve unanimidade na resposta do questionário que pergunta a percepção dos alunos ingressantes acerca das questões objetivas. Por serem ingressantes acreditamos que, apesar do índice alto desta resposta, deve ser levado em conta que estes não tiveram tempo suficiente para estudar estes conteúdos. Ressalta-se que a questão não se restringe a uma análise de cunho quantitativo, ou seja, de estudar ou não estudar o conteúdo, mas envolve também aspectos qualitativos em relação aos conteúdos, sua concepção e grau de aprofundamento.

Na tabela abaixo é demonstrado a satisfação ou não dos alunos ingressantes e concluintes do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina no que se refere à infraestrutura oferecida e currículo. Vemos estes dados contemplados no questionário socioeconômico como um indicador de possíveis mudanças por trazer a visão dos acadêmicos acerca do curso e instituição.

Título da Tabela 6: Questionário Socioeconômico/ condições dos recursos físicos e pedagógicos da instituição e à qualidade do ensino oferecido.

Itens avaliados ENADE de 2007 Universidade ComunitáriaSC	Ingressantes	Concluintes
Adequação do espaço pedagógico das aulas práticas ao número de estudantes	Em todas elas 35% Na metade delas 35% Em nenhuma delas 35%	Maior parte delas 60%
Condições das instalações físicas	Insatisfatória 35%	Amplas, arejadas, bem iluminadas e com mobiliário adequado 65%
Adequação do material de consumo das aulas práticas ao número de estudantes	Em todas elas 30%	Maior parte delas 55%
Adequação dos equipamentos disponíveis nas aulas práticas ao número de estudantes	Em todas elas 40%	Maior parte delas 65%
Avaliação do currículo do curso	Pouco integrado 65%	Relativamente integrado 65%
Atualização dos equipamentos de laboratório utilizados no curso	Adequados 65%	Adequados 60%
Disponibilidade dos professores do curso, na instituição, para orientação extraclasse	Menos da metade tem disponibilidade 35%	Cerca da metade tem disponibilidade 100%
Domínio dos professores para ministrar as disciplinas	Sim, a maior parte deles 35%	55%
Avaliação do nível de exigência do curso	Deveria exigir/ ter exigido um nível mais de mim 65%	40%
Principal contribuição do curso	Aquisição de cultura Geral 65%	A aquisição de formação profissional 80%
Frequência no uso do microcomputador	Sempre 40%	60%

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora seguindo os dados do Relatório do ENADE (INEP) do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina de 2007.

A atualização de equipamentos de laboratório utilizados no curso foi considerada por 60% dos concluintes, bem conservados e atualizados, assim como apresentou a porcentagem de 65% na adequação dos equipamentos pelo número de alunos, a adequação do espaço pedagógico utilizado pelo curso, os materiais de consumo que se apresenta na maior parte

delas. Já no que se refere às instalações físicas do curso, 65% dos alunos concluintes responderam serem arejadas, bem iluminadas e com mobiliário adequado. Em todos estes itens os alunos ingressantes apresentaram médias diferenciadas, informando que, no que se trata da adequação dos equipamentos e os materiais utilizados, se fazem presentes em todos os ambientes do curso. Todavia 35% dos ingressantes acreditam que as instalações físicas são insatisfatórias. Este item pode ser sinalizado devido aos alunos do curso de Educação Física desta Universidade precisarem realizar deslocamentos para as aulas práticas por não ter piscina e ginásios dentro da instituição.

No que se refere à atualização dos equipamentos de laboratório utilizados no curso 65% dos ingressantes e 60% dos concluintes informaram serem adequados. A utilização dos computadores foi respondida que é utilizado sempre por 40% dos concluintes e 60% dos ingressantes. Estes dados foram semelhantes com os apresentados em 2004 mostrando que a maioria dos alunos está satisfeito com a infraestrutura oferecida para o curso na medida em que em torno de 40% dos alunos em boa parte dos itens que contam na avaliação não estão satisfeitos, logo é preciso melhorar em muitos aspectos para atender estes alunos que por mais que sejam minoria representam um número significativo. Estes dados são altamente significativos para a gestão da Universidade em relação ao Curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina, uma vez que trazem aspectos de espaço, currículos, equipamentos, disponibilidade de professores, Domínio dos professores para ministrar as disciplinas, avaliação da exigência do curso, dentre outros. Acredita-se que as repostas nos questionários fornece elementos significativos para tomada de decisões dos gestores do curso, entretanto o que observa através dos coordenadores que estes dados não ecoam no cotidiano de nossas gestões e de maneira incipiente nos projetos da própria Universidade.

A respeito da avaliação do currículo do curso, 65% dos ingressantes consideram que o a integração das disciplinas do currículo é pouco já que poucas disciplinas se interligam, já 50% dos concluintes optaram pela alternativa que menciona que o currículo é relativamente integrado. Vemos que a maioria optou pela alternativa que menciona a falta de integração nas disciplinas, e acreditamos que este pode ser um fator que possa prejudicar o desempenho dos alunos nestas avaliações e sua formação.

Tratando-se da disponibilidade dos professores do curso, na instituição, para orientação extraclasse 35% dos alunos ingressantes responderam que menos da metade tem disponibilidade e um número muito significativo, que todos os alunos concluintes, ou seja, 100% mencionaram esta mesma resposta. Voltamos aqui na mesma discussão anterior, em

que acreditamos que esta disponibilidade e comprometimento do professor com a instituição pode ser o grande diferencial na aprendizagem dos alunos, no acompanhamento das tarefas e principalmente nas orientações extraclases. O domínio dos professores para ministrar as disciplinas foi apontado por apenas 35% dos ingressantes e 55% dos concluintes responderam que todos eles têm este domínio. Sobre a avaliação do nível de exigência do curso, 65% dos ingressantes e 40% dos concluintes responderam que o curso deveria exigir / ter exigido um pouco mais deles. No que se refere à principal contribuição do curso 65% foi a aquisição de cultura Geral, e 80% dos concluintes responderam ser a aquisição de formação profissional.

Vemos que a maioria optou pela alternativa que menciona a falta de integração nas disciplinas, e acreditamos que este pode ser um fator que possa prejudicar o desempenho dos alunos nestas avaliações e sua formação. Todavia o coordenador 4- SC da Universidade Comunitária de Santa Catarina quando questionada sobre a relação aos conteúdos das provas do ENADE em relação ao currículo trabalhado pela sua Instituição respondeu que: “Pode-se perceber de forma geral que o currículo do curso está adequado as exigências das diretrizes, praticamente todo o conteúdo das questões haviam sido abordados - estudados nas diversas disciplinas constantes na estrutura curricular do curso”.

Como foi analisado anteriormente existe a coerência do currículo do curso de Educação Física com as Diretrizes, desta forma, se os conteúdos foram ministrados nas aulas de acordo com o coordenador 4 de SC, e se os alunos conhecerem estes conteúdos como responderam no questionário socioeconômico, todavia mencionaram que o currículo é pouco integrado, logo supõe-se que o curso não contemplou na prática os conteúdos das Diretrizes de forma aprofundada.

Relativo à disponibilidade dos professores do curso, surge outro item que precisa ser destacado, pois isto pode indicar a possível falta de compromisso dos professores com a Universidade em si, partindo do ponto de vista que muitas pesquisas são realizadas em horário contrário ao de trabalho dos professores o que ocasiona na publicação de artigos, participações em cursos, congressos, que só são possíveis muitas vezes com o empenho e colaboração de professores nestas atividades extraclases.

A pesquisa científica é de extrema importância na formação profissional de qualquer aluno. O que muitas vezes se pode observar é uma falha no sistema educacional que não estimula seus alunos a investigarem e a produzirem conhecimento (Campos, et.al,2009,p.8).

Em ambas avaliações a maioria dos alunos reiteram a necessidade do curso ser mais exigente mostrando que existe uma consciência dos alunos enquanto suas necessidades fazendo esta solicitação em 2004 permanecendo em 2007.

O curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina apresentou melhorias nos resultados no que se refere as médias das questões das provas do ENADE de 2004 para o de 2007, acreditamos que mudanças foram feitas diante destes resultados seja na infraestrutura ou na práxis curricular.

Quanto aos resultados do ENADE do ano de 2004 da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul, buscaremos como referência as tabelas oficiais do relatório do ENADE. A prova do curso de Educação Física da referida Universidade foi respondida por uma amostra de 134 estudantes, sendo 59 concluintes e 75 ingressantes. A nota obtida no ENADE pela Universidade Comunitária do Rio grande do Sul foi nível 4 considerado bom que correspondem a nota de 3,0 a 3,9.

A Tabela 7 traz os resultados do ENADE do ano de 2004 no que se refere às médias obtidas pelos alunos ingressantes e concluintes no componente geral e específico da prova com as questões objetivas e discursivas, contemplando também as médias do Brasil.

Título da tabela7: Desempenho dos alunos em formação geral e componente específico da prova do ENADE/2004 no Curso de Educação Física da Universidade Comunitária do RS.

Item avaliado ENADE 2004 Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul	Média (Ingressantes)	Média (Concluinte)	Média Nacional	
			Ingressante	Concluintes
Formação Geral	29,7	40,8	29,4	34,8
Formação Específica	16,3	26,2	23,8	33,8
Questões Objetivas Formação Geral	39,0	46,4	36,5	41,2
Questões Discursivas Formação Geral	15,7	32,4	18,7	25,2
Questões Objetivas Formação Específica	37,9	64,2	37,7	51,2
Questões Discursivas Formação Específica	20,6	40,8	16,7	24,9

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora seguindo os dados do Relatório do ENADE (INEP) do curso de Educação Física da Universidade Comunitária do RS de 2004.

Numa escala de 0 a 100, os ingressantes atingiram a média de 29,7 na formação geral, já os concluintes atingiram média de 40,8, no componente específico por sua vez, os ingressantes atingiram 26,5 e os concluintes 50,9. Nas questões objetivas da formação geral a média dos ingressantes foi de 39,0 e dos concluintes de 46,4, na formação específica foi de

37,9 para ingressantes e 64,2 para os concluintes. De acordo com o relatório tanto na Formação Geral, como na específica as notas obtidas foram superiores das instituições do Brasil. Nas questões discursivas a média dos ingressantes foi de 15,7 e dos concluintes de 32,4 na formação geral, já na formação específica foi de 20,6 para ingressantes e 40,8 para concluintes. A média Nacional foi superada neste curso especialmente nas médias dos concluintes que foram significativamente maiores.

De acordo com o relatório do ENADE de 2004, na formação geral a diferença entre as notas dos ingressantes da instituição foi de 0,3 pontos acima da média do Brasil. Em relação aos concluintes, a nota média da instituição foi 40,8 e a do Brasil, 34,8. A nota média da prova específica dos concluintes foi maior na instituição (48,8) que no Brasil (33,8). A nota média dos alunos ingressantes foi 26,5 na instituição e 23,8 no Brasil: há uma diferença de 2,7 pontos entre os dois.

Vemos que as médias obtidas pelo curso de Educação Física da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul forma superiores as médias do curso de Santa Catarina bem como atingiram médias mais altas do que a média Nacional, todavia um fator importante a ser destacado é a média dos conteúdos específicos do curso ser significativamente inferior aos conteúdos de formação geral da prova do ENADE, mostrando que existe uma maior dificuldade dos alunos em responder as questões específicas de sua área de atuação.

A tabela 8 irá trazer os resultados dos alunos concluintes e ingressantes separados por itens e fazendo uma comparação com a média da nota obtida nos cursos de Educação Física do Brasil. Estes itens se referem às impressões dos alunos acerca da prova do ENADE.

Título da tabela 8: Impressões dos alunos do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de RS sobre a prova do ENADE 2004

Itens Avaliados Enade 2004 Universidade Comunitária RS	Ingressantes		Concluintes	
	Instituição	Brasil	Instituição	Brasil
Grau de dificuldade desta prova na parte geral	Médio 61,1	55,4	Médio 56,9	59,6
Grau de dificuldade da prova na parte específica	Médio 57,7	57,3	Médio 74,6	66,1
Quanto à extensão, em relação ao tempo destinado à resolução	Adequada 61,1	61,2	Adequada 59,3	59,2
Clareza nos enunciados das questões da prova na parte geral	A maioria se apresenta 60,6	53,1	A maioria se apresenta 61,0	56,2
Parte específica	A maioria se apresenta 65,7	53,7	A maioria se apresenta 55,9	57,0
Informações/instruções fornecidas para a resolução das questões	Todas suficientes 42,3	38,7	Todas suficientes 50,8	40,1

Maior dificuldade com a qual você se deparou ao responder a prova.	Desconhecimento do conteúdo 36,6	25,4	Forma diferente de abordagem do conteúdo 45,8	42,3
Observações sobre as questões objetivas da prova que influenciaram o desempenho na prova.	Não estudei ainda a maioria desses conteúdos 80,3	63,0	Estudei e aprendi muito desses conteúdos 67,2	64,4

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora seguindo os dados do Relatório do ENADE (INEP) do curso de Educação Física da Universidade Comunitária do RS de 2004.

Em relação ao grau de dificuldade da prova na parte geral 61,1 dos alunos ingressantes e 56,9 dos concluintes acharam a prova de nível de dificuldade médio, já na parte específica 57,7 dos ingressantes e 74,6 dos concluintes também mencionaram que o grau de dificuldade da prova foi médio. No que se refere à extensão em relação ao tempo destinado para prova 61,1 dos ingressantes e 59,3 dos concluintes responderam que a duração da prova foi adequada. Em relação aos enunciados das questões na parte geral 60,3 dos alunos ingressantes e 61,0 dos concluintes mencionaram que se apresenta na maioria das questões, já na parte específica, 65,7 dos ingressantes e 55,9 dos concluintes também responderam que se apresenta na maioria dos enunciados.

As informações fornecidas para a resolução das questões foram consideradas todas suficientes por 42,3 dos alunos ingressantes e 50,8 dos concluintes. Apesar de serem superiores as médias do Brasil é um indicador que precisa ser revisto seja pela comissão que elabora as questões e pelo próprio curso na elaboração de suas próprias avaliações.

Referente à maior dificuldade da prova, 36,6 dos alunos ingressantes e 45,8 dos concluintes respondeu que a forma de abordagem dos conteúdos foi diferente. Este item também foi enfatizado na média nacional reforçando ser um dado de importante análise pelas Universidades. No total 80,3 dos alunos ingressantes mencionaram que não haviam estudado a maioria dos conteúdos e que isto influenciou no desempenho da prova, já 67,2 dos concluintes responderam que aprenderam a maioria dos conteúdos que continham na prova.

Nestes dados, destacamos agora, alguns pontos relevantes para esta pesquisa. Percebemos que um número relativamente alto respondeu que os conteúdos tiveram abordagem diferente daquela vivenciada por eles durante o curso, com isso, se faz necessário reiterar que o ENADE, como já discutimos no capítulo anterior, segue as Diretrizes Curriculares Nacionais que por sua vez, são a base para os projetos dos cursos de Educação Física das Universidades em nível Nacional, com isso, a Universidade precisa refletir sobre a práxis do currículo e a elaboração das provas aplicadas no curso. Todavia, muitos alunos responderam que o seu desempenho positivo foi devido ao fato de terem aprendido a maioria

dos conteúdos durante o curso, com isso é possível perceber que os conteúdos estão sendo desenvolvidos, mas a forma com que eles estão sendo abordados é que não estão de acordo com o ENADE.

Vemos que o curso de Educação Física da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul em praticamente todos os itens está acima da média Nacional, sendo este um ponto muito positivo para Universidade e para o curso. A maioria dos alunos concluintes dizem terem estudado os conteúdos contemplados na prova do ENADE mostrando que existe coerência do que foi estudado no curso e o que foi contemplado na prova, que segue as Diretrizes Curriculares.

Outro item que vem ganhando destaque tanto no ENADE da Universidade Comunitária de Santa Catarina, como também na Universidade Comunitária do Rio grande do Sul, é a questão da diferença da abordagem do conteúdo da prova do ENADE com aquela que eles estão acostumados no seu curso. Pelas análises sabemos que os Projetos seguem as orientações das Diretrizes Curriculares, os conteúdos estão sendo trabalhados, não existe reclamações por parte da maioria dos alunos acerca do entendimento dos enunciados das questões da prova do ENADE, logo se pode enfatizar que os problemas que podem causar o mau desempenho dos alunos está no processo de avaliação interno do curso e talvez, na própria metodologia de trabalho do professor.

De acordo com ZainKo:

Para tanto, é preciso que de forma circular se pense e repense a cada momento, a partir de práticas sistemáticas de avaliação como uma salutar maneira de prestar contas a sociedade e de se auto-conhecer. É esse auto-retrato em processo permanente de auto-estudo, avaliação externa e reavaliação que resgatará como princípio articulador da avaliação a sua função diagnóstica, procedendo à indicação de situações problemáticas, as alternativas para a correção dos rumos e, portanto, se constituindo em poderoso instrumental dialético de identificação de novos rumos para a prática universitária (ZAINKO, 2008, p.16).

A avaliação diagnóstica é fundamental para conhecer quais pontos precisam ser melhorados, quais as limitações, dificuldades do curso e/ou instituição, o que está dando certo resultando em pontos positivos, e principalmente, quais ações podem ser providenciadas após este diagnóstico. Sendo assim, a avaliação abre caminho para seguir novos rumos que por sua vez são construídos com dados concretos.

A Tabela 9 irá trazer as respostas obtidas no Questionário Socioeconômico que sinalizam tanto a satisfação dos alunos com o curso e retrata a realidade da infraestrutura

deste. Através destas questões da avaliação também é possível que a Universidade se autoconheça, para assim, poder compreender a sua realidade e nela intervir.

Título da Tabela 9: Questionário Socioeconômico/ condições dos recursos físicos e pedagógicos da instituição e à qualidade do ensino oferecido.

Itens avaliados no ENADE de 2004 na Universidade Comunitária RS	Ingressantes	Concluintes
Adequação do espaço pedagógico das aulas práticas ao número de estudantes	Em todas elas 45%	Em todas elas
Condições das instalações físicas	Amplas, arejadas, bem iluminadas e com mobiliário adequado 55%	75%
Adequação do material de consumo das aulas práticas ao número de estudantes	Em todas elas 50%	60%
Adequação dos equipamentos disponíveis nas aulas práticas ao número de estudantes	Em todas elas 40%	45%
Avaliação do currículo do curso	É relativamente integrado 50%	60%
Atualização dos equipamentos de laboratório utilizados no curso	Atualizados e bem conservados 75%	75%
Disponibilidade dos professores do curso, na instituição, para orientação extraclasse	A maioria tem disponibilidade 40%	60%
Domínio dos professores para ministrar as disciplinas	Sim, a maior parte deles 50%	70%
Avaliação do nível de exigência do curso	Deveria exigir/ ter exigido um pouco mais de mim 40%	50%
Principal contribuição do curso	A aquisição de formação profissional 80%	80%
Frequência no uso do microcomputador	Às vezes 40%	60%

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora seguindo os dados do Relatório do ENADE (INEP) do curso de Educação Física da Universidade Comunitária do RS de 2004.

A atualização de equipamentos de laboratório utilizados no curso foi considerada por 75% e 80% bem conservados e atualizados, assim como apresentou 55% de satisfação na adequação dos equipamentos pelo número de alunos, e a adequação do espaço pedagógico utilizado pelo curso, e com os materiais de consumo. Já no que se refere às instalações físicas do curso entre 55% dos alunos concluintes e 75% dos ingressantes responderam serem arejadas, bem iluminadas e com mobiliário adequado. A utilização dos computadores foi respondida que é utilizado somente às vezes entre 40% e 60% dos alunos.

Com relação à avaliação do currículo do curso, entre 35% e 45% dos alunos mencionaram que o currículo é bem integrado e há clara vinculação entre as disciplinas e, entre 50% e 60% alegaram que o currículo é relativamente integrado. As médias foram as mesmas apresentadas em 2004, com esta questão é possível perceber que existe uma satisfação com o currículo por parte dos alunos, porém o currículo pode ser analisado por outros pontos de vistas que não somente esta questão. O curso de Educação Física pode analisar o efeito desta integração ou não das disciplinas no próprio desempenho dos alunos na

prova do ENADE, pois as questões são elaboradas seguindo estes princípios que não separam os conteúdos aprendidos por gavetas.

No que diz respeito ao domínio dos professores para ministrar as disciplinas, entre 45% e 75% responderam a maior parte deles tem domínio, sobre a avaliação do nível de exigência do curso ficou em torno de 40% e 55%, tanto de concluintes quanto de ingressantes, alegando que o curso deveria exigir um pouco mais dos alunos. No total, 80% dos respondentes acreditam que a principal contribuição do curso é a aquisição de formação profissional.

As respostas dos alunos transitam em médias de 40% e 80% de satisfação com o curso de Educação Física, apresentando algumas médias mais altas que a Universidade de Santa Catarina. Em ambas as Universidades a aquisição de formação profissional é destacada pelos alunos ingressantes e concluintes.

Todas as questões abordadas pela avaliação pelo ENADE estão voltadas à capacitação profissional. De acordo com Dias Sobrinho (2008, p.196):

A capacitação profissional é um dos aspectos importantes da formação da cidadania. Ela é uma das competências mais requisitadas da educação superior, ainda que não exclusiva desta. A formação, em sentido pleno, vai muito além da capacitação profissional. Mas, a capacitação profissional é um elemento imprescindível do desenvolvimento da vida social. Não deve tratar-se de mera capacitação técnica, de adesão acrítica às urgências do mercado, nem de adesão à economização da sociedade. Deve tratar-se da formação de profissionais competentes do ponto de vista técnico e operacional, porém, com profundo sentido ético, autonomia moral e consciência de que o conhecimento e a técnica são bens públicos. Sendo assim, por fazerem parte da formação cidadã de uma pessoa, devem ser elementos da construção da vontade e dos objetivos da sociedade democrática. Em outras palavras, não devem ser meros instrumentos do sucesso individual e de qualquer apropriação privada.

No ano de 2004 os alunos apresentaram um bom desempenho, partindo que a grande maioria das médias esteve acima da média Nacional e com isso tendo uma diferença significativa ao desempenho alcançado pela Universidade de Santa Catarina, o que não significa que não precise estar em constante processo de mudança para melhorar as suas dificuldades.

A Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul obteve Conceito 4 no ENADE 2007, ou seja manteve a sua média do ano de 2004. A prova foi respondida por 149 estudantes, sendo 103 ingressantes e 46 concluintes. Trazemos novamente a tabela informando as médias dos alunos para que a análise seja mais pontual dos pontos que melhoraram ou pioraram apesar de terem mantido a mesma média geral.

Título da tabela 10: Desempenho dos alunos em formação geral e componente específico da prova do ENADE/2007 no Curso de Educação Física da Universidade Comunitária de RS.

Item avaliado ENADE 2007 Universidade Comunitária de Santa Catarina	Média (Ingressantes)	Média (Concluinte)	Média Nacional	
			Ingressante	Concluintes
Formação Geral	46,0	52,1	43,0	46,3
Formação Específica	48,1	62,9	41,9	51,8
Resultado Geral	47,6	60,2	42,2	50,4

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora seguindo os dados do Relatório do ENADE (INEP) do curso de Educação Física da Universidade Comunitária do RS de 2007.

Estes resultados no ENADE 2007 foram superiores aos atingidos em 2004 com grandes diferenças, especialmente na média dos ingressantes, que teve um grande aumento em comparação as médias de 2004. Na formação geral do ENADE de 2007 os alunos ingressantes do curso de Educação Física da Universidade Comunitária do Rio grande do Sul obtiveram a média de 46,0 três pontos acima da média Nacional, e os concluintes tiveram a média de 52, também superior a média Nacional. A diferença de ingressantes e concluintes não foi tão distante em comparação com a prova de 2004 onde a diferença foi de mais de 10 pontos.

Na formação específica, neste ano o curso de Educação Física da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul apresentou médias mais altas que as questões da formação geral. Os alunos ingressantes alcançaram a média 48,1 e os concluintes 62,9 sendo também, significativamente superiores à média Nacional. No resultado geral os concluintes atingiram a média de 60,2, enquanto a média das instituições do Brasil foi de 50,4.

Para conhecer outros dados referentes à prova do ENADE de 2007, a Tabela 11 explana as respostas dos alunos ingressantes e concluintes da instituição pesquisada acerca das impressões da prova, trazendo também a média do Brasil.

Título da tabela 11: Impressões dos alunos do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de RS sobre a prova do ENADE 2007

Itens Avaliados Enade 2007 Universidade Comunitária	Ingressantes		Concluintes	
	Instituição	Brasil	Instituição	Brasil
Grau de dificuldade desta prova na parte geral	Médio 61,4	59,9	Médio 66,7	61,2
Grau de dificuldade da prova na parte específica	Médio 63,4	54,9	Médio 54,9	63,8
Quanto à extensão, em relação ao tempo destinado à resolução	Adequada 53,3 Longa 32,7	54,2	Adequada 53,3 Longa 24,4	49,7

Clareza nos enunciados das questões prova na parte geral	A maioria se apresenta 62,4	52,6	A maioria se apresenta 57,8	55,1
Parte específica	A maioria se apresenta 54,4	52,7	A maioria se apresenta 71,1	57,2
Informações/instruções fornecidas para a resolução das questões	A maioria delas 54,0	46,6	A maioria delas 57,8	47,8
Maior dificuldade com a qual você se deparou ao	Desconhecimento do conteúdo 37,2	28,2	Forma diferente de abordagem do conteúdo 38,6	40,8
Observações sobre as questões objetivas prova que influenciaram o desempenho prova.	Não estudei ainda a maioria desses conteúdos 72,4	52,3	Estudei e aprendi muito desses conteúdos 73,3	63,3

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora seguindo os dados do Relatório do ENADE (INEP) do curso de Educação Física da Universidade Comunitária do RS de 2007.

No que diz respeito às impressões dos alunos ingressantes acerca da prova do ENADE no ano de 2007, em relação ao grau de dificuldade da prova na parte geral, 61,4 dos alunos ingressantes responderam que o nível de dificuldade da prova foi média, e 66,7 dos concluintes. Já na parte específica, 63,4 dos respondentes ingressantes consideraram a prova com nível de dificuldade média e 29,7 difícil, enquanto 64,4 dos concluintes responderam nível médio. No que se refere à extensão em relação ao tempo destinado para prova 53,3 dos ingressantes e concluintes responderam que a duração da prova foi adequada, 32,7 dos ingressantes e 24,4 acreditaram que a prova foi longa. Estas médias não se afastam das médias apresentadas no ano 2004 apresentando certa estabilidade nas respostas tanto de ingressantes quanto de concluintes.

Em relação aos enunciados das questões da parte geral 54,0 dos ingressantes consideraram que se aplica a maioria e em 57,8 dos concluintes. Já na parte específica 71,1 dos concluintes responderam que se aplica na maioria e 24,3 se aplica em todas as questões. Já para os ingressantes 54,0 se apresenta na maioria. As informações fornecidas para a resolução das questões foram consideradas suficientes pelos alunos. Vemos que existe uma satisfação pela maioria dos alunos quanto aos enunciados das questões, além de se manterem praticamente estáveis em relação à prova de 2004, porém no que se refere à maior dificuldade da prova, 38,6 dos concluintes responderam que foi a forma diferente de abordagem dos conteúdos, 20,5 alegaram a falta de motivação para fazer a prova como principal dificuldade. Neste item da falta de motivação a média diminuiu podendo ser um indicativo que após 2004 houve uma melhoria neste aspecto, porém a forma de abordagem diferentes dos conteúdos ainda permanece como uma das maiores dificuldades.

Na grande maioria dos ingressantes, 72,4 responderam acerca de sua percepção acerca das questões objetivas que não estudaram a maioria dos conteúdos. Já com os concluintes o índice de respostas foi de 73,3 alegando terem estudado e aprendido a maioria dos conteúdos da prova. O índice diminuiu em comparação com a prova de 2004, referente à percepção das questões objetivas, o que é um ponto positivo para o curso, e também aumentou o índice dos alunos que responderam terem aprendido e que estudaram a maioria dos conteúdos. A resposta dos ingressantes de certa forma é coerente, por estarem no início de sua formação e não terem tempo suficiente para assimilar diferentes conteúdos, e os concluintes mostram um alto grau de satisfação quanto aos conteúdos da prova estarem condizentes com aquilo que estudaram no curso.

Sobre isso O coordenador 1- RS respondeu que: “Os conteúdos solicitados no ENADE estão de acordo com a maioria dos conteúdos programáticos do currículo. A forma como estes conteúdos são cobrados é que não condiz com o modelo de avaliação adotado no curso”. Esta reflexão do coordenador do curso de Educação Física vem ao encontro das informações prestadas pelos alunos na prova do ENADE, mostrando que a gestão do curso esta a par das dificuldades dos alunos na prova e das próprias limitações do curso além de ser um indicativo que o ENADE permite fornecer informações fidedignas

Dentro deste contexto é possível perceber que o próprio coordenador demonstra de certa forma que os conteúdos não estão sendo abordados na perspectiva da prova do ENADE, logo, está havendo falhas na práxis curricular que não está conseguindo se adequar as exigências do ENADE.

“Pelo que me lembro, os conteúdos contemplados na prova do ENADE eram muito mais abrangentes (quanto à quantidade) e muito mais aprofundados (quanto à qualidade) se comparados àqueles que o curso disponibilizava aos estudantes na época” (Coordenador 2-RS). Ou seja, este coordenador ressalta a questão do aprofundamento das questões, o que pode ser então uma das dificuldades que os professores podem estar tendo em sua prática na sala de aula. Observa-se, portanto, através das declarações dos coordenadores da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul, a dificuldade de articulação do Currículo do Curso ao que preconiza as Diretrizes Curriculares do Curso de Educação Física. As diretrizes são referenciais às políticas institucionais em relação ao ensino superior.

Estes resultados foram superiores os alcançados nas instituições do Brasil, e também superaram as médias do ano de 2004 apesar de terem obtido o mesmo conceito final do ENADE 4. Devido a este fator é indispensável analisar o ENADE em etapas para poder analisar onde houve melhoras, progressos, e as dificuldades que podem ter baixado as médias

em alguns itens específicos. Acreditamos que esta análise das médias em diferentes itens poderia ser realizada pela gestão do curso para depois discutir quais decisões serão tomadas, pois alcançar o nível 4 e estar superior a média Nacional não significa que não existe falhas em alguns itens, por isso reiteramos aqui a grande proporção de itens que o ENADE alcança por meio da avaliação seja dos conteúdos ou deste questionário.

A tabela 12 traz os resultados do questionário Socioeconômico do curso de Educação Física da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul, permitindo conhecer a satisfação dos alunos acerca da estrutura oferecida pelo curso.

Título da Tabela 12: Questionário Socioeconômico/ condições dos recursos físicos e pedagógicos da instituição e à qualidade do ensino oferecido.

Itens avaliados no ENADE 2007 Universidade Comunitária RS	Ingressantes	Concluinte
Adequação do material de consumo ao número de estudantes	Em todas elas 45%	60%
Condições das instalações físicas	Amplas, arejadas, bem iluminadas e com mobiliário adequado 75%	80%
Atualização dos equipamentos utilizados no curso	Atualizados e bem conservados 75%	80%
Adequação dos equipamentos disponíveis nas aulas práticas ao número de estudantes e adequação do espaço pedagógico.	Em todas elas 40%	45%
Avaliação do currículo do curso	É relativamente integrado 50% Bem integrado 35%	60% 45%
Atualização dos equipamentos de laboratório utilizados no curso	Adequados 60%	65%
Disponibilidade dos professores do curso, na instituição, para orientar extraclasse	A maioria tem disponibilidade 45%	60%
Domínio dos professores para ministrar as disciplinas	Sim, a maior parte deles 55%	60%
Avaliação do nível de exigência do curso	Exigiu na medida certa 45%	Deveria exigir um pouco mais
Principal contribuição do curso	A aquisição de formação profissional	80%
Frequência no uso do microcomputador	Sempre 40%	60%

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora seguindo os dados do Relatório do ENADE (INEP) do curso de Educação Física da Universidade Comunitária do RS de 2007.

No que se refere à adequação do material de consumo ao número de estudantes 45% dos ingressantes e 60% dos concluintes informaram que se faz presente em todos ambientes, já no que se refere às instalações físicas do curso, 80% dos alunos concluintes e 75% dos ingressantes responderam serem arejadas, bem iluminadas e com mobiliário adequado. A atualização de equipamentos de laboratório utilizados no curso foi considerada por 75% e 80% bem conservadas e atualizadas, assim como, apresentou entre 40% e 45% na satisfação em relação à adequação dos equipamentos pelo número de alunos, e a adequação do espaço pedagógico utilizado pelo curso, e também com os materiais de consumo. A utilização dos

computadores foi respondida que é utilizada sempre por 40% dos ingressantes e 60% dos alunos concluintes.

A respeito da avaliação do currículo do curso, entre 35% e 45% dos alunos mencionaram que o currículo é bem integrado e há clara vinculação entre as disciplinas e, entre 50% e 60% alegaram que o currículo é relativamente integrado. As médias foram as mesmas apresentadas em 2004, com esta questão é possível perceber que é necessário que o currículo busque uma maior integração em disciplinas. O curso de Educação Física pode analisar o efeito desta integração ou não das disciplinas no próprio desempenho dos alunos na prova do ENADE, pois as questões são elaboradas seguindo estes princípios que não separam os conteúdos aprendidos por gavetas. Sobre isso a coordenadora 1- SC acredita que: “O ENADE avalia de modo efetivo o currículo e a gestão contribui para melhorias”.

A partir do posicionamento da Coordenadora 1-SC, observa-se de certa forma uma resposta que deixa lacunas que currículo o ENADE avalia e qual gestão contribui para melhorias e quais são efetivamente estas melhorias. Verifica-se se ainda que o processo avaliativo externo não atinge aos reais objetivos, servindo como um mero ato burocrático a ser cumprido pelas Instituições de ensino superior. Por outro lado, o baixo desempenho além da complexidade das gestões encontra inserido num contexto em que as Instituições Comunitárias frente às políticas públicas para o ensino superior.

Acreditamos que este fator seja de extrema importância para o progresso da Universidade enquanto uma instituição que tem compromisso com a sociedade que está inserida e isso se relaciona diretamente com a dedicação de professores, assim também dos próprios alunos em permitir que o conhecimento e os conteúdos ultrapassem as horas-aula do curso e se expandam não ficando restrita a sala de aula.

Sobre a disponibilidade dos professores do curso, na instituição, para orientação extraclasse foi mencionado que a maioria tem disponibilidade por 45% ingressantes e 60,5 dos concluintes. Sobre o domínio dos professores para ministrar as disciplinas, 55% dos ingressantes e 60% dos concluintes responderam que a maior parte deles tem este domínio. No que se refere à avaliação do nível de exigência do curso 45% dos ingressantes responderam que o curso exigiu na medida certa e 50% responderam que o curso deveria ter exigido mais. No que se refere à principal contribuição do curso foi respondida por 75% dos ingressantes e 80% dos concluintes que é a aquisição de formação profissional.

Estas últimas médias apresentadas também foram as mesmas do ENADE de 2004, destacamos aqui que em ambas as provas boa parte dos alunos, 50% dos concluintes informaram que o curso deveria exigir mais, com isso vemos que a gestão do curso poderia

buscar em conjunto com os professores atender esta solicitação feita nas duas edições do ENADE, pois acreditamos que esta possa ser uma mudança mais imediata provinda da metodologia dos professores.

Analisando a prova do ENADE pelos seus itens é possível compreender e analisar pontualmente onde estão as dificuldades, limitações e os pontos positivos dos dois cursos. Acreditamos que com este tipo de análise os coordenadores que já conhecem a sua realidade podem fazer suas interpretações e relações para posteriormente intervir com mudanças para a melhoria do curso seja no âmbito do currículo ou da infraestrutura.

Segundo Limana e Brito (2005, p.10)

Na proposta do SINAES, busca-se compreender o complexo através da compreensão das partes dos componentes. Em outras palavras, cada um dos componentes é analisado de maneira diferente de acordo com suas especificidades, porém o sistema deve ser recomposto para a explicação do todo. Desta forma, vemos a Instituição como um todo (avaliação Institucional, que é o instrumento central, organizador da coerência do sistema); reduzindo a amplitude, vemos o curso (avaliação do curso) e reduzindo ainda mais, é focado o estudante, e em um foco mais reduzido, o desempenho deste através de uma prova o ENADE.

A avaliação externa permite este tipo de ações possibilitando a Universidade ter acesso a informações relativas seja ao conhecimento dos alunos, a aplicabilidade do currículo, a infraestrutura oferecida para o desenvolvimento das atividades do curso, além de fornecer dados acerca do perfil dos alunos, que não explanamos nesta pesquisa, mas que vem junto com o relatório de onde tiramos estes dados trabalhados até o momento. Em conjunto com todos estes dados, a Universidade realiza a sua avaliação interna que irá contemplar outras questões fornecendo ainda mais informações relevantes, para que a avaliação seja um instrumento que promova mudanças na educação superior através da gestão dos cursos.

Além disso, é importante elucidar que o coordenador do curso também participa diretamente do ENADE fornecendo para o INEP após a prova, dados referentes ao curso.

Após a realização de cada ENADE, os coordenadores dos cursos avaliados respondem a um questionário digital para o INEP, em seu *site*, composto de 44 questões alternativas, sendo 07 referentes ao Perfil do Coordenador do Curso, 05 sobre Instalações para funcionamento do curso, 02 sobre a Administração Acadêmica, 03 sobre o projeto do curso, 10 sobre as competências desenvolvidas pelas disciplinas do curso, 04 sobre Atividades articuladas ao ensino de graduação, e um último bloco de questões com 13 perguntas sobre vários aspectos (práticas pedagógicas e instalações, por exemplo) as quais não são agrupadas por tema (AUGUSTO ; BALZAN, 2007, p. 607).

Com isso, vemos que o ENADE também abre portas para a participação dos gestores do curso enriquecendo mais ainda os dados coletados, tendo além da visão dos alunos as perspectivas dos coordenadores que respondem sobre outros questionamentos que não são contemplados na prova do ENADE para os acadêmicos. Fica claro que existe uma integração da comunidade acadêmica no processo de avaliação do ENADE não se restringindo em questões fechadas, mas sim ampliando o campo de discussão.

Quando questionados, se além do ENADE o curso passava por outras avaliações externas e quais as recomendações recebiam destas comissões, o coordenador 1 - RS respondeu que:

Somos avaliados anualmente pela Editora Abril que comunica dizendo o ranqueamento do curso frente a outros cursos do país. Mas o ENADE sem dúvida é a avaliação externa mais impactante para o curso, e a avaliação da Editora Abril apenas classifica, já o ENADE fornece os pareceres.

Podemos perceber que esta avaliação da Editora Abril, de acordo com o coordenador 1- RS, não tem grande impacto sobre o curso justamente por apenas classificar e não fornecer indicadores que possam ser refletidos pela gestão do curso, ou seja possui um caráter mais mercadológico. Acreditamos na importância destes pareceres fornecidos pelos relatórios do ENADE, pois somente tendo noção das partes é que se pode conhecer o todo.

Vemos que o ENADE contempla em seu relatório itens específicos que podem ser analisados pela gestão do curso, bem como a gestão da universidade e a comunidade acadêmica, tendo um caráter educativo que pode promover mudanças de acordo com os resultados, sinalizando as limitações e pontos positivos do curso, todavia esta avaliação feita pela Editora Abril não fornece dados significativos para serem utilizados como um recurso em prol da melhoria da qualidade, já que apenas classifica sem indicadores.

Já o Coordenador 2-RS respondeu que o curso realiza “Pesquisa com os ex-alunos sobre o currículo, mercado de trabalho”. Por sua vez o Coordenador 3-RS respondeu que: “Não recorro de outras avaliações externas no período”.

O coordenador 4-SC respondeu que:

O curso passou por processo de avaliação do CEE em 2010 e as recomendações principais foram a construção de espaços físicos adequados para as atividades específicas do curso e a melhoria da produção científica do colegiado. Outro fator é a solicitação do aumento da carga horária dos docentes, situação esta que não permite contribuir para a melhoria da produção científica e do processo de ensino-aprendizagem.

Na reflexão deste coordenador vemos a relação direta com os itens abordados na prova do ENADE, onde ressalta a melhoria da infraestrutura e a questão dos professores horistas deste curso que influencia diretamente em sua disponibilidade em orientações extra-classes mencionada como um fator a ser melhorado pelos alunos, bem como por prejudicar a produção científica.

É importante destacar que de acordo com o SINAES (2004), a avaliação das instituições de educação superior tem caráter formativo, visando o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição no geral. Isso acontece quando conta com a participação efetiva de toda a comunidade interna e com a contribuição de atores externos da instituição. Sendo assim, a instituição constrói, aos poucos, uma cultura de avaliação que possibilita uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidades acadêmica e social.

Analisando os resultados do ENADE dos cursos de Educação Física da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina fica claro que, tanto em 2004 como em 2007, o curso do Rio Grande do Sul teve conceito 4, considerado bom ficando acima do curso de Santa Catarina que atingiu conceito 3 e também da média Nacional. Como vimos, vários são os itens que são avaliados e destacamos aqui a diferença de infraestrutura destas Universidades pela qual a do Rio grande do Sul apresenta melhores instalações físicas, justamente por ter dentro da própria instituição materiais e espaços como ginásios, piscinas, pista de atletismo e todo aparato para este curso, fator que não ocorre por completo na Universidade de Santa Catarina que faz uso de outros espaços para a realização de algumas disciplinas.

Os acadêmicos deste curso tiveram médias baixas em relação à satisfação destas instalações, todavia em alguns itens ambas os cursos sinalizaram nas duas avaliações do ENADE de 2004 e 2007 as mesmas limitações principalmente no que se refere ao nível de exigência do curso e na diferença de abordagem de conteúdos em relação à prova. Também destacamos aqui como um ponto forte a ser revisto e considerado pelos cursos a integração do currículo.

Após estas análises se faz necessário agora conhecer os resultados das avaliações internas de ambos os cursos pesquisados discutindo outros itens que ainda não foram abordados possibilitando novas reflexões em conjunto com a visão dos coordenadores.

4.2 Avaliações internas dos cursos de Educação Física das Universidades Comunitárias do RS e SC.

Além das avaliações externas, as Universidades efetuam a avaliação interna que é um processo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre a sua própria realidade, com a finalidade de buscar compreender os significados de suas atividades para assim melhorar a sua qualidade educativa (BRASIL, 2004).

O curso de graduação em Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina obteve bons resultados nas avaliações internas, em específico a autoavaliação, efetivadas no ano de 2000 até 2003, ressaltando que apenas em 2003 o conceito obtido foi B nos demais anos manteve a média A. Este curso não participou do PROVÃO nestes anos, como também não houve recomendações, ou descrição de pontos fortes e fracos, que por sua vez ocorreram em outros cursos da mesma Universidade. Observamos que nos outros cursos houve uma diferença muito significativa nas notas das avaliações internas comparadas com o provão, enquanto obtinham conceito D no Provão, na avaliação interna o conceito era A. Não estamos analisando os outros cursos, porém este fator nos chamou a atenção, assim como em outros cursos ocorreu o oposto, conceito mais alto no Provão e inferior na avaliação interna.

No ano de 2009 o curso de Educação Física a avaliação interna registrou uma média de 26% de respondentes, no segundo semestre que avaliaram 22 disciplinas do curso de Educação Física das 46 que compõe a estrutura curricular. O documento fornecido pela Universidade explica que apenas 0,9% dos docentes que ministram as disciplinas neste curso fizeram a avaliação da turma, sendo assim esta dimensão não possui conceito. A avaliação dos alunos para os professores teve conceito “B”, já o conceito atribuído pelos docentes para seus alunos foi “C”, e a avaliação do docente pelo coordenador foi conceito “B”. Os estudantes atribuíram conceito “C” para os laboratórios de informática, anatomia e sala de dança cada um com capacidade para 30 laboratórios. Desta forma, o conceito geral obtido como média geral foi “B”.

Vemos que a avaliação feita pelos acadêmicos teve uma média muito baixa de respondentes sinalizando possivelmente a falta de interesse ou mesmo de motivação dos alunos em participar da avaliação interna. Vemos que o conceito mais baixo estipulado pelos alunos se refere à infraestrutura do curso, podendo ser uma das exigências feitas neste ano, assim como os professores mostraram certa insatisfação com o grupo de alunos atribuindo conceito C.

No primeiro semestre de 2010 o total de respondentes foi de 64% dos alunos, os quais avaliaram 28 disciplinas, sendo que 54% de respondentes professores avaliaram a turma. Na autoavaliação docente, os professores obtiveram conceito “A”, e o coordenador se autoavaliou com conceito “A”, e obteve o mesmo conceito quando avaliado pelo corpo docente. No que se

refere à avaliação docente pelos discentes o conceito foi “A” e a avaliação da turma pelo docente o conceito obtido foi “B”. Na avaliação docente pelo coordenador, o conceito obtido foi “A”. Sendo assim, é possível atribuir uma média geral para o curso de Educação Física o conceito “A”.

Vemos aqui uma grande diferença relativa ao aumento da participação dos alunos e professores na avaliação interna, o que pode ter motivado também os alunos, pois na avaliação anterior houve apenas 0,9% de professores que responderam e possivelmente estes mesmos professores não motivaram seus alunos acarretando na baixa participação. No ano de 2010 além da maioria de professores e alunos terem participado, foi atingido o maior conceito, sinalizando que houve mudanças em um curto período de tempo no curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina.

Vemos que a autoavaliação foi enfatizada na avaliação interna como um instrumento bastante utilizado. Soares (2011, p.2), explica que:

A autoavaliação está intimamente ligada à (re)construção do projeto institucional e do projeto pedagógico, e convoca a todos os membros da comunidade escolar a uma participação efetiva na transformação e melhoria da realidade institucional. O gestor tem o papel fundamental de ajudar na sensibilização dessa comunidade e na institucionalização e aproveitamento dos resultados obtidos da autoavaliação, de forma a corrigir e (re)definir os rumos da história da instituição.

Acreditamos que esta sensibilização necessita começar já na mobilização para a participação destas avaliações para posteriormente discutir em conjunto quais as metas que serão estabelecidas, seus prazos e procedimentos adotados para melhorar o curso e a Instituição. Esta avaliação interna em conjunto com a externa faz da Universidade uma única equipe onde todos podem trabalhar juntos em prol de mudanças que atendam as expectativas da maioria dos membros que fazem parte da instituição.

Já, no segundo semestre de 2010 os discentes não avaliaram nenhuma disciplina, apenas a coordenação do curso avaliou 97% das disciplinas sendo 86% com conceito “A”, e 14% com conceito “B”. O relatório informa que não foi possível realizar nenhuma média geral para este curso devido à ausência de avaliações que seriam imprescindíveis para o conceito final. Devido a procedimentos internos que desconhecemos esta avaliação não foi feita por completa o que notavelmente não possibilitou analisar se houve ou não melhorias no curso.

Na avaliação interna realizada em 2011 no primeiro semestre houve 41% de respondentes que avaliaram as disciplinas que obtiveram a média do conceito “A”. Já no segundo semestre do mesmo ano houve uma média de 36% de respondentes que avaliaram 22

disciplinas obtendo novamente a média “A”. Cabe ressaltar que não houve nenhuma avaliação das disciplinas pela coordenação do curso.

Em 2012 os dados do primeiro semestre mencionam que houve uma média de 47% de respondentes que avaliaram 18 disciplinas do referido curso, já a coordenação do curso avaliou 85% dos docentes por disciplina do semestre. Levando em conta estas análises a média geral atribuída ao curso foi conceito “C”.

Em relação aos procedimentos da avaliação institucional os coordenadores do curso de Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina responderam de forma semelhante que:

Procedimentos: A cada semestre são disponibilizados os instrumentos na internet. Instrumento: Questionário, que abrange questões sobre vários segmentos da universidade. Os acadêmicos, professores e coordenadoresdecisões (Coordenador 4-SC).

Com relação a resposta do Coordenador 1, da Universidade Comunitária de Santa Catarina deixa clara a cultura de avaliação interna que se tem dentro da Universidade, ou seja são disponibilizados e abrange aos diferentes segmentos da instituições eo o resultado é encaminhado para tomada de decisão dos Coordenador. Este posicionamento, deixa lacunas para se questionar e qual a responsabilidade dos gestores da Universidade, do colegiado, do núcleo estruturante, qual a participação dos diferentes segmentos incluindo os acadêmicos.

A Universidade utiliza avaliação institucional como procedimento de avaliação e como instrumento avaliativo e utilizado um questionário online que deve ser respondido pela comunidade acadêmica, incluindo a avaliação de diferentes setores que atendem diretamente os alunos e coordenadores de curso (Coordenador 5-SC).

Vemos que esta avaliação, de acordo com o relato da coordenadora serve como um mecanismo para reflexão com os professores e com a própria gestão para que posteriormente possa ser feita a tomada de decisões. Sendo assim, a avaliação não fornece apenas dados quantitativos e sim resultados que podem emergir em ações que visam à melhoria do curso.

Santos e Simões assim observam:

Além disso, é importante ressaltar que a avaliação dos cursos superiores em Educação Física é um aspecto fundamental para a melhoria da qualidade, porém não suficiente. As medidas efetivas adotadas após este diagnóstico é o que

realmente poderá trazer benefícios à área e este aspecto deve ser tratado com rigor. A qualidade almejada no ensino superior em Educação Física somente será possível quando houver um diálogo claro entre todos os envolvidos diretamente no ensino superior, como alunos, docentes, gestores, legisladores, avaliadores, setor público e setor privado (SANTOS E SIMÕES, 2008, p.271-272).

O curso de graduação em Educação Física da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul utiliza a avaliação online como instrumento de avaliação interna que contempla a avaliação dos alunos referente às disciplinas, do corpo docente, da coordenação. Esta avaliação não é publicada pela Universidade, sendo somente o coordenador do curso que tem acesso as notas obtidas e as avaliações descritivas de cada disciplina/professor realizadas pelos acadêmicos. Além da coordenação do curso o professor também tem o acesso às avaliações de suas respectivas disciplinas.

A Universidade não disponibiliza online em seu site os dados da avaliação interna dos diferentes cursos, realizando e publicando apenas a avaliação de toda a Universidade. Sobre isso, o relatório informa que no segundo semestre de 2011 foram avaliados os quesitos que contemplam as condições de ensino e de aprendizagem, a avaliação da infraestrutura, a avaliação pelos Funcionários, a avaliação por alunos concluintes, pelos professores, pelos alunos contemplando também a autoavaliação dos alunos e professores e a avaliação das turmas pelos professores. Sobrinho (2008, p. 201) explica que

A avaliação institucional deve ser um empreendimento que busque compreender de modo articulado as diversas dimensões de uma instituição. É impossível abarcar a totalidade de uma só vez, mas deve haver um esforço metodológico de compreensão da globalidade feita através da articulação do entendimento das partes que vai sendo construído. Dizendo de outro modo: a inteligência das partes deve estar relacionada com a busca de compreensão do todo. Reciprocamente, a perspectiva da totalidade ajuda a melhor entender os sentidos das partes. As informações e os significados produzidos na atividade avaliativa devem ser a base para as ações de melhoria da realidade em foco.

O total de alunos de toda Universidade que participaram desta avaliação interna compreende 47,89%, que teve como resultado a média de avaliação dos professores pelos alunos 4,25 e a média de Autoavaliação foi de 4,32. Já os professores de toda Universidade que realizaram a avaliação corresponderam a 70,35% tendo como média de autoavaliação 4,43 e média das turmas avaliadas pelos professores de 4,09. No relatório de avaliação um gráfico sinaliza que a participação de alunos aumentou nos últimos anos partindo de 17% de avaliações em 2002 até 47,9% em 2011, já por parte dos professores o índice vem se mantendo em torno de 70% nos últimos anos tendo um destaque de 78% de participações de avaliação no ano de 2004 que foi a que obteve maior índice de participação dos professores.

A avaliação interna ou autoavaliação tem como principais objetivos produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade (SINAES 2004, p.5).

De acordo com o relatório apresentado pela Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul, a análise das informações e programação de intervenções são feitas pelos professores, gestores e colegiados com apoio da Pró-Reitoria Acadêmica e do Programa de Formação de Professores. Consta no relatório da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul as ações que são tomadas após estas avaliações destacando que são realizadas revisões dos Projetos de Curso, discussão e análise dos resultados das avaliações junto aos professores, Identificação de boas práticas/iniciativas que podem ser disseminadas, capacitação dos docentes, melhorias na infraestrutura, atualização do acervo da biblioteca, qualificação do atendimentos aos alunos e professores, melhorias na comunicação interna e melhorias nos processos de gestão.

Nesse sentido, é fundamental a visão de conjunto dos envolvidos no processo educativo, considerando-se ainda uma análise das condições em que estas instituições funcionam para compreensão da complexidade dos resultados obtidos e contribuição para a construção de possibilidades a partir desses resultados, e não meramente classificação de instituições, impossibilitando-se assim a mudança, aspecto imprescindível em qualquer processo de avaliação (SOBRINHO, 2008, p.197).

Os coordenadores foram questionados quando aos procedimentos de avaliação interna utilizados pela Universidade no curso de Educação Física e a participação dos diferentes segmentos que compõem à comunidade universitária. Sobre isso os coordenadores da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul responderam que. Coordenador 1-RS: Avaliação Institucional: 1) Avaliação externa dos cursos; 2) Auto avaliação (avaliação online):

O instrumento mais evidente, e que pode ser relatado neste caso, é a denominada “Avaliação On-Line”, realizada semestralmente com a participação dos discentes e dos docentes de todos os cursos de graduação. Os discentes respondem questões sobre as disciplinas que frequentam (atuação do professor, conteúdos abordados, metodologia empregada, procedimentos de avaliação, etc.), sobre as condições de infraestrutura e materiais disponibilizados, bem como sobre a sua própria participação como estudante. Do mesmo modo, os docentes também respondem a um questionário específico onde, para além de aspectos relacionados à infraestrutura e materiais, avaliam a participação dos estudantes e,

evidentemente, a sua própria atuação em cada disciplina que ministra (Coordenador 3-RS).

A Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul tem na Avaliação-Online um suporte para conhecer o grau de satisfação dos seus alunos desde a infraestrutura oferecida quanto à própria metodologia do professor, inclusive os procedimentos de avaliação. Acreditamos que estes dados fornecem informações valiosas para o corpo docente do curso, e, em especial para a gestão deste que visualiza se os procedimentos adotados ao longo do ano ou do semestre atendem as necessidades e expectativas dos acadêmicos. O mesmo processo ocorre com os professores que também realizam estas avaliações, fornecendo ainda mais dados para que a gestão do curso em comunhão com todos os membros que fazem parte deste possam elaborar ações, propostas e metas que sejam possíveis de atingir.

É preciso considerar, no entanto, que na perspectiva de melhoria da qualidade das atividades institucionais, as instituições educativas e seus sujeitos não podem permanecer alheios aos processos avaliativos, é preciso conhecer os propósitos e os conceitos teóricos que permeiam os programas de avaliação, assim como os seus resultados, de modo que a avaliação possa promover melhorias constantes nos processos e nos padrões estabelecidos nas instituições (FONSECA, OLIVEIRA, AMARAL, 2008, p.25).

Após a análise dos itens que contemplam a prova do ENADE do ano de 2004 e 2007 dos cursos de Educação Física das duas Universidades Comunitárias estudadas, e da apresentação das médias atingidas na avaliação interna dos últimos quatro anos traremos a seguir as respostas dadas pelos quatro coordenadores que estiveram à frente da gestão destes cursos nos últimos anos. Com os questionários e entrevistas feitas com os coordenadores esta pesquisa buscou investigar quais são as providências tomadas pelos coordenadores dos cursos de Licenciatura em Educação Física das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, após o resultado do ENADE e dos procedimentos avaliativos do curso decorrentes das visitas do Conselho Nacional de Educação.

4.3 Ações dos coordenadores dos cursos de Educação Física das Universidades Comunitárias do RS e SC frente ao processo avaliativo.

Iniciamos as análises das ações que os coordenadores dos cursos de Educação Física da Universidade Comunitária do Ri Grande do Sul e de Santa Catarina estão efetuando a partir dos resultados advindos inicialmente das avaliações internas, posteriormente abordaremos as ações realiza após o recebimento dos conceitos e relatórios do ENADE.

Acreditamos na importância da avaliação como um meio para ajudar a retratar a realidade do curso por meio dos acadêmicos que dele fazem parte, assim também para gerar ações e reflexões com os resultados atingidos. Acreditamos que estas tomadas de decisões partam inicialmente da gestão do curso que em conjunto com professores, alunos e com a Instituição no geral possam melhorar a qualidade de ensino do curso. Para isso, a elaboração da avaliação interna precisa ser feita levando em conta a comunidade acadêmica e a sua realidade.

Para conseguir eficiência no processo de avaliação interna, é preciso realizar o planejamento das ações mediante plano de trabalho que inclua cronograma, distribuição de tarefas e recursos humanos, materiais e operacionais. A metodologia, os procedimentos e os objetivos do processo avaliativo devem ser elaborados pela IES segundo a sua especificidade e dimensão, ouvindo a comunidade, e em consonância com as diretrizes da Conaes (SINAES, 2004, p.12).

Quando os coordenadores foram questionados sobre em que medida os procedimentos internos de avaliação influenciam à tomada de decisão por parte dos Gestores da Universidade e especificamente da Coordenação do Curso de Educação Física, o coordenador1-RS respondeu que: “Os resultados da avaliação on-line, sobretudo, o histórico da avaliação pode influenciar a tomada de decisão em conjunto com outros comportamentos observados durante determinado período. Trata-se de um instrumento, mas não é o decisivo”.

Sobre estas ações este coordenador ainda completou que, “No que se refere às avaliações do corpo docente, para os professores que vem apresentando sempre bons resultados apenas parabenizamos e passamos essas informações, porém os que seguidamente apresentam críticas são chamados para uma conversa individual”.

Vemos que este coordenador acredita na possibilidade de mudanças por meio da avaliação interna, porém ressalta que este não deve ser um instrumento isolado que não é decisivo. Também acreditamos, assim como este coordenador, que as tomadas de decisões perante os resultados obtidos precisariam ser refletidas em conjunto com outras ações que podem ter alertado a gestão do curso sobre dificuldades, falhas ou limitações que não foram contempladas nas questões da avaliação on-line.

No que se refere à avaliação do corpo docente, fica claro que existe uma tomada de decisão por parte da gestão, que é a conversa com os professores pelos quais houveram reclamações ou sugestões por parte dos acadêmicos, e sendo assim, também é efetivado além desta ação em benefício da melhoria do corpo docente, um retorno para as próprias

solicitações dos alunos do curso sendo um ponto positivo para a motivação para participarem das avaliações. De acordo com Galdino:

No entanto, para que a autoavaliação institucional se constitua referência para a qualidade do trabalho de gestão e planejamento, torna-se necessário que todas as etapas da autoavaliação aconteçam de forma planejada, participativa e transparente a todos os segmentos envolvidos, configurando a clareza do processo necessária à criação da cultura avaliativa permanente (GALDINO, 2011, p.13).

As ações realizadas com a avaliação interna são explicitadas por outro coordenador do curso de Educação Física da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul, e neste caso a tomada de decisão após a avaliação on-line ocasionou no afastamento de dois professores do curso mostrando que, além das conversas com os professores na tentativa de melhorias nas disciplinas que eles ministram, existe uma ação que soluciona o problema de forma mais efetiva. O coordenador explica que o desligamento ocorreu após de algumas avaliações consecutivas, ou seja, foi um processo de longo prazo, mas com ações concretas.

Até segundo semestre de 2007, poucas ações eram tomadas, no âmbito institucional, a partir dos resultados das avaliações internas. No que se refere à coordenação do curso, nossas providências foram no sentido de conversar individualmente com cada professor, ouvindo as suas considerações relativamente às suas disciplinas e aos resultados da Avaliação On-Line. A partir disso, foram combinadas estratégias para superar as dificuldades apresentadas e um prazo para o alcance desses objetivos. Houve evolução na maior parte dos casos. No entanto, dois professores acabaram sendo desligados da Universidade depois de reiteradas avaliações negativas em semestres consecutivos, e diante da sua incapacidade de superar as dificuldades. Outra estratégia utilizada, especificamente pela coordenação do curso, foi a técnica Delphi, que contou com a participação de professores, estudantes e egressos do curso em três etapas de questionários. Os resultados dessa pesquisa orientaram, na época, a reestruturação do projeto pedagógico do curso (Coordenador 2-RS).

Vemos que houveram ações mais concretas no que se refere o desligamento de dois professores provindo de avaliação online negativas, porém acreditamos que estas ações forma em tomadas em conjunto tendo como referência outros aspectos de caráter interno na Universidade que foram reiterados pela avaliação, ou seja a avaliação foi um instrumento que gerou a discussão para esta ação, todavia não é decisiva.

A técnica de Delphi que utilizou questionários com professores, egressos e estudantes foi um instrumento que ocasionou numa reflexão seguida de uma ação de grande importância que é a reestruturação do projeto pedagógico do curso. Como o curso, estudantes, professores, e a Universidade no geral estão em constante processo de mudança, se faz necessário rever o

projeto do curso para saber aonde precisam ser feitas alterações que venham acarretar na melhoria do curso.

A autoavaliação institucional não se constitui apenas em instrumento de recolhimento de informações a ser apresentado a instâncias superiores. Ela representa uma ferramenta imprescindível ao trabalho do gestor, pois monitora a qualidade do desempenho institucional promovendo o planejamento consciente com base no diagnóstico sobre os pontos críticos que merecem prioridade. Esse planejamento acaba por legitimar o processo de avaliação interna ao demonstrar para os segmentos envolvidos que os mesmos estão contribuindo para o desenvolvimento institucional, através da consideração de suas participações (GALDINO, 2011, p.14).

Já o coordenador 3- RS respondeu que realizam “Reuniões pedagógicas, entrevista com cada professor sobre as potencialidades e habilidades, cursos de capacitação docente.” Vemos uma ação positiva nesta capacitação docente, pois além de atingir diretamente na melhoria de qualidade do professor, conseqüentemente vai influenciar no aprendizado do aluno.

Sobre esta oferta de cursos de capacitação docente acreditamos ser um aspecto significativamente positivo para os cursos no que tange a melhoria da qualidade.

A capacitação de professores tem sido apontada como um dos pré-requisitos fundamentais para a melhoria da qualidade do ensino. Se há estudos que ressaltam a sua importância, considerando-a como uma variável que tem um impacto diferencial no rendimento de aprendizagem dos alunos, outros, reconhecem a imensa dificuldade em realizar cursos eficazes, que atinjam a maioria dos profissionais (DUARTE,2004,p.140).

O coordenador 4-SC respondeu a questão sobre as tomadas de decisões efetivadas com as avaliações internas dizendo que: “Permitem que pontos positivos e negativos sejam apontados e que sejam discutidos com os pares. A possibilidade de mudanças pedagógicas é maior do que as mudanças de infraestrutura”. Observa-se que a resposta não apresenta concretamente qualquer ação oriunda do processo avaliativo interno. Por outro lado, deixa claro que as mudanças pedagógicas são maiores que a mudança em termos de infraestrutura. Verifica-se uma fragmentação entre o pedagógico e a infraestrutura., como se a mesma não tivesse influência no processo pedagógico, uma vez que a infraestrutura é um meio e o pedagógico é o fim. No momento em que as mudanças de infraestrutura encontram-se emperradas o pedagógico encontra-se comprometido

A questão da reflexão e discussão dos resultados é de extrema relevância para efetuar as mudanças necessárias. Destacamos aqui que a mudança na área pedagógica de acordo com

a coordenadora é mais viável de realizar do que mudanças de infraestrutura. Em ambos os cursos estudados nesta pesquisa as questões referentes a infraestrutura não são problemas na visão dos acadêmicos que se mostraram satisfeitos nas avaliações do ENADE em 2004 e 2007. A mudança pedagógica nós acreditamos que possa ser mais imediata seja com a reflexão conjunta daquilo que está dando certo ou errado, com alterações na metodologia do professor e até mesmo no currículo.

A avaliação externa é a outra dimensão essencial da avaliação institucional. sicontribuir para o auto-conhecimento e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela IES, também traz subsídios importantes para a regulação e a formulação de políticas educacionais. Mediante análises documentais, visitas *in loco*, interlocução com membros dos diferentes segmentos da instituição e da comunidade local ou regional, as comissões externas ajudam a identificar acertos e equívocos da avaliação interna, apontam fortalezas e debilidades institucionais, apresentam críticas e sugestões de melhoramento ou, mesmo, de providências a serem tomadas – seja pela própria instituição, seja pelos órgãos competentes do MEC (SINAES, 2004).

Sobre as reflexões feitas acerca da avaliação internas o coordenador 5-SC sinaliza que: “Os resultados das avaliações internas são discutidas no âmbito das reuniões de colegiados (quando possível) e no âmbito individual (quando necessário) para a partir de análises, considerar os resultados procedentes”. A resposta da Coordenador 5 da Universidade Comunitária de Santa Catarina, deixa bem claro os impactos dos processos avaliativos em termos de tomada de decisão. O docente deixa claro que os resultado são encarados de maneira vaga e imprecisa, ou seja entram em pauta nas renuões de colegiado quando possível, e quando necessário individual e a partir de analises considerar seus resultados.

Vemos que a avaliação externa completa a avaliação interna, contemplando novos dados que permitam reflexões mais aprofundadas. Em relação à análise do ENADE que os coordenadores fazem enquanto componente de um processo avaliativo frente ao currículo e gestão do Curso de Educação em sua Instituição, o coordenador 1-RS respondeu que: “O ENADE avalia de modo efetivo o currículo e a gestão contribui para melhorias”. Esta resposta que efetividade acontece a partir da avaliação do ENADE em termos de currículo, bem como, qual gestão do curso, da universidade, curso/universidade em prol da melhoria do curso.

Esta coordenadora menciona a importância do ENADE em relação à avaliação do currículo do curso, também acreditamos que este seja um dos pontos positivos do ENADE, pois através dele é possível refletir sobre a influência do currículo na aprendizagem dos alunos, se há a necessidade de alterá-lo de focar em determinadas disciplinas das quais os alunos que responderam a prova do ENADE encontraram mais dificuldade, ou manter a mesma estrutura curricular que satisfiz os alunos do curso. Além disso, os alunos concluintes

e ingressantes respondem uma questão acerca do currículo o que permite também que a gestão do curso avalie a aceitação dos alunos do curso.

Já o coordenador 2- RS respondeu que “A instituição sempre acompanha os processos avaliativos. As questões são analisadas nas diferentes áreas de conhecimento e discutidas em reunião”.

De acordo como coordenador 3- RS:

A primeira participação do curso no ENADE foi justamente na nossa gestão. Tudo era muito recente e as informações que recebíamos eram notadamente desconstruídas. Tudo que podemos fazer foram algumas reuniões com os estudantes, cujas pautas referiram-se desde aspectos técnicos da prova até assuntos específicos da área, e que poderiam ser contemplados na prova. Sendo assim, apesar de considerar um importante instrumento de análise do currículo e da gestão do curso, pouco se fez à época nesse sentido.

Vemos que este coordenador fez parte da primeira avaliação do ENADE do curso de Educação Física e que já efetivou ações prévias de discussão com os alunos preparando-os para a prova. Acreditamos que isso já motiva os alunos e salienta sobre a importância desta avaliação para o currículo. Esta análise do currículo é uma ação pela qual os coordenadores da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul vêm efetivando com destaque após o recebimento do relatório do ENADE, mostrando que esta tomada de decisão pode acarretar em mudanças pedagógicas que permitam melhorias no curso. Acreditamos que por ser a primeira participação do curso de Educação Física da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul no ENADE poderia haver informações acerca da avaliação distorcidas e/ou reduzidas, que poderiam interferir no próprio desempenho dos alunos e nas ações posteriores da coordenação do curso.

Devido a este fator do coordenador do curso ter mencionado que algumas informações eram desconstruídas e conseqüentemente ocasionar possíveis falhas neste processo Fonseca e Foster (2008, p. 05) expõem que:

Como se sabe a política de avaliação implantada através do SINAES se sustenta numa perspectiva emancipatória. Mesmo assim alguns fatos e a forma como os resultados são divulgados dão margem a que se façam leituras reduzidas à dimensão quantitativa que possibilitam a hierarquização. Assim, mesmo considerando a inevitabilidade dessa situação, cabe às IES e aos cursos, fazerem uma análise aprofundada e rigorosa de todos os dados disponibilizados no relatório, e, considerar que o ENADE é parte do SINAES, representando uma parcela de todo um processo que precisa ser visto de forma mais global, o que pode permitir uma análise mais qualitativa.

Estes autores acreditam, assim como nós, que o ENADE fornece dados diferentes e valiosos que para dar sentido à avaliação, é necessário que as Instituições de ensino superior promovam ações, analisem, reflitam qualitativamente os resultados, caso contrário o SINAES é reduzido a um simples sistema que classifica e divulga os resultados na mídia.

Todavia indo de encontro a estas opiniões dos demais coordenadores, o coordenador 5-SC mencionou que:

ENADE, Mecanismo de avaliação reguladora e diagnóstica. Mantida pelos setores da educação brasileira em nível superior. Também pode ser entendido como fator que estabelece um ranqueamento do ensino superior, onde instituições de diferentes naturezas, públicas, privadas e comunitárias são colocadas/avaliadas sob os mesmos critérios, mas em condições concretas diferentes.

Este coordenador faz uma reflexão acerca do ENADE com uma concepção diferente dos demais. Destacamos também que este coordenador assumiu a gestão antes do ENADE entrar em vigor de 2000 até 2002, bem como retornou à gestão no ano de 2006 até 2008. Consideramos que se a avaliação não for trabalhada na perspectiva de diagnosticar para intervir, ela realmente acaba tornando-se um mero instrumento de controle. Todavia o ENADE faz parte de uma política de avaliação que busca a melhoria da qualidade e cabe as Universidades efetuarem ações com os resultados para que estes sejam significativos para a comunidade acadêmica.

No que se refere ao ranqueamento abordado pelo coordenador, Calderón, Poltronieri e Borges (2011, p.820).

Dos três instrumentos de avaliação, o Enade adquiriu grande destaque no Ministério da Educação e na mídia, emergindo novamente os rankings, apontados por Dias Sobrinho (2010) e Brito (2008), como uma atitude equivocada da mídia. Assim, diferentemente do que propunham os seus formuladores, o Enade acabou sendo tomado como principal fonte de informação para a formulação dos índices de qualidade.

Os sujeitos da pesquisa foram questionados para saber se existe um espaço para discutir estes pareceres e os resultados do ENADE com o corpo docente, discente e Gestores da Universidade. Sobre isso o coordenador 1- RS respondeu que: “Geralmente os resultados são discutidos no colegiado do curso e no núcleo docente estruturante que forma pequenas comissões para intervir junto a professores e alunos”. Já, o coordenador 2-RS respondeu que: “Sim com reuniões de gestores, reunião com os professores e debates com os alunos.

Ambos os coordenadores explicam que existe um espaço para discutir sobre os resultados do ENADE, seja no colegiado formado por professores e alunos representantes do curso ou com debates diretos com os alunos. Esta reflexão é fundamental para que a avaliação não se torne apenas uma vitrine que expõe notas e conceitos na mídia e sim efetue as suas funções em prol da melhoria do curso e da instituição. Para isso, as ações da gestão dos cursos que são avaliadas necessitam tomar decisões como estas, as quais os coordenadores participantes desta pesquisa vêm efetuando.

Já o coordenador 4-SC respondeu que:

Primeiro ocorre uma discussão com o Núcleo de Apoio Pedagógico (PROAPE), coordenadores de curso e coordenador de graduação. Após isso, a discussão deve ir para o colegiado de curso (docentes e discentes). Porém, na prática não se efetiva, porque nem sempre há a presença da totalidade dos docentes e discentes nas reuniões.

Através da resposta do Coordenador 4-SC, verifica-se que o Núcleo de Apoio Pedagógico toma para si uma discussão inicial a respeito do resultado do processo avaliativo para posteriormente ir ao colegiado de curso. Não deixando claro qual o compromisso dos gestores da Universidade em relação a tais resultados. Entretanto, fica bem claro a lacuna nos colegiado de curso frente a presença nos momentos de vital importância para os mesmos. Percebe-se a ausência por parte do corpo discente nesta discussão.

Sobre isso o coordenador 5-SC completou que: “Os resultados do ENADE são apresentados e discutidos pelos respectivos colegiados de curso. Após encaminhamentos dos setores gestores da Universidade”. A partir do depoimento do Coordenador 4-SC, percebe-se incipiência em relação às discussões e falta de objetividade em relação aos setores da Universidade em relação aos encaminhamentos.

No que se refere às funções do colegiado Gonçalves explica que:

Em relação às atribuições, além daquelas que seriam próprias a uma coordenação didática, como: elaboração curricular, determinação de disciplinas, seus conteúdos, número de créditos, integração de pilanos, etc " acrescentam-se, também a fiscalização de docentes, de horários e decisão sobre matrícula por transferências, reopção ou suficiência (GONÇALVES, 2007,p.83).

No curso de graduação em Educação Física da Universidade Comunitária de Santa Catarina as ações são semelhantes baseadas em reflexões com o colegiado e também com o coordenador da graduação, porém de acordo com a informação prestada no questionário, não

existe um retorno da participação de alunos e professores nestas discussões, o que possivelmente prejudica a futura tomada de decisões.

Acreditamos que a presença de todos os membros que compõe o colegiado, bem como a coordenação do curso e os professores é primordial na medida em que as estratégias de mudanças serão tomadas e discutidas em prol da melhoria da qualidade. Trabalhar com a totalidade destes membros beneficia todo o curso e instituição na medida em que cada um apresenta sua visão e desenvolvem estratégias em conjunto que atendam a necessidade dos alunos e que estejam de acordo com as condições de trabalho dos professores bem como com os objetivos das Instituições.

Quando os coordenadores de ambos os cursos foram questionados quando as mudanças que decorriam dos processos avaliativos internos e externos da avaliação o coordenador 1-RS respondeu que:

Procura-se reavaliar desde as ementas de disciplinas específicas, conteúdos programáticos, referências bibliográficas, até reforma curricular e métodos de avaliação das disciplinas finais do curso como os estágios. Providências de infraestrutura e pessoal também são tomadas.

Sabemos que este processo de mudanças requer um conhecimento acerca dos recursos que a Instituição oferece tanto de apoio quanto financeiros para promover estas mudanças.

É preciso considerar que a ação do docente, em qualquer processo de reforma curricular, estará sempre contextualizada pela própria institucionalização da reforma que se quer estabelecer, e que tal implantação depende, para ter sucesso, da forma como os órgãos gestores de uma faculdade ou universidade exercem sua vontade política. Implica, portanto, relações de poder (MOURÃO et.al, 2007, p.183-184).

As mudanças planejadas ou efetuadas contemplam um grande campo de discussão e de possibilidades que vai, desde a ementa da disciplina, até mudanças de infraestrutura, ou seja, as ações estão sendo propostas em diferentes focos do curso de Educação Física nesta Universidade. Acreditamos que estas sejam propostas possíveis de serem alcançadas e que ajudarão na melhoria do curso, desde que exista a colaboração e participação dos membros envolvidos com a Universidade, porém estas ações na nossa visão partem inicialmente da gestão do curso que analisa os resultados das avaliações em seu curso específico para posteriormente mobilizar mudanças.

Já o coordenador 2-RS respondeu que: “Compromisso da instituição e dos gestores, coordenadores e professores perante ações a serem tomadas e planejamentos estratégico para mudanças a curto e longo prazo”.

Observamos nesta fala deste coordenador que ele acredita que a Instituição em conjunto com os gestores tem o compromisso com a elaboração destas ações, ou seja, a responsabilidade de utilizar a avaliação como um recurso positivo que melhore na qualidade da educação superior depende de toda a equipe que faz parte de uma IES, apesar do gestor ter grande responsabilidade acerca das tomadas de decisões por estar à frente de seu curso e conhecer a realidade deste.

O gestor universitário deve ter uma preocupação constante com o desenvolvimento de suas competências gerenciais e também as competências de sua equipe, pois sua responsabilidade pelo futuro da instituição é muito grande, principalmente num mercado em constante mudança, suas decisões podem ser determinantes para o sucesso ou fracasso da Instituição em que está inserido (Mastella, 2008, p.5).

O coordenador 3-RS explicou que:

Houve um semestre (não sei precisar qual, mas me parece que foi no primeiro de 2007) em que uma comissão da Universidade conversou com os coordenadores a respeito dos resultados da Avaliação On-Line, visando a reunir informações sobre o alcance, ou não, dos seus objetivos. Embora a proposta tivesse algumas finalidades específicas (contribuir com a evolução dos procedimentos de avaliação e com a qualificação dos próprios cursos), depois da coleta de informações com os coordenadores não foram tomadas providências na prática. Especificamente na nossa gestão na coordenação do curso, reitero os aspectos apresentados na questão 3.

Temos aqui uma informação relevante sobre as ações feitas com as avaliações que não partem da gestão do curso, e sim, de uma comissão da Universidade. Porém, de acordo com o coordenador, esta comissão não efetuou mudanças na prática com os dados que coletaram dos coordenadores dos cursos. Vemos que existe aqui uma falha da própria Instituição em não prosseguir com este trabalho de coleta de informações dos coordenadores, porém é uma iniciativa positiva da Universidade, apesar de não ter ocasionado ações em 2007.

No que se refere à importância de dar continuidade com os resultados obtidos na avaliação,

É preciso sensibilizar a comunidade acadêmica através de ações concretas sobre a necessidade de estabelecimento de novas diretrizes, de (re)construção dos caminhos rumo à excelência acadêmica. O processo de autoavaliação institucional realizado de forma participativa, com a eficiência e a continuidade

que o mesmo requer se constitui importante meio para a promoção de mudanças (GALDINO,2011,p.11).

Ainda sobre a questão das mudanças ocasionadas após os resultados das avaliações, o Coordenador 4- SC respondeu que:

Quando se trata de mudanças estruturais e/ou de infraestrutura a mudança é lenta, devido ao atual processo que se encontra a Universidade. Em relação às mudanças de cunho pedagógico procura-se melhorar os pontos negativos e ampliar os positivos. Neste ano obtivemos bastante produção em termos de projetos de extensão e pesquisa, fato que certamente é decorrente tanto da exigência das avaliações quanto do entendimento da importância da articulação ensino, pesquisa e extensão.

Acreditamos que as mudanças de infraestrutura são um processo mais lento, porém nas avaliações do ENADE os alunos concluintes e ingressantes se mostraram satisfeitos com a infraestrutura oferecida pelos cursos de ambas as Universidades pesquisadas. Estas mudanças também são necessárias ainda mais quando se refere ao curso de Educação Física, porém pelo que percebemos nas respostas dos alunos do questionário socioeconômico do ENADE, as mudanças necessárias estariam diretamente ligadas ao cunho pedagógico. Na Universidade Comunitária de Santa Catarina houve uma avaliação do Conselho Estadual de Educação que destacou a falta de produção e publicação de artigos pelo curso, vemos que a coordenação do curso sinaliza este fator mencionando que houve melhoras devido a esta avaliação.

Ressaltamos aqui que para a produção de pesquisa também é necessário uma boa infraestrutura seja no acervo bibliográfico, como em laboratórios de pesquisa para a produção destas pesquisas, sendo assim acreditamos que as mudanças pedagógicas estão diretamente relacionadas com a infraestrutura oferecida pelas Instituições. A Universidade precisa gerar recursos financeiros para tal, porém por mais que a avaliação da produção de material científico tenha sido precária neste curso, não significa que a relevância de produzir ultrapasse a qualidade da pesquisa no ensino superior, ou seja, produzir apenas com caráter meritocrático.

Quando a universidade distribui recursos internamente, estimula áreas de pesquisa, monta laboratórios ou contrata, ela se envolve inevitavelmente com julgamentos de qualidade e relevância. Hoje, assistimos a uma mudança da política nacional de financiamento, cujo critério dominante parece deixar de ser a qualidade para passar a ser a relevância (Fórum de Reflexão Universitária, 2002,p.19).

Já o coordenador 5-SC acredita na responsabilidade da coordenação do curso gerar ações com estes resultados. “Quando possível esses resultados são colocados em prática,

através principalmente das coordenações de curso que também intermediam outras questões junto aos setores e gestores da Universidade”. Ao se posicionar quando possível verifica-se a falta de objetividade por parte dos gestores em relação às ações, bem como o gerenciamento junto aos setores da Instituição. Verifica-se portanto, que a gestão do curso de certa forma assume os méritos e fracasso, não deixando claro que a gestão do curso passa pela gestão da própria universidade.

Vemos que a coordenação do curso tem autonomia para disciamentoutir os resultados das avaliações, assim como acreditamos que estão a par destas em todos os itens listados nas tabelas que constam no ENADE, todavia sabemos que a gestão do curso trabalha em conjunto com toda a instituição Universitária, sendo então uma discussão conjunta que possa gerar ações que estão de acordo com as necessidades e o perfil da sua IES.

O coordenador de curso, um gestor que atua na linha de frente da organização educacional, desenvolve um papel que assume diferentes matizes, dependendo da estrutura organizacional e do modelo de gestão adotado pela instituição onde atua (SALVI,2007,p.5).

Ao analisar as ações feitas pelos coordenadores dos cursos é possível perceber que existe uma mobilização promovida pelos resultados do ENADE enfatizados por sua vez no processo pedagógico dos cursos de Educação Física, ou seja, de acordo com os gestores entrevistados as mudanças ocorrem a partir de reuniões com professores que podem vir a rever sua metodologia, e outras providências destinadas a análises dos currículos de ambas as Universidades.

O projeto de ambos os cursos não contempla a função dos gestores perante as avaliações internas e externas, logo é preciso destacar que cada Universidade pode seguir rumos específicos enquanto estas ações, mesmo que estas sejam Comunitárias, isto é relativo ao perfil do coordenador do curso que esta a frente na gestão no momento do recebimento dos relatórios do ENADE.

As instituições de ensino superior são organizações complexas e a própria diversificação de suas missões dificulta a adoção de um modelo de gestão, tendo em vista que esta deve acontecer em consonância com as especificidades da IES, respeitando sua natureza jurídica e sua proposta institucional (GALDINO, 2011, p.10).

No decorrer deste capítulo discutimos as avaliações externas e internas que os cursos de Educação Física das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina participam. Vemos que a avaliação interna tem grande enfoque na avaliação on-line e que

ambos os cursos buscam analisar estes resultados que são mais pontuais e específicos de cada realidade. O ENADE vem como a avaliação externa proporcionar aos gestores do curso, bem como da própria universidade. O conhecimento de outras informações referentes ao desempenho de seus alunos e às respostas destes acerca da satisfação com o currículo, infraestrutura, entre outros itens que permitem aos gestores delinear um caminho a seguir em prol da melhoria do curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar esta pesquisa, tinha uma concepção de certa forma simplista da avaliação no ensino superior, seja por desconhecer os instrumentos do SINAES em sua complexidade, bem como as diferentes visões de autores que abordam o tema, fazendo com que minha concepção mudasse, partindo para uma reflexão mais profunda. Esta pesquisa foi além nas minhas expectativas, no momento em que causou uma nova reflexão a respeito da avaliação na pesquisadora permitindo desenvolver a pesquisa partindo de novos interesses e questionamentos.

Consideramos que a avaliação é vista muitas vezes pelo senso comum desarticulada do processo de ensino, como se esta fosse apenas uma ferramenta de controle e publicação de resultados destituídos de significados. Todavia com esta pesquisa foi possível verificar a relevância deste instrumento no ensino superior como meio para mudanças em prol da melhoria de qualidade. Além disso, ficou claro que o ENADE, bem como a avaliação interna estão articuladas, partindo da premissa que se completam e atingem diferentes campos de interesse que ao serem analisadas individualmente e posteriormente em conjunto possibilitam que seja efetuado o diagnóstico para posteriormente executarem um planejamento com ações coerente referente aos processo avaliativo de acordo com a realidade de cada curso e Universidade.

Pensar em avaliação requer reflexão sobre a práxis Só é possível tornar os resultados das avaliações significativos se estes vierem acompanhados de ações que visem corrigir o que não está dando certo na instituição como um todo, seja na aprendizagem dos acadêmicos, na metodologia do professor, na forma de trabalhar o currículo, ou na infraestrutura oferecida pelo curso, portanto a mesma perpassa à gestão do curso e envolve os diferentes segmentos da universidade.

Esta dissertação de mestrado teve como questão problema a investigação das ações dos coordenadores dos cursos de Licenciatura em Educação Física das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina frente aos resultados dos procedimentos avaliativos internos e externos.

Estudando pesquisas acerca da temática da avaliação do ensino superior, pudemos dialogar que assim como nós, acreditam no poder da avaliação no ensino superior em prol da melhoria da educação numa perspectiva de qualidade social, desde que esta seja utilizada como um meio para efetivar mudanças, ou seja, que os resultados das avaliações se transformem em futuras ações na intenção de corrigir o que não está dando resultados

positivos, bem como e evidenciar os acertos. Entretanto, observa-se que a avaliação muitas vezes não está sendo utilizada nesta perspectiva, levando-a para uma prática de controle e divulgação dos resultados pela mídia, ou seja, enfatiza-se de forma descontextualizada o ranqueamento das instituições de ensino superior.

Diante de todos os dados coletados, tendo como referência a revisão de literatura, as análises documentais e os questionários com os sujeitos das pesquisas possibilitou refletir sobre nosso objetivo geral, que foi analisar as ações implementadas pelos coordenadores de cursos de Licenciatura em Educação Física de universidades comunitárias, após o resultado do ENADE e de outros procedimentos avaliativos, permitindo que também discutíssemos os objetivos específicos na media em que eles se pautavam tanto na análise documental bem como no questionário. Com esta pesquisa coletamos os dados referentes às ações que estão sendo efetivadas pelos coordenadores com extensão nas próprias Instituições do Ensino Superior dos cursos de Educação Física das Universidades Comunitárias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul destacando que estas se destinam ao discurso dos coordenadores.

Com o objetivo específico de compreender de que maneira as políticas de avaliação superior interferem na melhoria da qualidade dos cursos de Educação Física, ficou claro por meio das reflexões feitas no Capítulo II que por sua vez contemplou os estudos já realizados sobre o tema, a visão de diferentes autores, que as políticas de avaliação efetuam um diagnóstico da aprendizagem dos alunos, qualidade do curso, currículo e infraestrutura por meio do ENADE, bem como pelas avaliações internas. Todavia este diagnóstico vai muito além de apenas dados ou conceitos, pois por meio dos relatórios do INEP em nível Nacional da avaliação externa e da própria avaliação interna divulgada nos sites das Universidades, são explicitados os resultados de diferentes itens identificando suas particularidades facilitando assim a tomada de decisões direcionadas para cada necessidade.

Com as respostas dos coordenadores dos cursos de Educação Física analisamos que esta política de avaliação na compreensão destes sujeitos acaba tendo seu foco maior para ações diretas com os professores do curso, seja com reuniões ou até desligamento destes quando as avaliações são negativas, ou seja, na maioria das respostas são providências pessoais que são enfatizadas. É fundamental que esta política de avaliação seja vista pelos coordenadores de cursos, bem como professores, alunos e os diferentes segmentos gestores da Universidade relacionando-a diretamente aos processos pedagógicos e didáticos do curso, ou seja, com a organização e gestão da Universidade.

Acreditamos que o Estado vem cumprindo o seu papel no que se refere às políticas de avaliação, entretanto temos consciência dos limites de ação por parte estatal, que foi por

sua vez, modificando ao longo dos anos até chegar ao ENADE que está em vigor até os dias atuais. Percebemos que a evolução neste âmbito melhorou a partir do momento em que a avaliação do ensino superior foi destinada para a melhoria de qualidade do ensino. Este instrumento que é parte integrante do SINAES, busca por meio de provas com questões específicas de cada curso e de formação geral, comum a todos os cursos, mostrar o desempenho dos alunos frente às Diretrizes Curriculares Nacionais. Contudo, o ENADE contempla um questionário englobando o perfil socioeconômico, bem como questões que abordam temas relacionados às condições dos recursos físicos e pedagógicos da instituição e à qualidade do ensino oferecido.

Tendo todos estes recursos disponíveis para a análise o que também ocorre na avaliação interna onde a Instituição elabora seus próprios critérios avaliativos, cabe a gestão do curso e toda comunidade acadêmica, bem como os diferentes segmentos de gestão da própria Universidade ter o comprometimento em utilizar os resultados obtidos como meio de sinalizar que mudanças podem ser feitas para suprir as necessidades e dificuldades do curso avaliado.

Esta pesquisa também atingiu um dos objetivos específicos discutido no Capítulo III, que estabeleceu a relação das Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação em Educação Física com o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes com a intenção de elucidar a sua coerência ou não, pois através da análise documental contemplando os Projetos e currículos dos referidos cursos de ambas as Universidades, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Educação Física, as questões da prova do ENADE em conjunto com a Portaria Nº 217 que explica os conteúdos e objetivos do ENADE ficou claro que existe uma coerência de ambas as Universidades com estes documentos.

Com a análise destes documentos ficou claro que as questões do ENADE estão de acordo com as Diretrizes Curriculares do curso de Educação Física o que supõe que todos os cursos do país têm como referencial este documento, portanto supõe-se pelo menos do ponto de vista teórico que apresentem total condição e preparo para realizar as provas do ENADE Além das Diretrizes analisamos os Projetos destes cursos e também ficou evidente que estes seguem as Diretrizes e com isso no plano teórico estariam aptos às provas do ENADE, já que este na elaboração das questões e conteúdos tem como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Educação Física. Ou seja, o currículo e o Projeto de ambos os cursos estão de acordo com as do ENADE. O que pode estar por trás de conceitos baixos em certos itens das provas podem ser provindos de concepções que permeiam nas instituições e a práxis do currículo.

Foi possível por meio do questionário seguido de uma entrevista sem estrutura, discutir sobre um dos objetivos específicos da pesquisa que foi verificar as ações dos coordenadores de cursos de Educação Física de Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina a partir do ENADE e de outros procedimentos avaliativos, que por sua vez foi contemplado no Capítulo IV desta dissertação.

Este capítulo foi construído com a análise dos dados coletados nos resultados das provas do ENADE de 2004 e 2007 juntamente com as respostas do questionário bem como da conversa efetuada após o recebimento destas respostas que veio a facilitar a compreensão e análise posterior dos dados. Nos resultados do ENADE ficou evidente que a média de nota dos alunos concluintes é significativamente superior da que a obtida pelos ingressantes o que pode ser na nossa concepção justificado devido aos alunos estarem no início do processo de formação e não terem conhecimento da maioria dos conteúdos. Este índice foi apresentado por ambas as Universidades Comunitárias pesquisadas, todavia o curso de Educação Física da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul manteve suas médias tanto de ingressantes como de concluintes superiores a Universidade Comunitária de Santa Catarina e também da média Nacional.

Foi possível analisar que as diferenças de médias dos alunos do curso de Educação Física da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul que tiveram médias mais altas do que a de Santa Catarina se referem aos quesitos da infraestrutura oferecida pelo curso, pois em todos estes itens as médias ultrapassam 50% representando a maioria dos concluintes do curso. Este quesito teve média mais baixa na Universidade Comunitária de Santa Catarina tanto em 2004 como em 2007, principalmente no que se refere às condições das instalações físicas, fato que pode ocorrer justamente pela ausência de ginásios dentro desta Universidade o que leva os alunos a terem que se deslocar da instituição para participar de certas aulas. Sobre isso a coordenação deste curso informou no questionário que acredita que as mudanças de cunho pedagógico sejam mais viáveis de serem melhoradas do que estas de infraestrutura apesar de ter a consciência que os alunos estão necessitando desta melhoria para a sua formação.

Cabe ressaltar aqui que o ENADE contempla um questionário acerca das impressões que alunos ingressantes e concluintes tiveram da prova, com isso observamos nas provas de 2004 e 2007 que em ambas as Universidades os alunos alegaram que tiveram dificuldades para realizar a prova do ENADE devido à abordagem de conteúdos serem diferente daquelas que eram submetidos no curso, todavia os alunos concluintes mencionaram que a maioria dos conteúdos havia sido trabalhado durante o curso. Sendo assim podemos perceber que os

conteúdos estão sendo desenvolvidos, o currículo e o projeto estão de acordo com as Diretrizes e que as possíveis falhas podem estar no tipo de avaliação aplicada nos cursos e o núcleo epistemológico destes conteúdos até mesmo a metodologia utilizada na articulação do Currículo no cotidiano escolar.

Esta questão foi abordada por um coordenador do curso da Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul que acredita que é necessário modificar o tipo de avaliação aplicada no curso, já que os conteúdos trabalhados estão coerentes com a prova do ENADE. De acordo com a resposta dos coordenadores as ações estão ocorrendo, seja por esta resposta deste coordenador, bem como pelos outros coordenadores de ambas as Universidades que mencionaram as suas providências após o recebimento e análise dos resultados que contemplam reuniões com professores, revisão dos projetos e currículo, porém não foi deixado claro as ações das Instituições frente aos resultados do ENADE. Existem ações que ultrapassam o colegiado e entra nas políticas institucionais principalmente no que se refere à infraestrutura física, política de capacitação docente, plano de cargos e salários, que possibilite um colegiado que não se restringe com horas somente para docência, mas para pesquisa e extensão. Torna-se difícil a produção científica e a própria extensão da Universidade dentro de uma realidade em que o professor é horista, ou seja, suas atividades limitam-se ao desempenho da docência. A autoavaliação e avaliação on-line foram enfatizadas pelos coordenadores com grande relevância para a tomada de decisões após os resultados, todavia não temos a confirmação se estas ações realmente vêm ocorrendo na prática levando em conta que os instrumentos de avaliações são passíveis de limitações.

Um ponto a ser destacado é a falta de motivação para realizar tanto a prova do ENADE como as avaliações internas, este item foi alegado pelos alunos ingressantes e concluintes no questionário socioeconômico do ENADE de 2004 e 2007 de ambas as Universidades, bem como ficou transparente na baixa participação em alguns semestres da avaliação on-line da Universidade Comunitária de Santa Catarina. É necessário que a avaliação seja compreendida não como forma de controle e exposição de notas e conceitos quantitativos, mas sim um instrumento que serve de caminho para mudanças na educação superior. É de fundamental importância que as Universidades verifiquem os reais motivos da não valorização dos processos avaliativos internos e externos, ressaltado pelos acadêmicos principalmente nas provas do ENADE. Diante da falta de motivação cabe-nos levantar o seguinte questionamento: Será que a falta de motivação não se encontra relacionada à inação por parte da Universidade e do colegiado de curso frente aos resultados das avaliações externas e internas?

Acreditamos diante disso que com todos estes dados fornecidos cabe a Universidade dar início as transformações necessárias para melhorar aquilo que foi constatado como sendo um indicador de limitação, seja pelo ENADE ou pela avaliação interna. A Universidade pode delinear este caminho por meio da ação dos gestores, pois eles têm acesso a todos os dados das avaliações, conhecem as características, especificidades e necessidades do seu curso tendo uma compreensão mais aprofundada daquilo que precisa ser feito, estipulando metas possíveis de serem alcançadas de acordo com os recursos que possuem. A partir dos resultados do processo avaliativo existe uma necessidade que os mesmos sejam amplamente refletidos pela comunidade Universitária de maneira especial dos cursos de graduação em Educação Física. É necessário rever a avaliação nos cursos, bem como o plano de ensino uma vez que a avaliação é um dos componentes deste plano. Diante disso, ressaltamos que nas duas Universidades Comunitárias pesquisadas tanto alunos ingressantes como concluintes destacam que o curso deveria exigir mais deles, ou seja, existe a cobrança dos próprios alunos enfatizando ainda mais na tomada de decisão por parte dos gestores.

Tanto a avaliação externa como interna são fundamentais para coletarem dados de diferentes dimensões do curso, bem como os coordenadores e a Instituição como um todo só conseguem atingir metas positivas em prol da melhoria do curso se estas avaliações forem analisadas em conjunto uma completando a outra preenchendo possíveis lacunas e até mesmo reforçando resultados positivos ou negativos.

Esta pesquisa teve algumas limitações referentes à coleta de dados, pois os resultados do ENADE de 2011 ainda não foram publicados o que nos levou a trabalhar com dados mais antigos de 2004 e 2007.

A temática da avaliação abrange muitas discussões e visões de diferentes perspectivas, é uma reflexão que se faz cada vez mais necessária a partir do momento que esta é o pilar para realizar mudanças na educação superior. Esta pesquisa teve como enfoque as ações dos coordenadores com os resultados das avaliações, porém surgiram outros questionamentos provindos das respostas destes como a forma de avaliação feita pelos professores em sala de aula. Além disso, vemos a necessidade de discutir a avaliação partindo do olhar dos professores e dos próprios alunos acerca de sua relevância e influência na docência ou na aprendizagem dos alunos, sendo assim sugerimos que esta temática seja abordada com diferentes sujeitos que fazem parte de uma instituição.

Espera-se que esta pesquisa tenha contribuído inicialmente na elucidação das políticas de avaliação, ficando claro que o ENADE não faz parte de um sistema isolado fazendo o uso somente de conceitos quantitativos, mas sim que busca em consonância com

diferentes instrumentos contribuir para que a Universidade tenha conhecimento de suas potencialidades e limitações e que consiga com isso vir a melhorar a qualidade do ensino, numa perspectiva social. Acreditamos que propiciamos também a reflexão dos sujeitos da pesquisa acerca da temática e principalmente a análise do que eles vêm buscando realizar após o recebimento dos resultados e pensando acerca dos rumos que o sistema de avaliação está seguindo, pois acreditamos que a Universidade tem a responsabilidade de fazer com que os resultados se transformem em caminhos para mudanças. Não basta apenas fazer exames e detectar os problemas é preciso descobrir as causas e propor soluções para isso.

A avaliação é um processo contínuo, dinâmico e faz parte do processo educacional, sendo assim necessita almejar providências que sejam aplicadas no futuro de acordo com os resultados obtidos no passado, ou seja, não basta apenas retratar a realidade de um curso, mas sim fazer o uso deste diagnóstico para melhorar a educação no ensino superior.

Esta pesquisa procurou mostrar que os coordenadores dos cursos de Educação Física utilizam na maioria das vezes o ENADE como forma para efetivar ações em seu corpo docente, bem como demonstram certa falta de conhecimento e compreensão deste como uma política de avaliação que engaja diferentes ações, ou seja, que transcende o ato de avaliar. A precariedade de algumas reflexões, bem como posicionamentos acerca do ENADE e de outros procedimentos avaliativos ressalta a possível falta de conhecimento do processo, bem como a própria inação dos coordenadores dos cursos, o que pode hipoteticamente ser analisado também por uma ausência de apoio e trabalho conjunto com toda a Universidade.

Ressaltamos que apesar desta pesquisa ter os coordenadores dos cursos de Educação Física como sujeitos para discutir a temática do ENADE enquanto ações e uma política de avaliação do ensino superior, isso não significa que a estes sejam os únicos responsáveis por utilizar os resultados de avaliação em prol da melhoria do seu curso. Evidenciamos que, toda universidade tem este compromisso em desenvolver a partir dos processos avaliação interna e utilizar a avaliação externa.

A responsabilidade da Universidade é social com toda uma comunidade, portanto mesmo que os coordenadores tenham um maior conhecimento sobre a realidade de seu curso e possam em conjunto com seu corpo docente e colegiado elaborar ações específicas para suas respectivas necessidades é indispensável o apoio da Universidade para realizar as modificações que exijam mais recursos e apoio que somente a coordenação do curso junto com o seu colegiado e comunidade acadêmica, não possui condições e até mesmo autonomia para ações mais efetivas.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: Buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, n.113, p. 51-64, julho/2001.
- AUGUSTO, Rosana ; BALZAN, N. C. . A vez e a voz dos coordenadores das CPAS das IES de Campinas que integram o SINAES. **Avaliação (Campinas)**, v. 12, p. 597-624, 2007.
- BAGGI, C.A.S ; LOPES, D. A. . Evasão e Avaliação Institucional no Ensino Superior: Uma Discussão Bibliográfica. **Avaliação (UNICAMP)**, v. 16, p. 355-374, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2001.
- BARREYRO, Gladys Beatriz ; ROTHEN, José Carlos . Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. **Avaliação (Campinas)**, v. 13, p. 131-152, 2008.
- BARROS, A. e LEHFELD, N. - **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: McGraw-Hill, 1989
- BELLONI, MAGALHÃES e SOUZA. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. 3ª edição, SP. Corte, 2003.
- BETTI, M. ; CARVALHO, Y. M. ; DAOLIO, J. ; PIRES, G. de L. . A avaliação da educação física em debate: implicações para a subárea pedagógica e cultural . RBPG. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília-DF, v. 1, n.2, p. 183-194, 2004.
- BITTAR, M. Universidade comunitária: uma identidade em construção. São Carlos, 1999. **Tese (Doutorado em Educação)** - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos.
- BITTENCOURT, Hélio. et.al. Uma análise da relação entre os conceitos Enade e IDD. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 19, p. 247-262, 2008.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES dá outras providências.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, v. 134, n. 248, p. 27833-841, 23 dez.1996
- BRASIL. MEC/ CNE. Lei 9.394/96 Parecer CNE/CES no 776/97 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces058.pdf>>. Acesso em 15 de set.2012.
- BRITO, Márcia Regina. O SINAES e o ENADE: Da concepção a implantação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 841-850, nov. 2008.

CAMPOS, Maria. Para que serve a pesquisa em educação? **Cad. Pesqui.** vol.39 no. 136 São Paulo Jan./Apr. 2009.

CASTELLANI FILHO, L. **Política educacional e Educação Física**. Campinas: Autores Associados, 1998. (Polêmicas do nosso tempo).

CUNHA, Luiz Antônio. Autonomia universitária: teoria e prática. Universidad e investigación científica. Vessuri, Hebe. CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Buenos Aires. Noviembre 2006.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 2003

DEMO, Pedro. Qualidade e pesquisa na Universidade. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Administração ISSN 1984-5294** - Vol. 1, n. 1, p.52-64, Maio/2009

Diário Oficial da República Federal do Brasil, Brasília, DF, 2004

DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. (orgs) **Universidade desconstruída**. Florianópolis: Insular, 2000.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da Educação Superior. **Avaliação** (Campinas), Campinas, v. 8, n.2, p. 31-64, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: técnica e ética. **Avaliação** (Campinas), Campinas, v. 6, n.3, p. 7-19, 2001.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. **Avaliação** (Campinas) . 2010, vol. 15, no. 1. ISSN 1414-4077.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação** (Campinas). 2008, vol. 13, no. 1. ISSN 1414-4077.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?. **Educ. Soc.** 2004, vol. 25, no. 88. ISSN 0101-7330.

FERRAZ, Bruna. As políticas de avaliação institucional e seus discursos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. **Pensamento Plural** | Pelotas [04]: 137 - 153, janeiro/junho 2009

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2ª ed. São Caetano

FORSTER, M. M. S. ; FONSECA, Denise Grosso da . Implicações do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) nos processos avaliativos internos de um curso de educação física.. In: **Sônia Araujo. (Org.). V Encuentro Nacional y II Latinoamericano. La universidad como objeto de investigación. Democracia, gobernabilidad, transformacion y cambio de la educación superior universitaria.. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2008, v. , p.**

- GALDINO, Mary N. D. . A Autoavaliação Institucional no Ensino Superior como Instrumento de Gestão. **Cadernos ANPAE**, v. 11, p. 399-399, 2011.
- GAMBOA, Silvio. S. Práticas de Pesquisa em Educação no Brasil: lugares, dinâmicas e conflitos. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 2, n. 1 – pp. 9-32, 2007.
- GASPARI, Guilherme. **Análise e eficiência do Enade nos cursos de Educação Física no ano de 2004: Reflexões e melhorias**. Disponível em: <
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed.-São Paulo: Atlas, 1991
- GIOLO, Jaime. ; RISTOFF, Dilvo. O Sinaes como sistema. RBPG. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 3, p. 193-213, 2006.
- Gomes, Alfredo Macedo ; GOMES, A. M. . Política de avaliação da educação superior: controle e massificação. **Educação & Sociedade** (Impresso), Brasil, v. 23, n.80, p. 275-298, 2002.
- GOMES, Paola Luzia ; MENDES, Cláudio L. . O currículo de formação dos cursos de educação física: novas rupturas ou antigas continuidades?. **In: 33ª Reunião Anual da ANPED, 2010, Caxambu**. Educação no Brasil. Rio de Janeiro: ANPED, 2010. v. 1.
- GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2 ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2004.
- KOSIK, Karel. 1926. **Dialética do Concreto**; tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976
- LIMANA, Amir; BRITO, Marcia Regina F . O modelo de avaliação dinâmica e o desenvolvimento de competências: Algumas considerações a respeito do ENADE. **Avaliação** (Campinas), Campinas, SP, v. 10, n.nº 2, p. 9-32, 2005
- MARCHELLI, Paulo. S. Fundamentos e evolução dos indicadores de avaliação da Educação Superior no Brasil. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 18, p. 189-215, 2007.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999
- MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 2000.
- MATA, Andréia. S. Aplicação do modelo hierárquico multinível na predição de desempenho no ENADE. **Dissertação de Mestrado**. Itatiba. 2010. 191 p. Disponível em : <
http://www.usf.edu.br/itatiba/mestrado/psicologia/uploadAddress/Andreia_da_Mata%5B13761%5D.pdf> Acesso em: 15 de nov. 2011.
- MOREIRA, H. e CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

OLIVEIRA, João F. ; AMARAL, N. C. ; FONSECA, M. ; MORAES, Karine Nunes . Avaliação institucional: projetos de auto-avaliação e vinculação entre avaliação, gestão e financiamento. In: João Ferreira de Oliveira; Marília Fonseca. (Org.). **Avaliação institucional: sinais e práticas**. 1ªed. São Paulo: Xamã, 2008, v. 1, p. 37-54.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais a preservação de uma instituição educacional. **Varia hist.**, 2007, vol.23, no.37, p.113-129. ISSN 0104-8775.

PARECER Nº 272. CEE/SC. Aprovado em 07/12/2010. Renovação do Reconhecimento do curso de Licenciatura em Educação Física.

PARECER Nº 293/97. CEE/SC. Aprovado em 02/12/1997.

PIOVESAN, Armando; Edméa, TEMPORIN. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista Saúde Pública** (29) 4 318-25, 1995.

POLIDORI, Marlis. POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA:PROVÃO, SINAES, IDD, CPC, IGC E...OUTROS ÍNDICES. Avaliação (UNICAMP), v. 14, p. 439-452, 2009.

PORTARIA INEP nº 217 de 26 de julho de 2011. Curso de Educação Física. Publicada no Diário Oficial de 27 de julho de 2011, Seção 1, págs. 15 e 16.

REAL, G. C. M. . Avaliação e qualidade no ensino superior: os impactos do período 1995 - 2002. **Educação e Pesquisa** (USP. Impresso), v. 35, p. 573-584, 2009.

REAL, G. C. M. . Impactos da política de avaliação na educação superior brasileira: um foco na questão da qualidade. In: **31ª Reunião Anual da ANPED, 2008, Caxambu. Anais - Constituição Brasileira, Direitos Humanos e Educação. Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2008. v. 1. p. 1-17.**

RELATÓRIO ENADE 2004. Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul. Curso de graduação em Educação Física. Disponível em: <http://enadeies.inep.gov.br/enadeIes/enadeResultado/> . Acesso em: 5 de ago. 2012

RELATÓRIO ENADE 2007. Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul. Curso de graduação em Educação Física. Disponível em: <http://enadeies.inep.gov.br/enadeIes/enadeResultado/> . Acesso em: 5 de ago. 2012

RELATÓRIO ENADE 2004. Universidade Comunitária de Santa Catarina. Curso de graduação em Educação Física. Disponível em: <http://enadeies.inep.gov.br/enadeIes/enadeResultado/> . Acesso em: 5 de ago. 2012

RELATÓRIO ENADE 2007. Universidade Comunitária de Santa Catarina. Curso de graduação em Educação Física. Disponível em: <http://enadeies.inep.gov.br/enadeIes/enadeResultado/> . Acesso em: 5 de ago. 2012

REIS, Carla. **Avaliação Institucional da Educação Superior: Apontamentos sobre a interferência do ENADE na gestão dos cursos de graduação**. 2009. Disponível em http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/54.pdf Acesso em: 5 de nov de 2012.

RESOLUÇÃO N107/2007/CEE – Decreto n. 1097, publicado no Diário oficial do estado n.18307 de 22 de fevereiro de 2008. Portaria n. 109/2010/CEE/SC.

RESOLUÇÃO CEE Nº 130/2011. Parecer Nº 271. Aprovado em 13/12/2011.
Reconhecimento do curso de Graduação em Educação Física.

RESOLUÇÃO Nº 058. CEE/SC. Renovação do credenciamento da Universidade. Parecer Nº 334. Aprovado em 09/11/2004.

RESOLUÇÃO nº 31/99. CEE/SC. Reconhecimento da Universidade.

RESOLUÇÃO Nº 25/76 – CEPE. Autorização do funcionamento do cursos em Educação Física. 1997.

RODIRGUES, Viviane. A. ENADE – contribuições, avanços e limites do processo de avaliação na formação dos estudantes de graduação. **Dissertação de Mestrado**. Belo Horizonte, FaE/ UFMG, 2008. Disponível em : < www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/.../1/disserta_o_viviane.pdf > Acesso em: 17 de nov. 2011.

RODRIGUES; Viviane. A; PEIXOTO, Maria do Carmo. Desvendando a caixa preta do ENADE: Considerações sobre o processo de avaliação. **Trabalho & Educação** – vol.18, nº 1 – Jan. / Abril 2009.

ROTHEN, José; NASCIUTTI, Fernanda. A educação superior em prova: o perfil da educação superior apresentado pelos resultados do Enade 2005 e 2006. **Rev. Diálogo Educ.**, ISSN 1518-3483 Curitiba, v. 11, n. 32, p. 187-206, jan./abr. 2011

SANTOS, Ana Lucia Padrao dos ; SIMÕES, Antonio Carlos . Desafios do ensino superior em educação física: considerações sobre a política de avaliação de cursos. **Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 16, p. 259-274, 2008.

SANTOS, J. ; SILVA, M. ENADE: Avaliação Institucional, suas origens e concepções. **In: X Seminário Nacional O Uno e o Diverso na Educação escolar e IV Seminário de Didática: Docência e Formação de Professores**, 2009, Uberlândia. X Uno e o Diverso. Uberlândia, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SGUISSARDI, V. ; SILVA JR, J. R. . Reconfiguração da Educação Superior no Brasil e redefinição das esferas públicas e privadas nos anos 90. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 10, p. 33-57, 1999.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI - Desafios do presente**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2009. v. 1. 344p

SGUISSARDI, Valdemar. REFORMA UNIVERSITÁRIO NO BRASIL - 1995-2005: Precária trajetória, incerto futuro. **Educação e Sociedade**, v. 27, p. 1021-1056, 2006.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete. A Importância da pesquisa para a prática pedagógica dos professores que atuam na educação superior brasileira: algumas

discussões iniciais. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Administração** – ISSN 1984-5294 Vol. 1, n. 1, p.04-23, Maio/2009.

SILVA JÚNIOR, João; SGUISSARDI, Valdemar. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? **Revista Brasileira de Educação** Maio /Jun /Jul /Ago 2005 No29.

SILVA, Enio. Waldir ; Extensão e Desenvolvimento Regional: Discurso das Universidades Comunitárias do RS **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte** – 12 a 15 de setembro de 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrent/Avalia/Avalia3.pdf> Acesso em: 12 de dez. 2012

SILVA, Jackson R. S; ALMEIDA, Cristóvão D. J; GUINDANI, Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I - ISSN: 2175-3423. Julho de 2009

SILVA, Marta; SANTOS, Joelma. . A atual política de avaliação da Educação Superior no olhar discente. In: V Seminário O Uno e o Diverso na Educação Escolar, 2009, Uberlândia. **Anais do V Seminário O Uno e o Diverso na Educação Escolar**. Uberlândia: UFU, 2009. v. 1. p. 1-500.

SORGATTO, Noeli. Avaliação Institucional e Universidade: Entre a Identidade e a Representação. **Dissertação de Mestrado**. Blumenau: FURB.2008.

SOUZA NETO, S. ; ALEGRE, Atilio de Nardi ; HUNGER, Dagmar ; PEREIRA, Juliana Martins . A formação do profissional de Educação Física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n.2, p. 350-362, 2004.

SOUZA, Beatriz; SOUZA, José. Resultados do ENADE na gestão acadêmica de cursos de licenciaturas: Um caso em estudo. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 232-253, maio/ago. 2012. Disponível em: < <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1737/1737.pdf> > Acesso em: 10 de nov. 2012.

VERHINE, Robert; DANTAS, Lys Maria; SOARES, José Fransisco. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ**, RJ, v.14, n.52, p. 291-310, jul./set. 2006.

VIANNA, Heraldo. M. Avaliações Nacionais em Larga Escala. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 27, jan-jun/2003.

ZAINKO. Maria. A. S. A Avaliação universitária: utopia ou requisito da modernidade. **EDUCACIÓN SUPERIOR y SOCIEDAD** - VOL 5 N° 1 y 2: 71-S5, 1994

ZAINKO. Maria. A. S. Políticas Públicas de Avaliação da Educação Superior: conceitos e desafios. **JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS**. n° 4 . jul/dez. 2008, p. 1

APÊNDICE 1

Questionário

QUESTIONÁRIO

DADOS GERAIS:

Idade: Sexo:

Estado civil:

Curso de Graduação:

Ano de ingresso:

Ano de formação:

Universidade:

Curso de Especialização:

Ano de ingresso: Ano de formação:

Universidade:

Mestrado:

Ano de ingresso: Ano de formação:

Universidade:

Doutorado:

Ano de ingresso: Ano de formação:

Universidade:

Disciplinas em que atua na Universidade:

Tempo de gestão no curso:

- 1) Como surgiu o projeto e qual foi o processo de autorização e de reconhecimento do Curso de Educação Física nesta Universidade?
- 2) Que procedimentos de avaliação interna a Universidade utiliza para avaliação de seus cursos de graduação? Quais instrumentos e como acontece a participação dos diferentes segmentos que compõem à comunidade universitária?
- 3) Em que medida os procedimentos internos de avaliação influenciam à tomada de decisão por parte dos Gestores da Universidade e especificamente da Coordenação do Curso de Educação Física?
- 4) Como você analisa o ENADE enquanto componente de um processo avaliativo frente ao currículo e gestão do Curso de Educação em sua Instituição?
- 5) Uma vez que o ENADE tem como eixo norteador as Diretrizes Curriculares qual a sua avaliação em relação aos conteúdos das provas em relação ao currículo trabalhado pela sua Instituição?
- 6) Além do ENADE que outras avaliações externas ocorreram e ocorrem no Curso de Educação Física? Quais foram as avaliações e recomendações destas comissões?
- 7) Como você vê a avaliação de desempenho e por performance na prova do ENADE de 2011?
- 8) Existe um espaço para discutir estes pareceres bem como os resultados do ENADE com o corpo docente, discente e Gestores da Universidade?
- 9) Que mudanças decorrem dos processos avaliativos internos e externos da avaliação?

ANEXOS

Portaria Inep nº 217 de 26 de julho de 2011
Publicada no Diário Oficial de 27 de julho de 2011, Seção 1, págs. 15 e 16

O Presidente, Substituto, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, em sua atual redação; a Portaria Normativa nº 8, de 15 de abril de 2011, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de **Licenciatura em Educação Física**, nomeada pela Portaria Inep nº 155, de 21 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a atualização permanente e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento.

Art. 2º A prova do Enade 2011, com duração total de 4 (quatro) horas, terá a avaliação do componente de Formação Geral comum aos cursos de todas as áreas e um componente específico da área de Licenciatura em Educação Física.

Art. 3º As diretrizes para avaliação do componente de Formação Geral se encontram definidas na Portaria Inep nº 188, de 12 de julho de 2011.

Art. 4º A prova do Enade 2011, no componente específico da área de Licenciatura em Educação Física terá por objetivos:

- I - avaliar as condições de oferta de ensino dos cursos de Licenciatura em Educação Física, articulando-se aos demais instrumentos que compõem o Sinaes;
- II - avaliar a formação superior da Educação Física numa perspectiva sistêmica, para subsidiar a elaboração de políticas públicas para o ensino médio e para a educação superior na área;
- III - identificar as necessidades, demandas e potencialidades do processo de formação do professor de Educação Física, considerando os contextos institucionais e regionais, para subsidiar as diretrizes curriculares nacionais;
- IV - avaliar a formação superior em Licenciatura em Educação Física;
- V - atualizar o banco de informações quantitativas e qualitativas para elaboração de diagnóstico e prognóstico do processo da formação superior em Licenciatura em Educação Física;
- VI - identificar indicadores de qualidade da formação em Licenciatura em Educação Física - fomentando a cultura de avaliação.

Art. 5º A prova do Enade 2011, no componente específico da área de Licenciatura em Educação Física tomará como referência o seguinte perfil de formação:

O estudante de Licenciatura em Educação Física deverá ser um professor com formação técnico-profissional e científica, humanista e crítico-transformadora, que compreenda o papel da escola e do professor na sociedade, bem como as políticas públicas da educação brasileira; cuja intervenção fundamentar-se-á no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta eticamente responsável. Esta intervenção dar-se-á na educação básica, privilegiando as diversas manifestações e expressões do movimento humano, considerando a interdisciplinaridade e reconhecendo os contextos históricos e sócio-culturais, a educação inclusiva, a diversidade e o meio ambiente.

Art. 6º A prova do Enade 2011, no componente específico da área de Licenciatura em Educação Física, avaliará as seguintes competências e habilidades do estudante:

I - dominar os conhecimentos pedagógicos e específicos da docência referentes aos conteúdos da área e aqueles advindos das ciências e áreas afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade histórica, plural e democrática;

II - pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir científica e profissionalmente, priorizando e explorando o valor educativo das diversas manifestações e expressões do movimento humano, enquanto patrimônio cultural da humanidade;

III - utilizar recursos tecnológicos da informação e da comunicação para acompanhar as transformações acadêmico-científicas da área e de áreas afins, qualificando a intervenção docente;

IV - dominar a leitura e a escrita como instrumentos de desenvolvimento profissional contínuo;

V - dominar conhecimentos técnico-científicos para intervir no campo da educação básica, de modo a planejar, ensinar, orientar, supervisionar e avaliar as atividades educacionais, respeitando os diferentes níveis de aprendizagem e desenvolvimento corporal;

VI - conhecer, selecionar, aplicar e avaliar as diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias de ensino para a intervenção docente, articulando os conteúdos da área de modo interdisciplinar;

VII - dominar conhecimentos para participar de projetos educacionais e da gestão escolar.

Art. 7º A prova do Enade 2011, no componente específico da área de Licenciatura em Educação Física, tomará como referencial os seguintes conteúdos do movimento humano integrando os conhecimentos definidos nas seguintes dimensões:

I - Dimensão sócio-antropológica: conhecimentos filosóficos, antropológicos, sociológicos e históricos que enfocam aspectos éticos, culturais, estéticos e epistemológicos inerentes à educação e à educação física escolar ;

II - Dimensão bio dinâmica: conhecimentos sobre os aspectos morfológicos, fisiológicos e biomecânicos e suas aplicações na educação física escolar;

III - Dimensão comportamental: conhecimentos sobre mecanismos e processos do desenvolvimento humano, contemplando aspectos motores, aquisição de habilidades e fatores psicológicos intervenientes;

IV - Dimensão científica e tecnológica: conhecimentos dos procedimentos éticos e da metodologia, métodos e técnicas de estudo e pesquisa que fundamentam a ação educativa;

V - Dimensão pedagógica e técnico-instrumental: conhecimentos de fundamentos teórico-metodológicos da educação e sua aplicação no processo ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos do componente curricular de Educação Física.

Art. 8º A prova do Enade 2011 terá, em seu componente específico da área de Licenciatura em Educação Física, 30 (trinta) questões, sendo 3 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

Art. 9º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO

